

Relatório Anual 2013



anos

RedePrev

Sumário

Introdução	3
Mensagem da Diretoria	4
Fatos Relevantes 2013	5
Evolução do Quadro de Participantes	6
Planos de Benefícios	11
Investimentos	17
Demonstrativo de Investimentos	20
Rentabilidade	26
Demonstrações Contábeis	29
Pareceres - Auditoria e Atuarial	81

Introdução

A Diretoria Executiva da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência, em cumprimento às disposições estatutárias, apresenta o Relatório Anual de Informações, relativo às atividades desenvolvidas no exercício de 2013, acompanhado do Balanço Patrimonial e respectivas demonstrações contábeis e financeiras, bem como dos pareceres do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Atuário e Auditores Independentes.

Na oportunidade, e, em nome de toda a equipe da REDEPREV, externamos os nossos agradecimentos a todos pela confiança depositada nesta administração, em especial ao apoio dos Patrocinadores e dos membros do Conselho Deliberativo e Fiscal da Fundação, além dos membros do Comitê de Investimentos, que contribuíram de forma decisiva na tarefa de fazer da REDEPREV uma instituição cada vez mais saudável e em condições de cumprir sua missão.



Os Fundos de Pensão e a economia brasileira conviveram nos últimos tempos sempre com juros altos, o que proporcionava aos planos de benefícios, altas rentabilidades e risco relativamente baixo. A queda sistemática nos juros forçou consequentemente, as entidades fechadas de previdência com-

plementar a buscarem alternativas de investimentos que tinham um pouco mais de risco, com o objetivo de poderem alcançar suas metas atuariais.

Com a mudança no cenário macroeconômico ocorrida no ano de 2013, os fundos de pensão, que já estavam se acostumando a conviver com baixas taxas de juros, foram novamente desafiados, face a subida das taxas de juros, gerando volatilidade no segmento de renda fixa, o que provocou rentabilidades negativas nos planos de benefícios no referido exercício.

Apesar da baixa rentabilidade ocorrida nos ativos pertencentes aos planos de benefícios da REDEPREV no ano de 2013, provocada principalmente pela abertura das NTN's-B e NTN's C de longo prazo marcadas a mercado, passando de 3,75% para mais de 7,00% ao ano; pela rentabilidade negativa de 15% da bolsa de valores de São Paulo; pelo default ocorrido nas Debêntures da Rede Energia; pela desvalorização das ações da Rede Energia, e, pelo elevado número de desligamento de empregados das patrocinadoras com a consequente saída de participantes da REDEPREV, todos os 8 (oito) planos de benefícios administrados pela entidade

Mensagem da Diretoria

de fecharam o exercício passado com índice de solvência acima de 100%, o que significa dizer que o Ativo Líquido Previdencial desses planos é suficiente para cobrir as Reservas Matemáticas totais de Benefícios Concedidos e de Benefícios à Conceder, ou seja, para R\$ 721,0 milhões em compromissos (Provisão Matemática /Exigível Atuarial), fechamos o ano de 2013 com R\$ 810,4 milhões de Patrimônio Líquido, gerando um excedente patrimonial próximo de R\$ 89,4 milhões – com índice de solvência consolidado de 112,39%.

Após estudos desenvolvidos pelo atuário responsável pelos planos de benefícios da REDEPREV, cinco, dos oito planos de benefícios, são eles: CEMAT BD-I, CEMAT-OP, ELÉTRICAS BD-I, ELÉTRICAS-OP e Plano-R, encerraram o exercício passado, com déficit técnico em grande parte de natureza conjuntural, provocado pela rentabilidade dos investimentos abaixo da meta atuarial, devido a um cenário macroeconômico desfavorável no ano calendário de 2013, entretanto, o valor total dos fundos previdenciais desses planos, é superior ao valor da insuficiência apurada, garantindo a solvência dos planos. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 14, de 24/02/2014, publicada no Diário Oficial da União de 03/04/2014, o valor do déficit técnico registrado nos planos citados, é inferior ao limite de 15% das provisões matemáticas das parcelas dos planos estruturados sob a forma de benefício definido.

O ano de 2013 ficou para trás, porém, serviu de lição para todos os fundos de pensão, e, desta forma, temos a certeza que nós da REDEPREV estamos hoje bem mais preparados para enfrentarmos novos desafios que surgirem pela frente.

Boa leitura.

Fatos Relevantes de 2013

TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO DE PLANOS

Em decorrência da aquisição por parte da Equatorial Energia S.A., do controle acionário da patrocinadora Centrais ELÉTRICAS do Pará S.A. - CELPA, esta comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de Benefícios CELPA BD-I (CNPB 1982.0006-19) e CELPA BD-II (CNPB 1997.0004-74), CELPA OP (CNPB 2000.0004-II) e parte do Plano de RISCO (CNPB 2006.0066-65), parcela referente aos participantes ativos e assistidos da CELPA, administrados pela REDEPREV - Fundação Rede de Previdência, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Em 22 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da REDEPREV aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência do gerenciamento dos planos de benefícios patrocinados pela CELPA (CELPA BD-I e CELPA BD-II) da REDEPREV para a FASCEMAR, com data base em 30 de setembro de 2013, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto à PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, em 27 de janeiro de 2014.

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da REDEPREV aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência de gerenciamento do Plano CELPA OP e a cisão/transferência do Plano de RISCO, (parcela referente aos participantes ativos e assistidos da CELPA), da REDEPREV - Fundação Rede de Previdência para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data base em 31 de janeiro de 2014, conforme requerimento CELPA/Presidência nº 001/2014, de 30 de janeiro de 2014.

Em função da transferência dos Planos CELPA para a FASCEMAR, o Conselho Deliberativo da REDEPREV determinou a adequação da estrutura da Entidade.

DISTRIBUIÇÃO DA RESERVA ESPECIAL

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo

da REDEPREV aprovou, através de reunião extraordinária, a destinação da reserva especial para revisão do Plano CELPA OP. O valor atribuído aos participantes ativos será creditado no "Fundo F", criado especificamente para esta finalidade e contabilizado pelo regime de quotas patrimoniais, para pagamento em prestação única, por ocasião da concessão da Renda Mensal, ou opção pelos institutos do Resgate ou Portabilidade; enquanto os assistidos e pensionistas em gozo de Renda Mensal Vitalícia ou Financeira receberão os valores individuais em 04 (quatro) prestações mensais e sucessivas, em 27/02/2014, 27/03/2014, 29/04/2014 e 29/05/2014, atualizadas da mesma forma, pelo regime de quotas patrimoniais, a título de benefício temporário. A parcela atribuível a CELPA será mantida no Plano e contabilizada em conta específica sob-regime de quotas patrimoniais, com o objetivo de satisfazer as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

DÉFICIT TÉCNICO

Os Planos ELÉTRICAS BDI, ELÉTRICAS OP, CEMAT BDI, CEMAT OP e Plano de RISCO encerraram o exercício com déficit técnico, provocado pela rentabilidade dos investimentos abaixo da meta atuarial, entretanto, o valor total dos fundos previdenciais desses planos, é superior ao valor da insuficiência apurada, garantindo a solvência dos planos. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 14, de 24/02/2014, o valor do déficit técnico registrado nos planos citados, é inferior ao limite de 15% das provisões matemáticas das parcelas dos planos estruturados sob a forma de benefício definido.

O Déficit atuarial corresponde à insuficiência de recursos para cobertura de compromissos dos Planos de Benefícios. Os Déficits apresentados nos Planos ELÉTRICAS BDI, ELÉTRICAS OP, CEMAT BDI, CEMAT OP e Plano de RISCO são em grande parte de natureza conjuntural, devido a um cenário macroeconômico desfavorável no ano calendário de 2013.

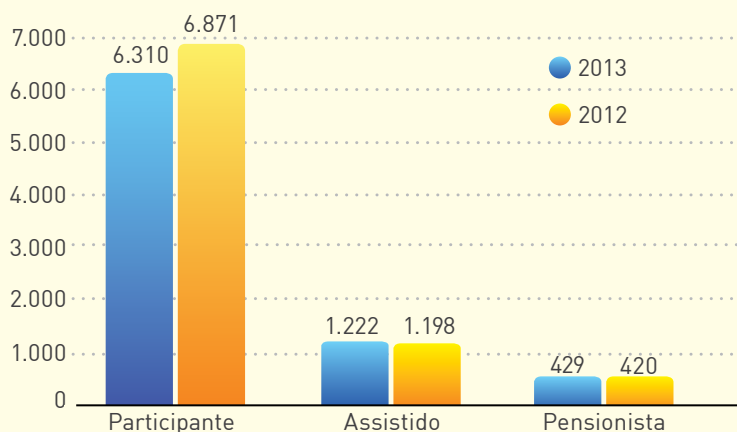
Evolução do Quadro de Participantes

A REDEPREV encerrou o exercício de 2013 com um total de 7.961 participantes. Desse total, 1.651 são assistidos recebendo

benefícios e 6.310 ativos. A seguir apresentamos quadro demonstrativo da evolução do número de participantes:

PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Planos	2013	2012
CELPA BD-I	298	300
Participante	0	0
Aposentado	257	261
Pensionista	41	39
CELPA BD-II	314	322
Ativo	10	12
Aposentado	169	172
Pensionista	135	138
CELPA OP	1.820	2.115
Ativo	1.755	2.082
Aposentado	64	32
Pensionista	1	1
CEMAT BD-I	144	145
Ativo	3	3
Aposentado	91	93
Pensionista	50	49
CEMAT OP	2.281	2.252
Ativo	1.954	1.923
Aposentado	285	290
Pensionista	42	39
ELÉTRICAS BD-I	362	365
Ativo	20	23
Aposentado	227	231
Pensionista	115	111
ELÉTRICAS OP	2.617	2.869
Ativo	2.559	2.819
Aposentado	57	49
Pensionista	1	1
Total	7.836	8.368
Plano R	6.348	6.903
Ativo	6.232	6.791
Aposentado	72	70
Pensionista	44	42



Governança Corporativa

A RedePrev é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos e multipatrocinada, cuja principal atividade consiste em instituir, administrar e executar planos de benefícios previdenciários, voltados para os empregados e dirigentes das empresas patrocinadoras.

REDEPREV - FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

CONSTITUIÇÃO: 24 de outubro de 2003, através da Portaria MPS/SPC Nº. 47.

CNPJ: 06.056.449/0001-58

O Estatuto da REDEPREV foi alterado em 01/10/2008, através da Portaria SPC nº 2.545.

Filiada:

Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP.

Sindicato Nacional de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – SINDAPP.

Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS.

Localização da Sede:

Rua Teixeira, 467 – Taboão - Bragança Paulista - SP – CEP: 12916-084 – Fone: (11) 4481-9600.

Localização dos Escritórios:

Quadra I04 Norte, Rua NE II, s/n, Lote I8 Conj.04 Sala 02, Plano Diretor Norte - Palmas / TO – CEP:77.006-030 – Fone: (63) 3219-5036.

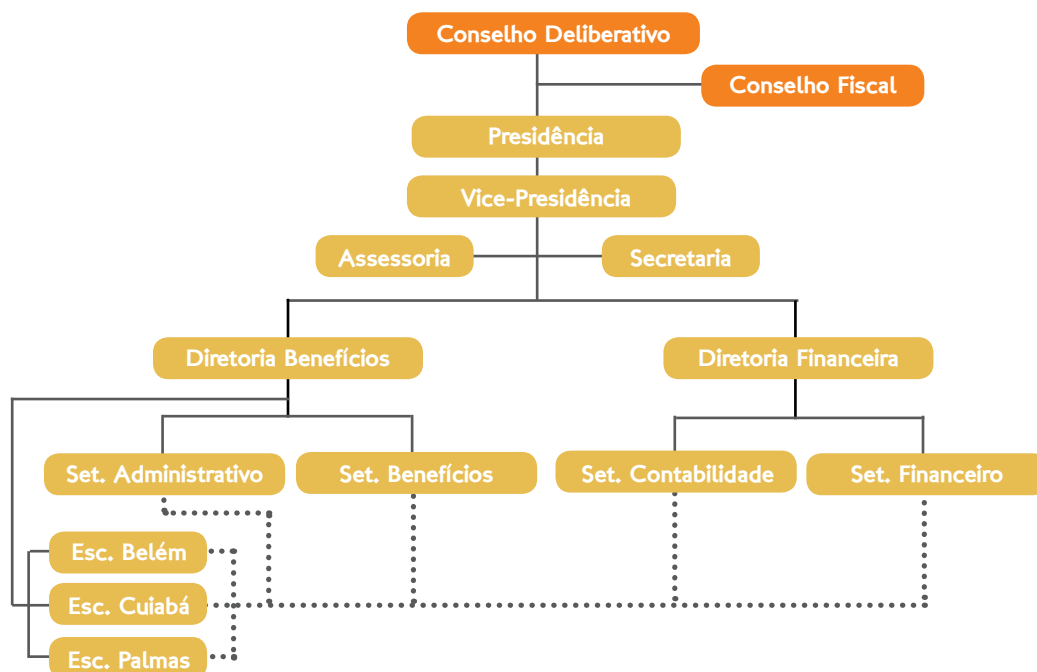
Av.General Valle, 32I, 7º Andar Sala 706 -Edifício Marechal Rondon - Bandeirantes – Cuiabá / MT – CEP: 78.010-020 – Fone: (65) 3624-7750.

Rua Dom Alberto Galdêncio Ramos, 64 – Bairro Nazaré – Belém / PA – CEP: 66.035-140 – Fone: (91) 3242-7799.

Estrutura Organizacional

A Estrutura Organizacional da RedePrev, apresentada no organograma abaixo, privilegia a funcionalidade e a eficiência administrativa.

O Conselho Deliberativo, instância que define e determina o caminho a ser trilhado pela administração, está no topo de uma pirâmide que cuida da execução das suas determinações (Presidência e demais setores administrativos) e da fiscalização desta execução (Conselho Fiscal).



Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o órgão de deliberação e orientação superior da REDEPREV cabendo-lhe, principalmente, fixar os objetivos, diretrizes fundamentais e orientações gerais de organização, operação e administração.

O Conselho Deliberativo é composto por 6 (seis) membros efetivos e respectivos suplentes, assegurado aos Participantes e Assistidos, no mínimo, 1/3 (um terço) das vagas, as quais serão preenchidas da seguinte forma:

I - 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes designados pelos Patrocinadores Fundadores;

II - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente designados pelos demais patrocinadores;

III - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente escolhidos pelas Comissões de Participantes, como representantes dos Participantes da REDEPREV; e

IV - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente escolhidos pelas Comissões de Participantes, como representantes dos Assistidos da REDEPREV.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA REDEPREV:

Período do Mandato: - De 06/01/2014 a 05/01/2018

MEMBROS	CONDIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	ESTATUTO
A – Efetivos			
1 – Henrique Jueis de Almeida (PRESIDENTE)	Membro Efetivo	Patrocinador Fundador Cemat	Art. 24, Inc. I
2 – Paulo Francisco F. Barberio	Membro Efetivo	Patrocinador Fundador Caiuá	Art. 24, Inc. I
3 – Filipe Diniz Lima Sotero	Membro Efetivo	Patrocinador Fundador Celpa	Art. 24, Inc. I
4 – Moisés Carlos Tozze	Membro Efetivo	Demais Patrocinadores Conveniados	Art. 24, Inc. II
5 – Jean Luis Teixeira	Membro Efetivo	Participantes	Art. 24, Inc. III
6 – Arlindo Antônio Napolitano	Membro Efetivo	Assistidos	Art. 24, Inc. IV
B – Suplentes			
1 – Ana Carolina Ribas de Oliveira	Membro Suplente	Patrocinador Fundador Cemat	Art. 24, Inc. I
2 – Gilmar Rodrigues Ferreira	Membro Suplente	Patrocinador Fundador Caiuá	Art. 24, Inc. I
3 – Leonardo da Silva L. Tavares de Lima	Membro Suplente	Patrocinador Fundador Celpa	Art. 24, Inc. I
4 – José Ramalho Júnior	Membro Suplente	Demais Patrocinadores Conveniados	Art. 24, Inc. II
5 – José Valentim Voltarelli	Membro Suplente	Participantes	Art. 24, Inc. III
6 – Hermília Maria Figueiredo L. Ferreira	Membro Suplente	Assistidos	Art. 24, Inc. IV

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da REDEPREV cabendo-lhe, principalmente, zelar por sua gestão econômico-financeira.

O Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, assegurado aos Participantes e Assistidos, no mínimo, 1/3 (um terço) das vagas, as quais serão preenchidas da seguinte forma:

I - I (um) membro efetivo e I (um) suplente designados pelos Patrocinadores Fundadores;

II - I (um) membro efetivo e I (um) suplente designados pelos demais patrocinadores; e

III - I (um) membro efetivo e I (um) suplente escolhidos pelas Comissões de Participantes, como representantes dos Participantes e Assistidos da REDEPREV, alternadamente.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL DA REDEPREV:

Período do Mandato: - De 06/01/2014 a 05/01/2018

MEMBROS	CONDIÇÃO	REPRESENTAÇÃO	ESTATUTO
A – Efetivos			
1 – Carolina Andrade Cassim (PRESIDENTE)	Membro Efetivo	Patrocinadores Fundadores	Art. 44, Inc. I
2 – Daniel Machado	Membro Efetivo	Demais Patrocinadores Conveniados	Art. 44, Inc. II
3 – Antônio César Incrocci	Membro Efetivo	Assistidos	Art. 44, Inc. III
B – Suplentes			
1 – Izabel Corina de Oliveira Carvalho	Membro Suplente	Patrocinadores Fundadores	Art. 44, Inc. I
2 – David Cunha Simão	Membro Suplente	Demais Patrocinadores Conveniados	Art. 44, Inc. II
3 – Célio Furrier	Membro Suplente	Assistidos	Art. 44, Inc. III

Diretoria Executiva

A Diretoria-Executiva é o órgão de administração geral da REDEPREV cabendo-lhe, precipuamente, cumprir e fazer cumprir as diretrizes fundamentais e normas legais e gerais baixadas pelo Conselho Deliberativo, dentro dos objetivos por ele fixados.

A Diretoria-Executiva é composta por 4 (quatro) membros designados pelo Conselho Deliberativo, para os seguintes cargos:

I - Diretor Presidente;

II - Diretor Vice-Presidente;

III - Diretor de Benefícios; e

IV - Diretor Financeiro.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA REDEPREV:

Período do Mandato: De 08/10/2013 a 07/10/2016 – Ata de Reunião Extraordinária do C.D. nº 76 de 28/08/2013.

MEMBROS	CARGO	ESTATUTO	MANDATO
1 – Andre Bolonha Fiuza de Mello	Diretor Presidente	Art. 34, Inc. I	07/10/2016
2 – Mauro Chaves de Almeida	Diretor Vice-Presidente	Art. 34, Inc. II	07/10/2016
3 – Itamar Ribeiro de Magalhães e Sousa Júnior	Diretor de Benefícios	Art. 34, Inc. III	07/10/2016
4 – Wilson Kirschner Amarante	Diretor Financeiro	Art. 34, Inc. IV	07/10/2016

Equipe de Colaboradores

SEDE - BRAGANÇA PAULISTA – SP

ASSESSORIA

Sebastião Ismael Altoé
Allyrio Sleiman Ali Zeitoun
Luciana Ribeiro Malhado

SECRETARIA

Lucy Mara de Paula Kikuchi

SETOR DE CONTABILIDADE

João Bosco Maciel de Moraes Filho
Luiz Carlos Gonçalves
Luciane Aparecida Lopes de Moraes

SETOR FINANCEIRO

Valéria Viviane das Neves
Mauro Martins
Luciana Campos Moreira Pinto

SETOR ADMINISTRATIVO

Vania Gomes Barbosa
Fernanda Roberta de Araújo
Bruna Vassoler Ferreira

SETOR DE BENEFÍCIOS

Edílson Henrique Ercolini
André Luis de Melo
Wagner Pereira

Escritório – BELÉM/PA

Nubiete Viana Maia
Peter Barbosa Foro

Escritório – CUIABÁ/MT

Carolina Souza Leite
Anita Teodoro de Oliveira Moraes

Escritório – PALMAS/TO

Rosana da Conceição Henderson Gordo

Planos de Benefícios

Situação dos Planos de Benefícios em 31/12/2013

Plano	Ativo Total	Obrigações	Ativo Líquido	Provisão Matemática	Provisão Matemática Benefício Definido
ELÉTRICAS BD-I	73.032.787	737.480	72.295.307	70.062.593	70.062.593
ELÉTRICAS-OP	128.896.252	1.350.430	127.545.822	126.375.240	39.490.931
CELPA BD-I	143.431.893	356.918	143.074.975	103.552.702	-
CELPA BD-II	71.012.035	412.852	70.599.183	52.990.040	-
CELPA-OP	136.187.305	1.786.632	134.400.673	112.765.387	-
CEMAT BD-I	46.190.819	421.411	45.769.408	44.670.325	44.670.325
CEMAT-OP	177.092.117	1.410.232	175.681.885	169.951.645	106.721.460
Plano-R	43.281.005	2.191.311	41.089.694	40.722.407	40.722.407
Total	819.124.213	8.667.266	810.456.947	721.090.339	
Plano ADM	4.276.040	4.276.040	0	0	0
Op. Comuns	-3.881.000	-3.881.000	0	0	0
Total Geral	819.519.253	9.062.306	810.456.947	721.090.339	

Plano	Equilíbrio Técnico Superávit / Déficit	Limite Resolução CNPC Nº 14 / 2014	Fundos Previdenciais	Resultado	Índice de Solvência
ELÉTRICAS BD-I	-4.666.034	-10.509.389	6.898.747	2.232.714	103,19%
ELÉTRICAS-OP	-4.469.805	-5.923.640	5.640.386	1.170.582	100,93%
CELPA BD-I	14.071.286	-	25.450.986	39.522.273	138,17%
CELPA BD-II	9.016.519	-	8.592.623	17.609.143	133,23%
CELPA-OP	14.262.493	-	7.390.791	21.635.286	119,19%
CEMAT BD-I	-2.704.907	-6.700.549	3.803.990	1.099.083	102,46%
CEMAT-OP	-4.467.784	-16.008.219	10.198.023	5.730.240	103,37%
Plano-R	-4.877.475	-6.108.361	5.244.761	367.287	100,90%
Total	16.164.293		73.220.307	89.366.608	112,39%
Plano ADM	0	0	0	0	0
Op. Comuns	0	0	0	0	0
Total Geral	16.164.293		73.220.307	89.366.608	112,39%

A situação econômico-financeira e atuarial dos planos de benefícios administrados pela REDEPREV, pós o fechamento do balancete de **Dezembro/2013**, é a seguinte: todos os 8 (oito) planos de benefícios previdenciários apresentam Índice de Solvência acima de 100%, o que significa dizer que o Ativo Líquido Previdencial desses planos é suficiente para cobrir as Reservas Matemáticas totais de Benefícios Concedidos e de Benefícios à Conceder, ou seja, para R\$ 721,0 milhões em compromissos (Provisão Matemática / Exigível Atuarial), temos R\$ 810,4 milhões de Patrimônio Líquido, gerando um excedente patrimonial próximo de R\$ 89,4 milhões - índice de solvência consolidado de 112,39%.

A Resolução CNPC nº 14, de 24/02/2014, publicada no Diário Oficial da União de 03/04/2014, estabelece o limite de 15% das provisões matemáticas dos planos estruturados sob a forma de benefício definido, para o equacionamento do déficit. O quadro acima demonstra que os cinco planos apresentam déficits inferiores ao limite estabelecido na norma.

Dos R\$ 14.262.493 contabilizados como equilíbrio técnico do plano CELPA-OP, R\$ 12.079.742 foram destinados como Reserva Especial para Revisão do plano e distribuição aos participantes e assistidos, ficando o restante, R\$ 2.182.750 contabilizados como Reserva de Contingência.

Plano CELPA BD-I

Instituído em 30/07/1982 e estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO, o Plano de Benefícios CELPA BD-I está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 01/01/1998, quando foi instituído um novo plano de benefícios denominado Plano de Benefícios CELPA BD-II.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- a) Complementação da aposentadoria por invalidez;
- b) Complementação da aposentadoria por idade;
- c) Complementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
- d) Complementação da aposentadoria especial;
- e) Complementação de pensão; e
- f) Complementação do abono anual.

Plano Celpa BD-I	2013	2012
Total	298	300
Participante	0	0
Ativo	0	0
Autopatrocinado	0	0
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opção	0	0
Aposentado	257	261
Pensionista	41	39

Plano CELPA BD-II

Instituído em 01/01/1998 e estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO, o Plano de Benefícios CELPA BD-II está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 01/04/2000, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios III e Plano Optativo.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- a) Complementação da aposentadoria por invalidez;
- b) Complementação da aposentadoria por idade;
- c) Complementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
- d) Complementação da aposentadoria especial;
- e) Benefício Proporcional Diferido;
- f) Complementação da pensão por morte; e
- g) Complementação do abono anual.

Plano Celpa BD-II	2013	2012
Total	314	322
Ativo	10	12
Ativo	10	12
Autopatrocinado	0	0
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opção	0	0
Aposentado	169	172
Pensionista	135	138

Plano CELPA OP

Instituído em 01/04/2000, o Plano de Benefícios CELPA-OP é um plano contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios "R" da REDEPREV.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- I - Renda Mensal, com reversão aos beneficiários, conforme opção manifestada no ato do requerimento, entre as seguintes alternativas:
 - a) Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Contribuição Variável; ou
 - b) Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida.

- II - Pecúlio por Invalidez ou Morte.

Plano Celpa OP	2013	2012
Total	1.820	2.115
Ativo	1.755	2.082
Ativo	1.712	2.059
Autopatrocinado	3	3
BPD	24	17
Aguardando Benefício /Prazo Opção	16	3
Aposentado	64	32
Pensionista	1	1

Plano CEMAT BD-I

Instituído em 01/01/1994 e estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO, o Plano de Benefícios CEMAT BD-I está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios II e Plano Optativo.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- a) Complementação da aposentadoria por invalidez;
- b) Complementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
- c) Complementação da aposentadoria por idade;
- d) Complementação da aposentadoria especial;
- e) Benefício Proporcional Diferido;
- f) Complementação da pensão por morte; e
- g) Complementação do abono anual.

Plano Cemat BD-I	2013	2012
Total	144	145
Ativo	3	3
Ativo	3	3
Autopatrocinado	0	0
BPD	0	0
Aguardando Benefício /Prazo Opção	0	0
Aposentado	91	93
Pensionista	50	49

Plano CEMAT-OP

Instituído em 01/01/1999, o Plano de Benefícios CEMAT-OP é um plano contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios "R" da REDEPREV.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

I - Renda Mensal, com reversão aos beneficiários, conforme opção manifestada no ato do requerimento, entre as seguintes alternativas:

- a) Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Contribuição Variável; ou
- b) Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida.

II - Pecúlio por Invalidez ou Morte.

Plano Cemat OP	2013	2012
Total	2.281	2.252
Ativo	1.954	1.923
Ativo	1.938	1.906
Autopatrocinado	9	11
BPD	6	4
Aguardando Benefício /Prazo Opção	1	2
Aposentado	285	290
Pensionista	42	39

Plano ELÉTRICAS BD-I

Instituído em 01/08/1986 e estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO, o Plano de Benefícios ELÉTRICAS BD-I encontrando-se bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 02 (dois) novos planos, Plano Básico de Benefícios II e o Plano Optativo.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- a) Suplementação da aposentadoria por tempo de contribuição;
- b) Suplementação da aposentadoria por idade;
- c) Suplementação da aposentadoria especial;
- d) Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- e) Suplementação do auxílio-doença;
- f) Benefício Proporcional Diferido;
- g) Suplementação da pensão por morte;
- h) Suplementação do abono anual; e
- i) Pecúlio por morte.

Plano Elétricas BD-I	2013	2012
Total	362	365
Ativo	20	23
Ativo	16	18
Autopatrocinado	3	3
BPD	1	2
Aguardando Benefício/Prazo Opção	0	0
Aposentado	227	231
Pensionista	115	111

Plano ELÉTRICAS-OP

Instituído em 01/01/1999, o Plano de Benefícios ELÉTRICAS-OP é um plano contributivo e executado de forma indissociável do Plano de Benefícios "R" da REDEPREV.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

I - Renda Mensal, com reversão aos beneficiários, conforme opção manifestada no ato do requerimento, entre as seguintes alternativas:

- a) Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de Contribuição Variável; ou
- b) Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de Contribuição Definida.

II - Pecúlio por Invalidez ou Morte.

Plano Elétricas OP	2013	2012
Total	2.617	2.869
Ativo	2.559	2.819
Ativo	2.532	2.770
Autopatrocinado	10	18
BPD	15	21
Aguardando Benefício/Prazo Opção	2	10
Aposentado	57	49
Pensionista	1	1

Plano R

O Plano de Benefícios R obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria N° 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS.

O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R (instituído em 01/04/2000), CEMAT-R (instituído em 01/01/1999) e ELÉTRICAS-R (instituído em 01/01/1999), cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade.

Os benefícios assegurados por este Plano são:

- a) Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- b) Suplementação do auxílio-doença;
- c) Suplementação da pensão por morte;

- d) Suplementação do abono anual; e
- e) Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO e é custeado exclusivamente e de forma solidária pelas Patrocinadoras e pelos Participantes Autopatrocinados.

Planos R	2013	2012
Total	6.348	6.903
Ativo	6.232	6.791
Aposentado	72	70
Pensionista	44	42

Plano de Gestão Administrativa

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) possui regulamento próprio, em conformidade com a legislação pertinente. A REDEPREV adota a gestão compartilhada dos recursos administrativos registrados no PGA entre os planos de benefícios previdenciais, significando que a destinação de sobras das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como à remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo, não serão individualizados por plano de benefícios previdenciais administrados pela entidade.

A REDEPREV registra nas demonstrações contábeis dos planos de benefícios, a parcela equivalente à sua participação no fundo administrativo registrado no PGA. O critério de participação do fundo administrativo é proporcional ao número de participantes e assistidos dos respectivos planos de benefícios.

Destacamos a seguir as despesas administrativas com pessoal, remuneração variável e prestadores de serviços:

Valores em R\$ Mil

Despesa com pessoal, discriminadas entre despesa com Diretoria, Conselhos, Pessoal próprio e Terceirizados.

Discriminação	2013	%	2012	%
Despesas com Pessoal	2.360	63,0%	2.149	60,1%
1. Pessoal Próprio	1.402	37,4%	1.345	37,6%
2. Diretoria	958	25,6%	804	22,5%
3. Conselhos	0	0,0%	0	0,0%
4. Terceirizados	0	0,0%	0	0,0%
Despesa Administrativa Total	3.745	100,0%	3.574	100,0%

Crítérios e indicadores utilizados para o pagamento de remuneração variável de cada cargo, quando houver, considerando participação nos resultados, bônus, e outras formas de remuneração por resultados.

O critério de Bonificação utilizado pela Fundação é realizado anualmente através de um processo de Avaliação de Desempenho individual, previsto no Plano de Cargos e Salários. A avaliação leva em consideração habilidades e competências individuais, tais como: Trabalho em equipe/interpessoal; Comunicação; Organização; Conhecimento técnico/funcional/normativo; Foco no cliente; Iniciativa; Capacidade de entrega; Automotivação; Ética e confidencialidade; Liderança; Capacidade de decisão; Perspicácia do negócio; e, Estratégia e visão do futuro. O valor da bonificação é pago em parcela única no mês de Junho, conforme previsto em Acordo Coletivo de Trabalho.

Valores em R\$ Mil

Despesas com prestadores de serviços de atuária, auditoria externa, assessoria jurídica e outras consultorias.

Discriminação	2013	%	2012	%
Despesas com Prestadores de Serviços	667	17,8%	624	17,5%
1. Sistemas de Informática	245	6,6%	232	6,5%
2. Consultoria Jurídica	185	4,9%	186	5,2%
3. Consultoria Atuarial	117	3,1%	108	3,0%
4. Serviços de Limpeza	45	1,2%	41	1,1%
5. Publicidade e Propaganda	29	0,8%	26	0,7%
6. Gestão/Planejamento Estratégico	26	0,7%	25	0,7%
7. Auditoria Contábil	20	0,5%	6	0,2%
8. Serviços de Segurança	1	0,0%	1	0,0%
Despesa Administrativa Total	3.745	100,0%	3.574	100,0%

* Despesas divulgadas em atendimento ao artigo 9º da Instrução Previc N° 05 de 01 de novembro de 2013.

INVESTIMENTOS

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

A REDEPREV faz gestão própria de parte dos ativos e possui ainda gestores para a parcela da carteira terceirizada, ou seja, Fundos de Investimentos. Estes gestores são avaliados semestralmente, através de análises desenvolvidas por consultores contratados pela REDEPREV.

A gestão entre os segmentos tem por objetivo a busca do equilíbrio entre as aplicações dos recursos e as obrigações previdenciais da Fundação. Para tanto, é feito anualmente estudo do fluxo atuarial que tem como objetivo a gestão da alocação entre os

segmentos de investimento. Com isto, define-se a alocação para busca ou superação da meta atuarial, traduzida pela rentabilidade gerada pela variação do INPC - IBGE + 5,5% de taxa de juros ao ano. A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela REDEPREV na gestão dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

CUSTO DA GESTÃO

Com base em relatórios e na documentação suporte, apuramos os custos de investimentos com a gestão dos Recursos Garan-

tadores dos Planos de Benefícios do exercício de 2013, os quais apresentamos no quadro abaixo e estão de acordo com os níveis praticados pelo mercado.

Despesas com a carteira de investimento.

Valores em R\$ Mil

Discriminação	2013	%	2012	%
1. Custódia	117	2,72%	117	5,42%
2. Taxa Administração	3.877	89,91%	1.811	84,03%
3. Cetip/Selic/CBLC	31	0,71%	26	1,21%
4. Análise dos Investimentos	84	1,94%	23	1,06%
5. Sistema de Controle	127	2,95%	124	5,74%
6. Análise de Risco	61	1,41%	50	2,35%
7. Auditoria de Gestão	15	0,35%	4	0,19%
Despesas com Investimentos	4.312	100,0%	2.155	100,0%

* Despesas divulgadas em atendimento ao artigo 9º da Instrução Previc Nº 05 de 01 de novembro de 2013.

CONJUNTURA ECONÔMICA

2013 termina com baixa expectativa de crescimento para 2014.

PIB aquém das expectativas e inflação em alta marcaram o final do ano de 2013. Vê-se, então, que o modelo de crescimento econômico baseado no consumo e estímulos creditícios utiliza-

dos pelo governo encontra-se esgotado.

Mesmo assim, a situação econômico-financeira e atuarial dos 8 (oito) planos de benefícios administrados pela REDEPREV ao final de dezembro foi estável. Ao apresentar um Índice de Solvência consolidado de 112,39%, a Fundação consegue cobrir suas Reservas Matemáticas totais de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder.

Perspectivas

Segundo relatório divulgado pela Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a perspectiva de crescimento da economia brasileira deve ser de 2,6% em 2014, enquanto espera-se um alcance de 3,2% para a América Latina e o Caribe. E a expectativa é que, de novo, o PIB interno registre um desempenho pífio.

No cenário externo, o Brasil perde espaço no comércio internacional ao não realizar acordos comerciais com as grandes economias globais. A redução ou não dos estímulos monetários realizados pelo FED, o Banco Central Norte Americano, poderá manter a volatilidade nos mercados financeiros internacionais e afetar as taxas de juros praticadas pelos países emergentes, ainda dependentes de linhas de crédito.

No cenário interno, a campanha eleitoral presidencial poderá trazer incertezas e volatilidade. Os analistas não apostam em graves riscos para o Brasil, mas mantêm no radar quais serão as medidas de controle da inflação a serem colocadas em prática e qual será o esforço para obter superávit primário sem utilizar a contabilidade criativa.

Em resumo, o ano de 2014 exigirá cautela por parte dos gestores de recursos. Há uma crise, mas se as autoridades governamentais praticarem uma gestão rígida na condução da economia, os resultados serão favoráveis para o País.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos é um conjunto de normas e diretrizes voltadas à orientação e direcionamento da gestão dos recursos garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões destinadas aos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar, elaborada, no mínimo, anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo da entidade.

Embora esta Política tenha uma perspectiva de longo prazo, ela deverá ser revisada, no mínimo, anualmente objetivando incorporar as mudanças conjunturais da economia, bem como as mudanças qualitativas dos passivos atuariais, cujos reflexos influenciam diretamente nas estratégias e objetivos da gestão dos ativos de investimentos, neste caso, garantidores dos planos de benefícios administrados pela REDEPREV.

Assim, a vigência desta proposta de Política de Investimentos, compreende o período entre 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2018, sendo que deverá ser revista anualmente, e, se for o caso, adequada até o final de cada exercício.

Este documento além de atender a Resolução do CMN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013, que altera alguns pontos da Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, além da própria Resolução do CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, visa, sobretudo, definir as estratégias da REDEPREV quanto à gestão dos recursos dos participantes e assistidos dos planos por ela administrados, dando-lhes ciência dos objetivos almejados e das ações a serem desempenhadas para alcançá-los, refletindo a seriedade e transparência na gestão dos recursos patrimoniais dos planos de benefícios.

A Política de Investimentos ora proposta descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela REDEPREV na gestão dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de um processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

A aplicação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos de Benefícios da REDEPREV tem como meta uma melhor combinação entre risco e retorno dos seus investimentos e, uma melhor estrutura patrimonial, visando atender as exigências legais e atuariais.

As diretrizes aqui definidas, que entram em vigor em 1º de janeiro de 2014, contemplam todos os itens previstos no Capítulo V da Resolução CMN nº 3.792/2009 – “Da Política de Investimento” e todos os itens previstos na nova Resolução do CMN nº 4.275, de 31 de outubro de 2013. O documento foi elaborado tendo em vista um horizonte de 60 meses, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 7, de 04 de dezembro de 2003.

Abaixo apresentamos um quadro resumo da Política de Investimento, aprovada para o exercício de 2014 pelo Conselho Deliberativo, na 78ª Reunião Extraordinária realizada em 12/II/2013.

Quadro Resumo da Política de Investimento dos Planos de Benefícios administrados pela REDEPREV para 2014 – Res. 3.792/2009 e Res. 4.275/2013.

Alocação dos Recursos	PLANOS BD's		PLANOS OP's	
	Margem de Alocação		Margem de Alocação	
	Mínima (%)	Máxima (%)	Mínima (%)	Máxima (%)
1 - Renda Fixa	0	100	0	100
2 - Renda Variável	0	20	0	40
3 - Investimentos Estruturados	0	5	0	10
4 - Investimentos no Exterior	0	5	0	5
5 - Imóveis	0	8	0	8
6 - Empréstimo e Financiamentos	0	15	0	15



Política de Investimentos

1. Entidade Fechada de Previdência Complementar : REDEPREV - Fundação Rede de Previdência
2. Exercício: 2014
3. Ata do Conselho Deliberativo / Data Assembleia : 78ª Reunião Extraordinária, dia 12/11/2013.
4. Plano de Benefício: CELPA-BDI; CELPA-BDII; CELPA-OP; CEMAT-BDI; CEMAT-OP; ELÉTRICAS-BDI; ELÉTRICAS-OP; Plano de Benefícios "R" e PGA.
5. Meta Atuarial dos Planos de Benefícios CELPA, CEMAT e ELÉTRICAS: Indexador - INPC, Taxa de Juros - 5,5% a a, Plano de Risco, Taxa de juros 5,5% a.a.
6. AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: WILSON KIRSCHNER AMARANTE
6.1. Renda Fixa:
6.2. Renda Variável:
6.3. Investimentos Estruturados:
6.4. Investimentos no Exterior:
6.5. Imóveis:
6.6. Empréstimos e Financiamentos:
7. Mecanismo de Informação da Política aos Participantes: <input checked="" type="checkbox"/> Meio Eletrônico <input type="checkbox"/> Impresso

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DA EFPC, SEGUNDO REGULAMENTO ANEXO À RESOLUÇÃO CMN nº 3.792/2009:

Alocação dos Recursos	8. Margem de Alocação		9. Diversificação
	Lim.Inf(%)	Lim.Sup(%)	
X.1 Renda Fixa	0,00	100,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.1.1 Carteira RF			
X.2 Renda Variável			
X.2.1 Carteira RV	0,00	40,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.3 Investimentos Estruturados			
X.3.1 Carteira Invest. Estruturados	0,00	10,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.4 Investimentos no Exterior			
X.4.1 Carteira Invest. Exterior	0,00	5,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5 Imóveis			
X.5.1 Carteira de Desenvolvimento	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.2 Carteira de Aluguéis e Renda	0,00	8,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.3 Carteira de Fundos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.5.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6 Empréstimos e Financiamentos			
X.6.1 Carteira de Empréstimos a Participantes	0,00	15,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.
X.6.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	0,00	0,00	Conforme Resolução CMN 3792/09.

12. Objetivos da gestão

A gestão entre os segmentos tem por objetivo a busca do equilíbrio entre as aplicações dos recursos e as obrigações previdenciais da Fundação. Para tanto, é feito anualmente estudo do fluxo atuarial que tem como objetivo a gestão da alocação entre os segmentos de investimento. Com isto, define-se a alocação para busca ou superação da meta atuarial, traduzida pela rentabilidade gerada pela variação do INPC - IBGE + 5,5% de taxa de juros ao ano. A Política de Investimentos descreve a filosofia e as práticas de investimentos utilizados pela REDEPREV na gestão dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados. A entidade considera crucial adotar um planejamento que defina as diretrizes de preservação e de ampliação dos recursos dos planos de benefícios por ela administrados, por meio de processo de investimento prudente e consistente com os objetivos, políticas e estratégias de longo prazo.

Bragança Paulista-SP, 12 de novembro de 2013.

Diretor Presidente: André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Financeiro: Wilson Kirschner Amarante

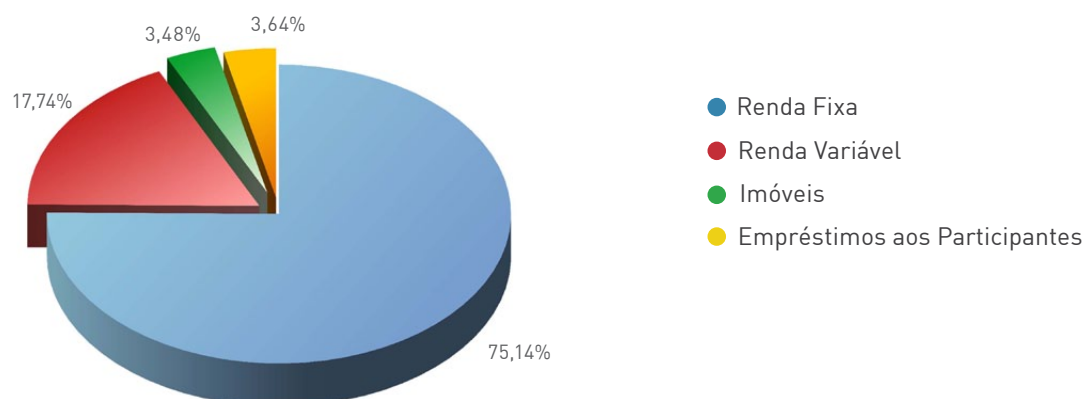
DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES EM 31/12/2013

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	ÍNDICE	TOTAIS	
		%	R\$
RENTA FIXA		75,14	612.689.715,02
CDB - POS FIXADO		3,92	31.947.466,90
BICBANCO	CDI	2,00	16.287.315,30
SOFISA	IPCA	1,92	15.660.151,60
DPGE		18,17	148.130.791,49
DPGE - ARBI	CDI	0,97	7.887.411,69
DPGE - BMG	IPCA/CDI	1,82	14.866.374,49
DPGE - BONSUCESSO	CDI	1,86	15.149.497,35
DPGE - CARUANA	CDI	1,41	11.477.540,24
DPGE - DACASA	CDI	0,76	6.165.891,85
DPGE - MERCANTIL	IPCA	2,33	19.008.700,26
DPGE - MODAL	IPCA	2,08	16.944.262,94
DPGE - NBC	CDI	0,80	6.497.069,50
DPGE - OMNI	CDI	0,26	2.097.838,14
DPGE - PRIMUS	CDI	0,68	5.512.513,38
DPGE - SCHAHIN	IPCA	0,91	7.407.392,71
DPGE - SOFISA	IPCA	1,65	13.468.563,20
DPGE - STVT	CDI	1,18	9.594.973,28
DPGE - TRICURY	CDI	1,48	12.052.762,46
LETRA FINANCEIRA		6,31	51.431.934,64
LETRA FINANCEIRA - ABC	CDI/IPCA	1,69	13.755.494,49
LETRA FINANCEIRA - BNP	CDI	1,29	10.495.230,31
LETRA FINANCEIRA - BRADESCO	CDI	1,29	10.497.197,73
LFS - LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA - ITAÚ	IPCA	0,78	6.350.226,91
LETRA FINANCEIRA - SAFRA	IPCA	1,27	10.333.785,20
DEBÊNTURES SIMPLES		8,00	65.191.609,15
BRADESPAR	CDI	1,28	10.457.053,51
CEMIG DIST	IGPM/IPCA	3,65	29.759.225,46
DUKE ENERGY	IPCA	1,53	12.452.505,18
REDE ENERGIA	CDI	1,54	12.522.825,00
TÍTULOS PÚBLICOS		24,20	197.356.367,28
NTN-B	IPCA	15,72	128.168.467,13
NTN-C	IGPM	8,49	69.187.900,15
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENTA FIXA		13,63	111.131.722,27
FUNDOS RENTA FIXA ÍNDICES		0,50	4.061.502,24
XP INFLAÇÃO FI RF LP		0,50	4.061.502,24
FUNDOS REFERENCIADOS DI		4,34	35.355.552,92
BRADESCO FIF PREMIUM DI		4,34	35.355.552,92
FUNDOS DE RENTA FIXA CRÉDITO PRIVADO		2,69	21.958.117,71

SEGMENTOS DE APLICAÇÃO	ÍNDICE	TOTAIS	
		%	R\$
BNP ESMERALDA FIC RF		1,31	10.696.729,26
BTG PACTUAL EMISSÕES PRIMÁRIAS II		0,72	5.904.938,84
BRADESCO INST FI CP		0,66	5.356.449,61
FUNDOS MULTIMERCADO		6,10	49.756.549,40
ACTIVE FIX IB MM FI		1,88	15.337.406,84
ITAÚ INS MM JR MOEDA		2,46	20.082.289,39
BRADESCO FIM PLUS I		0,71	5.800.204,32
PLURAL CAPITAL FIC MM		1,05	8.536.648,85
FIDC		0,92	7.499.823,29
FIDC CEEE IV-D		0,33	2.658.148,85
FIDC FORNEC PETR BR2		0,59	4.841.674,44
RENTA VARIÁVEL		17,74	144.634.378,02
AÇÕES		0,56	4.580.131,20
REDE3 REDE ENERGIA ON		0,56	4.580.131,20
FUNDOS DE INVESTIMENTOS - RENTA VARIÁVEL		17,18	140.054.246,82
BNY MELLON ARX FI AÇÕES		2,58	21.020.114,09
BNY MELLON INCOME FIA		3,63	29.621.669,40
BRADESCO FIA DIVIDENDOS		0,83	6.785.792,85
BRZ VALOR FIC FIA		2,06	16.824.003,83
BTG ABSOLUTO INSTITUCIONAL FIA		0,69	5.627.577,52
FRANKLIN TEMPLETON IBX FIA		0,64	5.182.027,33
FRANKLIN TEMPLETON VALOR E LIQUIDEZ FIA		2,63	21.473.927,53
GAP AÇÕES FIA		1,80	14.699.346,40
GAVEA AÇÕES FIC FIA		0,38	3.083.338,89
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS		0,35	2.838.731,57
KONDOR EQ INS FIA		0,35	2.860.373,05
UBS PACTUAL DIVIDENDOS FIA		0,51	4.164.400,36
VINCI GAS VALOR DIVIDENDOS		0,72	5.872.944,00
IMÓVEIS		3,48	28.398.424,57
EMPRÉSTIMOS		3,64	29.681.086,15
TOTAL GERAL			815.403.603,76

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES 31/12/2013



DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS (DI) / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (1º SEMESTRE DE 2013)

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Diretoria Executiva da REDEPREV apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da REDEPREV, relativo ao 1º SEMESTRE / 2013.

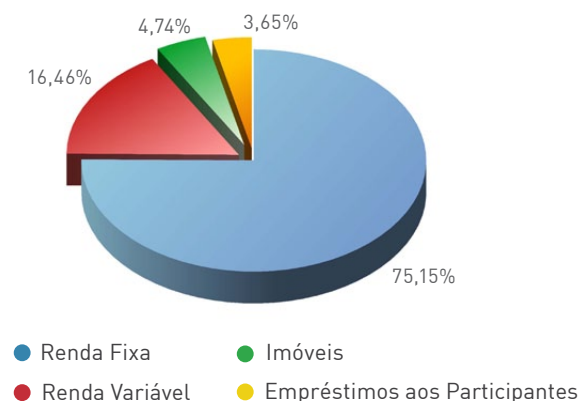
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DA REDEPREV POR SEGMENTO, EM REAIS E EM PORCENTUAIS RELATIVOS, NO SEMESTRE DE REFERÊNCIA E NO SEMESTRE ANTERIOR				LIMITES DE ALOCAÇÃO - RES. 3.792 BACEN, POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E EFETIVA				RENTABILIDADE DA REDEPREV POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO EM COMPARAÇÃO AOS BENCHMARKS DE MERCADO E META ATUARIAL					
Segmentos	Investimentos 2º Semestre/2012 Posição em 31/12/2012		Investimentos 1º Semestre/2013 Posição em 30/06/2013		Limites de Alocação - Res. 3.792 - BACEN	Limites da Polít. de Investimentos - Percentual de Alocação	Composição Efetiva dos Investimentos	Rentabilidade REDEPREV por Segmento de Aplicação	Benchmarks de Mercado		Meta Atuarial	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Benchmarks	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Meta Atuarial
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$					Indicadores	%			
Renda Fixa	77,05%	670.054.157,26	75,15%	612.923.724,86	100,00%	Até 100%	75,15%	-1,30%	CDI	3,43%	6,11%	-37,90%	-21,28%
Renda Variável	14,81%	128.830.644,19	16,46%	134.228.066,05	70,00%	Até 40%	16,46%	-10,12%	IBOVESPA Fechto	-22,14%	6,11%	45,71%	-165,63%
Imóveis	4,49%	39.066.934,93	4,74%	38.685.742,50	8,00%	Até 8%	4,74%	4,86%	Meta Atuarial	6,11%	6,11%	79,54%	79,54%
Emprést. aos Participantes	3,64%	31.669.993,03	3,65%	29.737.637,37	15,00%	Até 15%	3,65%	7,28%	Meta Atuarial	6,11%	6,11%	119,15%	119,15%
TOTAL	100,00%	869.621.729,41	100,00%	815.575.170,78				-2,33%			6,11%		-38,13%

CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS REALIZADOS NO 1º SEMESTRE/2013		
Instituição	Serviço	Valor - R\$
Banco Itaú	Custódia	58.435,16
Banco Itaú	Cetip/Selic/Cblic	14.160,53
PPS/ALM	Análise de investimentos	45.222,84
Risk Office	Risco de Mercado	26.281,44
Auditoria	Auditoria de Gestão	10.690,90
Sist. controle Invest.	Licença de uso	62.889,78
Taxa de Adm. Fundos	Diversos Bancos	1.834.474,85
TOTAL		2.052.155,50

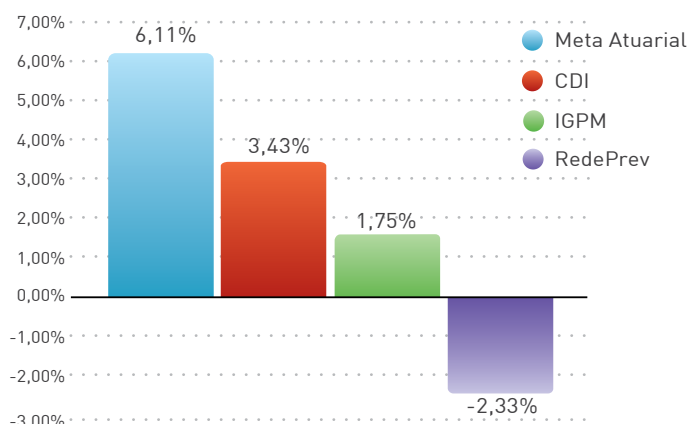
MONTANTE DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO E GESTÃO - 1º SEMESTRE/2013					VALORES EM RISCO (VaR) P/ OS SEGMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL		
Investimento	Valor - R\$	% em Rel. Total	Gestão		Segmentos	VaR - 1º Semestre/2013	
Segmento Renda Fixa	612.923.724,86	75,15%				%	Valor - R\$
Títulos Públicos - NTN	127.861.806,23	15,68%	Própria		R. Fixa - RF	1,85%	12.018.650,63
CDB	42.095.596,89	5,16%	Própria		R. Variável - RV	10,73%	13.517.136,14
Debêntures	64.657.390,94	7,93%	Própria		Consolidado	3,22%	25.011.431,06
Fundos de Investimentos	165.323.635,89	20,27%	Terceirizada				
DPOE/LFS	212.985.294,91	26,11%	Própria		Planos Benef.	Rentabilidade - 1º Semestre/13	
Segmento Renda Variável	134.228.066,05	16,46%			CELPA OP	-2,08%	
Fundos de Investimento/Ações	134.228.066,05	16,46%	Terceirizada		CEMAT OP	-2,29%	
Segmento Imóveis	38.685.742,50	4,74%			ELÉTRICAS OP	-2,25%	
Imóveis	38.685.742,50	4,74%	Própria		Meta Atuarial	6,11%	
Segm. Empréstimo Participantes	29.737.637,37	3,65%			CDI	3,43%	
Empréstimo Financeiro	29.737.637,37	3,65%	Própria				
TOTAL	815.575.170,78	100,00%					

Investimentos da REDEPREV

1º Semestre 2013



Rentabilidade no 1º Semestre 2013



Faixas de Alocação dos Recursos por Plano								
Segmento	CELPA BDI		CELPA BDII		CELPA OP		Total CELPA	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	77,26%	111.881.404,05	77,08%	55.239.683,50	74,95%	103.556.749,24	76,32%	270.677.836,79
Renda Variável	17,23%	24.955.887,65	17,29%	12.393.012,23	15,29%	21.125.441,55	16,49%	58.474.341,43
Imóveis	4,19%	6.069.035,97	4,27%	3.060.840,25	3,25%	4.487.414,90	3,84%	13.617.291,12
Emp. a Participantes	1,31%	1.897.780,72	1,36%	973.646,44	6,52%	9.006.129,01	3,35%	11.877.556,17
TOTAL	100,00%	144.804.108,39	100,00%	71.667.182,42	100,00%	138.175.734,70	100,00%	354.647.025,51

Segmento	CEMAT BDI		CEMAT OP		Total CEMAT	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	77,83%	34.843.353,45	75,04%	128.086.263,13	75,62%	162.929.616,58
Renda Variável	16,30%	7.294.996,42	15,82%	26.999.288,80	15,92%	34.294.285,22
Imóveis	4,93%	2.209.168,11	4,62%	7.885.278,04	4,68%	10.094.446,15
Emp. a Participantes	0,93%	418.344,44	4,53%	7.728.995,70	3,78%	8.147.340,14
TOTAL	100,00%	44.765.862,42	100,00%	170.699.825,67	100,00%	215.465.688,09

Segmento	ELÉTRICAS BDI		ELÉTRICAS OP		Total ELÉTRICAS	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	75,07%	55.492.570,27	68,51%	88.460.575,61	70,90%	143.953.145,88
Renda Variável	16,85%	12.457.048,43	17,30%	22.330.964,44	17,13%	34.788.012,87
Imóveis	7,69%	5.682.038,77	7,20%	9.291.966,46	7,38%	14.974.005,23
Emp. a Participantes	0,39%	286.308,62	6,99%	9.027.775,90	4,59%	9.314.084,52
TOTAL	100,00%	73.917.966,09	100,00%	129.111.282,41	100,00%	203.029.248,50

Segmento	Plano de Benefícios "R"		Total Plano de Benefícios "R"	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	83,10%	33.909.064,59	83,10%	33.909.064,59
Renda Variável	15,92%	6.498.230,04	15,92%	6.498.230,04
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	0,98%	398.656,54	0,98%	398.656,54
TOTAL	100,00%	40.805.951,17	100,00%	40.805.951,17

Segmento	Plano de Gestão Administrativa		Total Plano de Gestão Administrativa	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	89,36%	1.454.060,77	89,36%	1.454.060,77
Renda Variável	10,64%	173.196,55	10,64%	173.196,74
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	0,00%	-	-	-
TOTAL	100,00%	1.627.257,32	100,00%	1.627.257,51

TOTAL - INVESTIMENTOS REDEPREV 815.575.170,78

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
Wilson Kirschner Amarante – Diretor Financeiro
E-mail: wilson.amarante@redeprev.com.br
Telefone: (11) 4481-9603

Empresa Responsável pela Auditoria de Gestão da REDEPREV
SAX Slavic Auditores Independentes
Alexandre Slavic
e-mail: alexandre.slavic@saxaudidores.com.br
Telefone: (11) 2896-2755

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS (DI) / POLÍTICA DE INVESTIMENTOS (2º SEMESTRE DE 2013)

Em cumprimento ao disposto na Resolução CGPC nº 23 de 06/12/2006 e na Resolução nº 3.792, de 24/09/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Diretoria Executiva da REDEPREV apresenta a seguir as informações relativas ao Demonstrativo de Investimentos da REDEPREV, relativo ao 2º SEMESTRE / 2013.

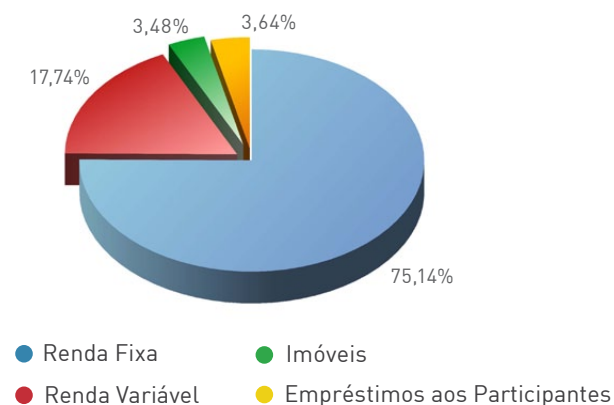
TOTAL DOS INVESTIMENTOS DA REDEPREV POR SEGMENTO, EM REAIS E EM PORCENTUAIS RELATIVOS, NO SEMESTRE DE REFERÊNCIA E NO SEMESTRE ANTERIOR				LIMITES DE ALOCAÇÃO - RES. 3.792 BACEN, POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E EFETIVA				RENTABILIDADE DA REDEPREV POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO EM COMPARAÇÃO AOS BENCHMARKS DE MERCADO E META ATUARIAL					
Segmentos	Investimentos 1º Semestre/2013 Posição em 30/06/2013		Investimentos 2º Semestre/2013 Posição em 31/12/2013		Limites de Alocação - Res. 3.792 - BACEN	Limites da Polít. de Investimentos - Percentual de Alocação	Composição Efetiva dos Investimentos	Rentabilidade REDEPREV por Segmento de Aplicação	Benchmarks de Mercado		Meta Atuarial	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Benchmarks	Relação percentual Rentabilidade REDEPREV e Meta Atuarial
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$					Indicadores	%			
Renda Fixa	75,15%	612.923.724,86	75,14%	612.689.715,02	100,00%	Até 100%	75,14%	1,41%	CDI	4,48%	4,96%	31,47%	28,43%
Renda Variável	16,46%	134.228.066,05	17,74%	144.634.378,02	70,00%	Até 40%	17,74%	7,76%	IBOVESPA Fechto	8,52%	4,96%	91,08%	156,45%
Imóveis	4,74%	38.685.742,50	3,48%	28.398.424,57	8,00%	Até 8%	3,48%	18,44%	Meta Atuarial	4,96%	4,96%	371,77%	371,77%
Emprést. aos Participantes	3,65%	29.737.637,37	3,64%	29.681.086,15	15,00%	Até 15%	3,64%	5,30%	Meta Atuarial	4,96%	4,96%	106,85%	106,85%
TOTAL	100,00%	815.575.170,78	100,00%	815.403.603,76				3,31%	6,69%		4,96%		66,73%

CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS REALIZADOS NO 2º SEMESTRE/2013			Valor - R\$
Instituição	Serviço		
Banco Itaú	Custódia		58.853,46
Banco Itaú	Cetip/Selic/Cblic		16.537,38
PPS/ALM	Análise de investimentos		38.560,30
Risk Office	Risco de Mercado		34.705,66
Auditoria	Auditoria de Gestão		4.377,68
Sist. controle Invest.	Licença de uso		64.504,30
Taxa de Adm. Fundos	Diversos Bancos		2.042.815,44
TOTAL			2.260.354,22

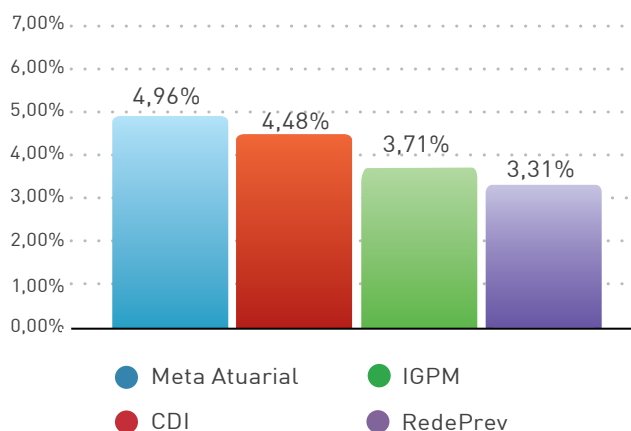
MONTANTE DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO E GESTÃO - 2º SEMESTRE/2013					VALORES EM RISCO (VaR) P/ OS SEGMENTOS DE RENDA FIXA E VARIÁVEL		
Investimento	Valor - R\$	% em Rel. Total	Gestão		Segmentos	VaR - 2º Semestre/2013	
						%	Valor - R\$
Segmento Renda Fixa	612.689.715,02	75,14%					
Títulos Públicos - NTN	197.356.367,28	15,68%	Própria		R. Fixa - RF	1,02%	6.562.265,50
CDB	31.947.466,90	5,16%	Própria		R.Variável - RV	6,69%	9.232.402,48
Debêntures	65.191.609,15	7,93%	Própria		Consolidado	1,77%	13.872.479,37
Fundos de Investimentos	118.631.545,56	20,27%	Terceirizada				
DPOE/LFS	199.542.726,13	26,11%	Própria		Planos Benef.		
Segmento Renda Variável	144.634.378,02	17,74%					
Fundos de Investimento/Ações	144.634.378,02	16,46%	Terceirizada		CELPA OP	4,16%	
Segmento Imóveis	28.398.424,57	3,48%			CEMAT OP	6,07%	
Imóveis	28.398.424,57	4,74%	Própria		ELÉTRICAS OP	3,41%	
Segm. Empréstimo Participantes	29.681.086,15	3,64%			Meta Atuarial	4,96%	
Empréstimo Financeiro	29.681.086,15	3,65%	Própria		CDI	4,48%	
TOTAL	815.403.603,76	100,00%					

Investimentos da REDEPREV

2º Semestre 2013



Rentabilidade no 2º Semestre 2013



Faixas de Alocação dos Recursos por Plano								
Segmento	CELPA BDI		CELPA BDII		CELPA OP		Total CELPA	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	75,66%	108.376.220,47	76,75%	54.356.522,07	73,39%	99.284.707,66	75,00%	262.017.450,20
Renda Variável	18,77%	26.890.670,08	17,50%	12.393.012,23	16,83%	22.763.214,30	17,76%	62.046.896,61
Imóveis	4,21%	6.028.802,48	4,29%	3.040.548,97	3,30%	4.457.666,43	3,87%	13.527.017,88
Emp. a Participantes	1,36%	1.943.911,63	1,46%	1.030.833,49	6,49%	8.773.554,38	3,36%	11.748.299,50
TOTAL	100,00%	143.239.604,66	100,00%	70.820.916,76	100,00%	135.279.142,77	100,00%	349.339.664,19

Segmento	CEMAT BDI		CEMAT OP		Total CEMAT	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	82,09%	37.848.813,29	79,07%	139.324.723,13	79,70%	177.173.536,42
Renda Variável	17,05%	7.860.535,60	16,51%	29.092.395,04	16,62%	36.952.930,64
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	0,86%	398.021,73	4,42%	7.788.477,64	3,68%	8.186.499,37
TOTAL	100,00%	46.107.370,62	100,00%	176.205.595,81	100,00%	222.312.966,43

Segmento	ELÉTRICAS BDI		ELÉTRICAS OP		Total ELÉTRICAS	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	74,73%	54.422.758,78	66,86%	85.522.895,76	69,71%	139.945.654,54
Renda Variável	17,20%	12.527.669,49	18,81%	24.062.301,38	18,23%	36.589.970,87
Imóveis	7,75%	5.643.122,01	7,21%	9.228.284,68	7,41%	14.871.406,69
Emp. a Participantes	0,32%	236.692,80	7,12%	9.108.814,72	4,66%	9.345.507,52
TOTAL	100,00%	72.830.243,08	100,00%	127.922.296,54	100,00%	200.752.539,62

Segmento	Plano de Benefícios "R"		Total Plano de Benefícios "R"	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	81,96%	33.638.832,99	81,96%	33.638.832,99
Renda Variável	17,06%	7.001.997,97	17,06%	7.001.997,97
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	0,98%	400.779,76	0,98%	400.779,76
TOTAL	100,00%	41.041.610,72	100,00%	41.041.610,72

Segmento	Plano de Gestão Administrativa		Total Plano de Gestão Administrativa	
	%	Valor - R\$	%	Valor - R\$
Renda Fixa	91,15%	1.783.625,84	91,15%	1.783.625,84
Renda Variável	8,85%	173.196,55	8,85%	173.196,74
Imóveis	0,00%	-	0,00%	-
Emp. a Participantes	0,00%	-	0,00%	-
TOTAL	100,00%	1.956.822,39	100,00%	1.956.822,58

TOTAL - INVESTIMENTOS REDEPREV 815.403.603,76

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado
Wilson Kirschner Amarante – Diretor Financeiro
E-mail: wilson.amarante@redeprev.com.br
Telefone: (11) 4481-9603

Empresa Responsável pela Auditoria de Gestão da REDEPREV
SAX Slavic Auditores Independentes
Alexandre Slavic
e-mail: alexandre.slavic@saxaudidores.com.br
Telefone: (11) 2896-2755

RENTABILIDADE

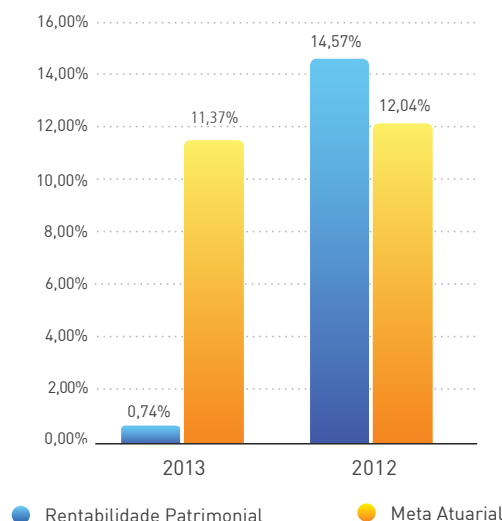
A rentabilidade patrimonial média consolidada em 2013, dos planos de benefícios previdenciários administrados pela REDEPREV, calculada pelo método da valorização da cota, resultou em uma taxa nominal de 0,74%. A referida taxa, descontada a meta atuarial de 11,37% (INPC + 5,5% a.a.), resultou em uma taxa de rentabili-

dade real líquida de -9,54%, abaixo da referida meta, e -6,77% do "benchmark" adotado pela Fundação que é o CDI.

A seguir, apresentamos a evolução da rentabilidade nominal e outros indicadores, referente ao período de **2013 e 2012**.

RENTABILIDADE PATRIMONIAL

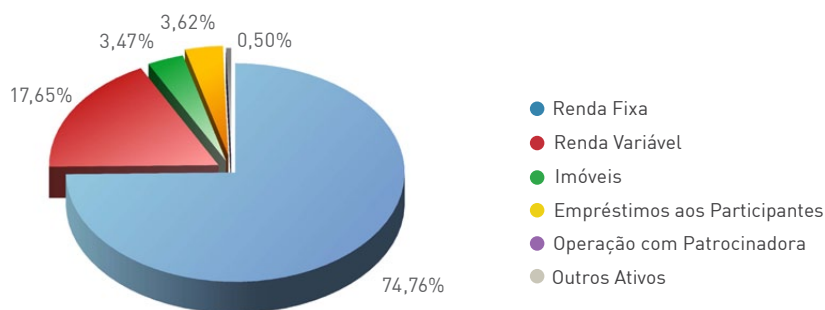
Discriminação		2013	2012
Rentabilidade Patrimonial	No Ano	0,74	14,57
INPC - IBGE	No Ano	5,56	6,20
Taxa de Juros	No Ano	5,50	5,50
Meta Atuarial	No Ano	11,37	12,04
Rentabilidade Real Líquida	No Ano	-9,54	2,26



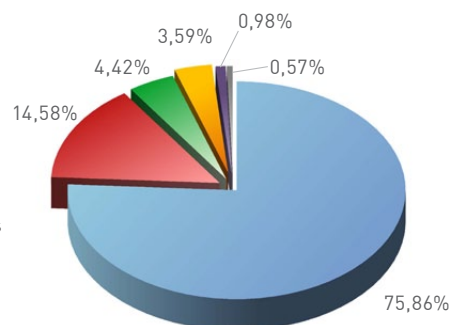
Os dados e respectivos gráficos a seguir, demonstram o perfil de alocação do Patrimônio da REDEPREV, nos exercícios de 2013 e 2012.

Modalidades		2013		2012	
		R\$ Mil	%	R\$ Mil	%
Renda Fixa	RF	612.690	74,76%	670.054	75,86%
Renda Variável	RV	144.634	17,65%	128.830	14,58%
Investimentos Imobiliários	IM	28.398	3,47%	39.066	4,42%
Empréstimo Participante	EP	29.681	3,62%	31.669	3,59%
Operação com Patrocinadora	OP	0	0	8.623	0,98%
Outros Ativos	OA	4.116	0,50%	5.071	0,57%
Total		819.519	100,00%	883.313	100,00%

Exercício 2013



Exercício 2012



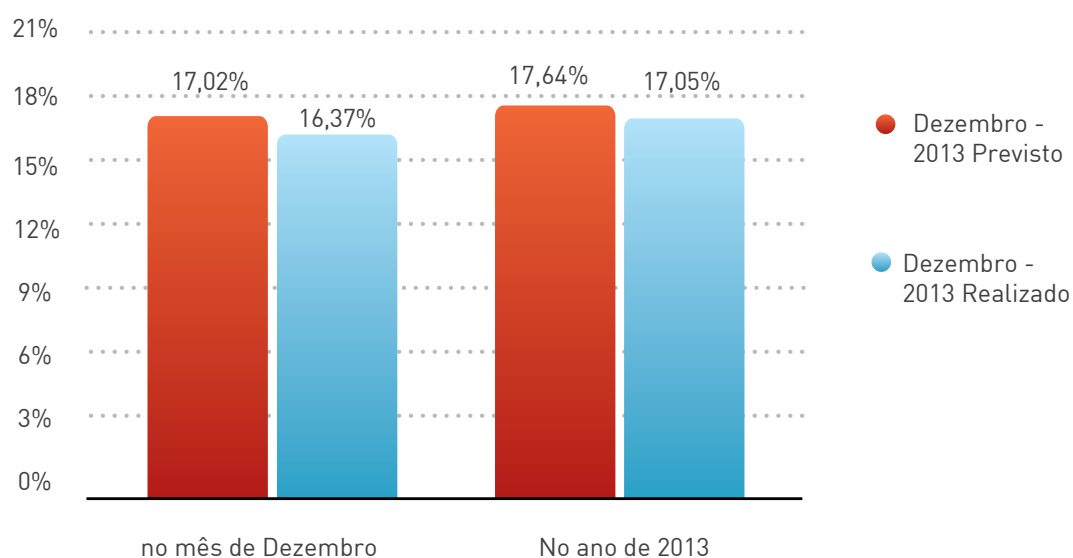
RENTABILIDADE POR SEGMENTO 2013

Segmento	Rentabilidade	Meta Atuarial	Relação Rentabilidade x Meta Atuarial
Renda Fixa	0,10	11,37	0,88
Renda Variável	-3,15	11,37	-27,70
Imóveis	24,20	11,37	212,84
Empréstimos	12,97	11,37	114,07

RENTABILIDADE GLOBAL EM 2013 POR PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Plano de Benefícios	Rentabilidade Patrimonial (%)	Meta Atuarial (%)	Recursos Garantidores
CELPA BD – I	0,15	11,37	143.239.604,66
CELPA BD – II	0,09	11,37	70.820.916,76
CELPA – OP	1,99	11,37	135.279.142,77
CEMAT BD – I	2,13	11,37	46.107.370,62
CEMAT – OP	3,65	11,37	176.205.595,81
ELÉTRICAS BD- I	-0,22	11,37	72.830.243,08
ELÉTRICAS – OP	1,08	11,37	127.922.296,54
Plano - R	-3,01	11,37	41.041.610,72
Plano Administrativo			1.956.822,80
Consolidada			815.403.603,76

ORÇAMENTO PREVISTO X REALIZADO NO MÊS E ACUMULADO ATÉ DEZEMBRO DE 2013



FLUXO ORÇAMENTÁRIO - DEZEMBRO/2013										
Discriminação	NO MÊS			ACUMULADO ATÉ O MÊS					PREVISÃO ANO - 2013	
	Previsto (a)	Realizado (b)	(b - a)	Variação % Realiz. (b/a)	Previsto (c)	Realizado (d)	(d - c)	Variação % Realiz. (d/c)	Valor (e)	A. V. %
1- Receita de Contribuição	1.569.579,11	1.411.870,34	(157.708,77)	0,90	19.002.012,63	17.769.524,39	(1.232.488,24)		19.002.012,63	
2- Rec. Administrativa (Custeio Administrativo)	373.961,42	371.398,62	(2.562,80)	0,99	3.983.723,49	4.199.736,74	216.013,25	105,42%	3.983.723,49	100,00%
3- Gestão Previdencial	330.836,66	291.902,95	(38.933,71)	0,88	4.055.053,55	3.745.377,50	(309.676,05)	92,36%	4.055.053,55	100,00%
3.1 - Pessoal e Encargos	211.085,87	186.301,62	(24.784,25)	0,88	2.569.931,30	2.359.509,49	(190.421,81)	92,53%	2.569.931,30	62,88%
3.1.1 - Dirigentes	85.082,46	80.333,66	(4.748,80)	0,94	1.016.312,67	957.850,98	(58.461,69)	94,25%	1.016.312,67	25,06%
3.1.2 - Pessoal Próprio	126.003,41	105.967,96	(20.035,45)	0,84	1.533.618,63	1.401.658,51	(131.960,12)	91,40%	1.533.618,63	37,82%
3.1.2 - Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
3.2 - Treinamento/Congressos e Seminários	2.143,20	-	(2.143,20)	-	44.049,60	15.478,07	(28.571,53)	35,14%	44.049,60	1,09%
3.2.1 - Treinamento/Congressos e Seminários - Próprio	-	-	-	-	18.143,10	7.233,26	(10.909,84)	39,87%	18.143,10	0,45%
3.2.2 - Treinamento Dirigentes	2.143,20	-	(2.143,20)	-	25.906,50	8.244,81	(17.661,69)	31,83%	25.906,50	0,64%
3.3 - Viagens e Estádias	2.548,04	629,37	(1.918,67)	0,25	30.999,17	47.621,81	16.622,64	153,62%	30.999,17	0,76%
3.3.1 - Viagens e Estádias / Pessoal Próprio	681,44	499,81	(181,63)	0,73	8.290,30	6.448,26	(1.842,04)	77,78%	8.290,30	0,20%
3.3.2 - Viagens e Estádias / Dirigentes	1.407,61	129,56	(1.278,05)	0,09	17.124,84	34.732,53	17.607,69	202,82%	17.124,84	0,42%
3.3.3 - Viagens e Estádias / Terceiros	458,99	-	(458,99)	-	5.584,03	6.441,02	856,99	115,35%	5.584,03	0,14%
3.4 - Serviços de Terceiros	53.454,05	52.607,70	(846,35)	0,98	625.169,34	622.899,23	(2.270,11)	99,64%	625.169,34	15,42%
3.4.1 - Pessoa Física	87,55	192,14	104,59	2,19	1.065,14	1.686,32	621,18	158,32%	1.065,14	0,03%
3.4.2- Pessoa Jurídica	53.366,50	52.415,56	(950,94)	0,98	624.104,20	621.212,91	(2.891,29)	99,54%	624.104,20	15,39%
3.5 - Despesas Gerais	55.823,10	47.125,81	(8.697,29)	0,84	700.460,34	597.891,55	(102.568,79)	85,36%	700.460,34	17,27%
3.5.1 - Manutenção	984,81	515,85	(468,96)	0,52	11.980,78	3.887,17	(8.093,61)	32,45%	11.980,78	0,30%
3.5.2 - Serviços Gerais	3.978,90	3.836,94	(141,96)	0,96	46.546,59	46.043,28	(503,31)	98,92%	46.546,59	1,15%
3.5.3 - Despesas com Material	1.737,18	645,49	(1.091,69)	0,37	21.134,32	14.676,36	(6.457,96)	69,44%	21.134,32	0,52%
3.5.4 - Diversas	16.734,43	16.553,78	(180,65)	0,99	229.409,35	183.190,23	(46.219,12)	79,85%	229.409,35	5,66%
3.5.5 - Despesas com Veículo	833,74	12,82	(820,92)	0,02	10.143,21	8.259,75	(1.883,46)	81,43%	10.143,21	0,25%
3.5.6 - Despesas com Aluguel	13.615,82	8.360,20	(5.255,62)	0,61	167.115,63	133.018,07	(34.097,56)	79,60%	167.115,63	4,12%
3.5.7 - Impostos e Taxas	17.938,22	17.200,73	(737,49)	0,96	214.130,46	208.816,69	(5.313,77)	97,52%	214.130,46	5,28%
3.6- Depreciações e Amortizações	5.782,40	5.238,45	(543,95)	0,91	69.388,80	66.403,49	(2.985,31)	95,70%	69.388,80	1,71%
3.7- Outras Despesas	-	-	-	-	-	518,86	518,86		-	0,00%
3.7.1 - Despesas PDD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
3.7.2 - Despesas Exercício Anterior	-	-	-	-	-	518,86	518,86		-	0,00%
3.8 - Despesas Específicas	-	-	-	-	35.055,00	35.055,00	-	100,00%	35.055,00	0,86%
3.8.1 - Manutenção	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
3.8.2 - Impostos e Taxas	-	-	-	-	35.055,00	35.055,00	-	100,00%	35.055,00	0,86%
4 - Rel. % Despesa (3) / Receita (1) + Receita (2)	17,02%	16,37%	-0,65%	46,62%	17,64%	17,05%	-0,59%		17,64%	

As despesas administrativas da REDEPREV, previstas para o exercício de 2013, foram limitadas em 17,64% das receitas do exercício de 2013, conforme coluna "e". As despesas vinculadas ao Programa de Investimentos da Fundação, não estão contabilizadas como despesas administrativas, o período de JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013, a relação das despesas de Gestão Administrativa/ Receitas foi de 17,05 %. (Item 4, coluna "d")

Demonstrações Contábeis

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL - ATIVO

No Ativo, são registrados os valores que farão face aos pagamentos dos compromissos da REDEPREV para com os seus participantes e assistidos. Esses valores estão registrados em três grupos: Disponível, Realizável e Permanente. No Disponível são contabilizadas as disponibilidades existentes em caixas e Bancos. No Realizável, grupo de maior representatividade do Ativo, a contabilização é realizada através dos programas Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e de Investimentos. No programa Gestão Previdencial estão registradas as receitas a receber referentes às

contribuições normais do mês e os Termos de Confissão de Dívida com as patrocinadoras. No programa Gestão Administrativa estão registradas as receitas decorrentes de serviços e outras naturezas administrativas. No programa de Investimentos estão registradas as aplicações realizadas nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Imobiliários e Empréstimos Financeiros aos Participantes. No Permanente encontram-se o Imobilizado, o Intangível e o Diferido.

O quadro a seguir, demonstra a evolução do Patrimônio - Ativo da REDEPREV, nos exercícios de 2013 e 2012:

R\$ mil		
ATIVO	Exercício 2013	Exercício 2012
DISPONÍVEL	12	733
REALIZÁVEL	817.940	880.888
Gestão Previdencial (Nota 4)	1.761	10.492
Gestão Administrativa (Nota 5)	481	480
Investimentos (Nota 6)	815.698	869.916
Títulos Públicos	197.356	257.674
Créditos Privados e Depósitos	296.702	276.665
Ações	4.580	7.791
Fundos de Investimento	258.686	256.754
Investimentos Imobiliários	28.398	39.067
Empréstimos	29.681	31.670
Outros Realizáveis	295	295
PERMANENTE (Nota 7)	1.567	1.692
Imobilizado	1.514	1.572
Intangível	53	120
TOTAL DO ATIVO	819.519	883.313

EVOLUÇÃO DO PASSIVO

O Passivo da REDEPREV é constituído por obrigações com fornecedores, prestadores de serviços e provisões matemáticas para pagamento de suplementações de aposentadoria dos participantes.

As obrigações mais expressivas estão relacionadas às provisões matemáticas. As demais despesas estão associadas à folha de pagamento dos empregados da REDEPREV, à folha de pagamento dos assistidos, manutenção e conservação das instalações físicas, prestação de serviços

de assessoria jurídica, assessoria atuarial, auditoria, custódia, sistemas de computação e outras de menor representatividade.

É no Passivo que se contabiliza o resultado atuarial, o qual sinaliza o equilíbrio ou desequilíbrio, através da conta de superávit ou déficit técnico para os planos com características de Benefício Definido e de Contribuição Variável.

A seguir apresentamos demonstrativo da evolução do passivo, nos exercícios de 2013 e 2012.

R\$ mil

PASSIVO	Exercício 2013	Exercício 2012
EXIGÍVEL OPERACIONAL	3.787	3.691
Gestão Previdencial (Nota 8)	3.194	3.133
Gestão Administrativa (Nota 9)	565	528
Investimentos	28	30
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	1.438	1.318
Gestão Previdencial (Nota 10)	1.326	1.213
Gestão Administrativa (Nota 11)	112	105
PATRIMÔNIO SOCIAL	814.294	878.304
Patrimônio de Cobertura do Plano	725.175	793.164
Provisões Matemáticas (Nota 12)	721.090	729.966
Benefícios Concedidos	480.619	444.546
Benefícios a Conceder	240.471	285.420
Equilíbrio Técnico (Nota 13)	4.085	63.198
Resultados Realizados	4.085	63.198
Superávit Técnico Acumulado	4.085	63.198
Fundos	89.119	85.140
Fundos Previdenciais (Nota 13.3)	85.300	81.702
Fundos Administrativos (Nota 13.6)	3.554	3.242
Fundos dos Investimentos (Nota 13.7)	265	196
TOTAL DO PASSIVO	819.519	883.313

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	878.304	810.955	8,30
	1. Adições	29.385	134.256	(78,11)
(+)	Contribuições Previdenciais	17.856	21.233	(15,90)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.020	105.207	(96,18)
(+)	Receitas Administrativas	7.436	7.584	(1,95)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	4	148	(97,30)
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	69	84	(17,86)
	2. Destinações	(93.395)	(66.907)	39,59
(-)	Benefícios	(86.152)	(60.271)	42,94
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(115)	(213)	(46,01)
(-)	Despesas Administrativas	(7.121)	(6.423)	10,87
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(7)	0	(100,00)
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	0	0	-
(-)	Despesas Assistenciais	0	0	-
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	(64.010)	67.349	(195,04)
(+/-)	Provisões Matemáticas	(8.876)	45.940	(119,32)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(59.113)	12.535	(571,58)
(+/-)	Fundos Previdenciais	3.598	7.482	(51,91)
(+/-)	Fundos Administrativos	312	1.308	(76,15)
(+/-)	Fundos dos Investimentos	69	84	(17,86)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	814.294	878.304	(7,29)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.242	1.934	67,63
1. Custeio da Gestão Administrativa	7.441	7.731	(3,75)
1.1. Receitas	7.441	7.731	(3,75)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	4.200	4.085	2,82
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.154	2.633	19,79
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	32	39	(17,95)
Resultado Positivo dos Investimentos	4	147	(97,28)
Outras Receitas	51	827	(93,83)
2. Despesas Administrativas	(7.129)	(6.423)	10,99
2.1. Administração Previdencial	(3.750)	(3.574)	4,92
Pessoal e encargos	(2.360)	(2.149)	9,82
Treinamentos/congressos e seminários	(15)	(9)	66,67
Viagens e estadias	(48)	(31)	54,84
Serviços de terceiros	(623)	(583)	6,86
Despesas gerais	(633)	(683)	(7,32)
Depreciações e amortizações	(66)	(71)	(7,04)
Contingências	(4)	0	100,00
Outras Despesas	(1)	(48)	(97,92)
2.2. Administração dos Investimentos	(3.293)	(2.849)	15,58
Pessoal e encargos	(1.780)	(1.557)	14,32
Treinamentos/congressos e seminários	(12)	(7)	71,43
Viagens e estadias	(38)	(22)	72,73
Serviços de terceiros	(670)	(533)	25,70
Despesas gerais	(740)	(643)	15,09
Depreciações e amortizações	(50)	(52)	(3,85)
Contingências	(3)	0	100,00
Outras Despesas	0	(35)	(100,00)
2.4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(86)	0	100,00
3. Resultado Negativo dos Investimentos	0	0	0,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	312	1.308	(76,15)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	312	1.308	(76,15)
6. Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5+6)	3.554	3.242	9,62

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	73.032	78.576	(7,06)
Recebível	171	164	4,27
Investimento	72.861	78.412	(7,08)
Títulos Públicos	17.242	23.189	(25,65)
Créditos Privados e Depósitos	25.921	24.898	4,11
Ações	425	729	(41,70)
Fundos de Investimento	23.362	23.532	(0,72)
Investimentos Imobiliários	5.643	5.747	(1,81)
Empréstimos	237	286	(17,13)
Outros Realizáveis	31	31	0,00
2. Obrigações	566	570	(0,70)
Operacional	566	569	(0,53)
Contingencial	0	1	(100,00)
3. Fundos não Previdenciais	171	160	6,88
Fundos Administrativos	171	154	11,04
Fundos de Investimentos	0	6	(100,00)
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	72.295	77.846	(7,13)
Provisões Matemáticas	70.062	68.911	1,67
Superávit/Déficit Técnico	(4.666)	1.360	(443,09)
Fundos Previdenciais	6.899	7.575	(8,92)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	77.846	72.174	7,86
	1. Adições	282	10.528	(97,32)
(+)	Contribuições	281	384	(26,82)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	10.144	(100,00)
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	1	0	100,00
	2. Destinações	(5.833)	(4.856)	20,12
(-)	Benefícios	(5.431)	(4.673)	16,22
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(168)	0,00	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(234)	(183)	27,87
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(5.551)	5.672	(197,87)
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.151	3.482	(66,94)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(676)	829	(181,54)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(6.026)	1.360	(543,09)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	72.295	77.846	(7,13)
	C) Fundos não previdenciais	171	160	6,88
(+)	Fundos Administrativos	171	154	11,04
(+)	Fundos dos Investimentos	0	6	(100,00)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.860.004-19 - ELÉTRICAS BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	72.862	78.422	(7,09)
1. Provisões Matemáticas	70.062	68.911	1,67
1.1. Benefícios Concedidos	53.967	50.732	6,38
Benefício Definido	53.967	50.732	6,38
1.2. Benefício a Conceder	16.095	18.179	(11,46)
Benefício Definido	16.095	18.179	(11,46)
2. Equilíbrio Técnico	(4.666)	1.360	(443,09)
2.1. Resultados Realizados	(4.666)	1.360	(443,09)
Superávit técnico acumulado	0	1.360	(100,00)
Reserva de contingência	0	1.360	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(4.666)	0	100,00
3. Fundos	6.899	7.581	(9,00)
3.1. Fundos Previdenciais	6.899	7.575	(8,92)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	6	(100,00)
4. Exigível Operacional	567	569	(0,35)
4.1. Gestão Previdencial	552	553	(0,18)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	15	16	(6,25)
5. Exigível Contingencial	0	1	(100,00)
5.1. Gestão Previdencial	0	1	(100,00)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	128.896	148.912	(13,44)
Disponível	0	2	(100,00)
Recebível	896	889	0,79
Investimento	128.000	148.021	(13,53)
Títulos Públicos	27.548	41.069	(32,92)
Créditos Privados e Depósitos	41.415	44.096	(6,08)
Ações	762	1.310	(41,83)
Fundos de Investimento	39.860	41.982	(5,05)
Investimentos Imobiliários	9.228	9.398	(1,81)
Empréstimos	9.109	10.097	(9,79)
Outros Realizáveis	78	69	13,04
2. Obrigações	745	762	(2,23)
Operacional	737	735	0,27
Contingencial	8	27	(70,37)
3. Fundos não Previdenciais	606	560	8,21
Fundos Administrativos	544	520	4,62
Fundos de Investimentos	62	40	55,00
4. Resultados à Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	127.545	147.590	(13,58)
Provisões Matemáticas	126.375	139.753	(9,57)
Superávit/Déficit Técnico	(4.470)	0	(100,00)
Fundos Previdenciais	5.640	7.837	(28,03)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	147.589	139.755	5,61
	1. Adições	5.609	25.513	(78,02)
(+)	Contribuições	5.000	6.380	(21,63)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	590	19.133	(96,92)
(+)	Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	19	0	100,00
	2. Destinações	(25.653)	(17.679)	45,10
(-)	Benefícios	(25.022)	(16.987)	47,30
(-)	Constituição de Contingência - Gestão Previdencial	0	(1)	(100,00)
(-)	Custeio Administrativo	(631)	(691)	(8,68)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(20.044)	7.834	(355,86)
(+/-)	Provisões Matemáticas	(13.377)	6.752	(298,12)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(2.197)	1.082	(303,05)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4.470)	0	100,00
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	127.545	147.589	(13,58)
	C) Fundos não previdenciais	606	561	8,02
(+)	Fundos Administrativos	544	521	4,41
(+)	Fundos dos Investimentos	62	40	55,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.980.063-11 - ELÉTRICAS OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	128.352	148.392	(13,50)
1. Provisões Matemáticas	126.375	139.753	(9,57)
1.1. Benefícios Concedidos	52.941	46.476	13,91
Contribuição Definida	13.450	9.022	49,08
Benefício Definido	39.491	37.454	5,44
1.2. Benefício a Conceder	73.434	93.277	(21,27)
Contribuição Definida	73.434	93.277	(21,27)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	4.494	5.640	(20,32)
Saldo de Contas - parcela participantes	68.940	87.637	(21,33)
2. Equilíbrio Técnico	(4.470)	0	100,00
2.1. Resultados Realizados	(4.470)	0	100,00
(-) Déficit técnico acumulado	(4.470)	0	100,00
3. Fundos	5.702	7.877	(27,61)
3.1. Fundos Previdenciais	5.640	7.837	(28,03)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	62	40	55,00
4. Exigível Operacional	737	735	0,27
4.1. Gestão Previdencial	692	678	2,06
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	45	57	(21,05)
5. Exigível Contingencial	8	27	(70,37)
5.1. Gestão Previdencial	8	27	(70,37)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	143.432	153.645	(6,65)
Recebível	139	179	(22,35)
Investimento	143.293	153.466	(6,63)
Títulos Públicos	34.910	46.634	(25,14)
Créditos Privados e Depósitos	52.482	50.071	4,82
Ações	852	1.457	(41,52)
Fundos de Investimento	47.023	47.198	(0,37)
Investimentos Imobiliários	6.029	6.111	(1,34)
Empréstimos	1.944	1.941	0,15
Outros Realizáveis	53	54	(1,85)
2. Obrigações	213	216	(1,39)
Operacional	211	216	(2,31)
Contingencial	2	0	100,00
3. Fundos não Previdenciais	144	126	14,29
Fundos Administrativos	139	125	11,20
Fundos de Investimentos	5	1	400,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	143.075	153.303	(6,67)
Provisões Matemáticas	103.553	100.567	2,97
Superávit/Déficit Técnico	14.071	29.143	(51,72)
Fundos Previdenciais	25.451	23.593	7,88

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	153.303	145.044	5,69
	1. Adições	452	18.243	(97,52)
(+)	Contribuições	274	409	(33,01)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	178	17.834	(99,00)
	2. Destinações	(10.680)	(9.984)	6,97
(-)	Benefícios	(10.413)	(9.785)	6,42
(-)	Constituição de Contingência - Gestão Previdencial	(1)	(1)	0,00
(-)	Custeio Administrativo	(266)	(198)	34,34
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(10.228)	8.259	(223,84)
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.985	1.646	81,35
(+/-)	Fundos Previdenciais	1.858	2.201	(15,58)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(15.071)	4.412	(441,59)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	143.075	153.303	(6,67)
	C) Fundos não previdenciais	144	126	14,29
(+/-)	Fundos Administrativos	139	125	11,20
(+/-)	Fundos dos Investimentos	5	1	400,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.820.006-19 - CELPA BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	143.293	153.520	(6,66)
1. Provisões Matemáticas	103.553	100.567	2,97
1.1. Benefícios Concedidos	103.553	100.567	2,97
Benefício Definido	103.553	100.567	2,97
2. Equilíbrio Técnico	14.071	29.143	(51,72)
2.1. Resultados Realizados	14.071	29.143	(51,72)
Superávit técnico acumulado	14.071	29.143	(51,72)
Reserva de contingência	14.071	25.142	(44,03)
Reserva para revisão de plano	0	4.001	(100,00)
3. Fundos	25.457	23.594	7,90
3.1. Fundos Previdenciais	25.451	23.593	7,88
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	6	1	500,00
4. Exigível Operacional	211	216	(2,31)
4.1. Gestão Previdencial	189	194	(2,58)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	22	22	0,00
5. Exigível Contingencial	1	0	100,00
5.1. Gestão Previdencial	1	0	100,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	71.012	76.101	(6,69)
Recebível	165	162	1,85
Investimento	70.847	75.939	(6,71)
Títulos Públicos	17.200	23.007	(25,24)
Créditos Privados e Depósitos	25.857	24.703	4,67
Ações	423	725	(41,66)
Fundos de Investimento	23.270	23.374	(0,44)
Investimentos Imobiliários	3.040	3.082	(1,36)
Empréstimos	1.031	1.022	0,88
Outros Realizáveis	26	26	0,00
2. Obrigações	260	245	6,12
Operacional	125	125	0,00
Contingencial	135	120	12,50
3. Fundos não Previdenciais	153	137	11,68
Fundos Administrativos	148	133	11,28
Fundos de Investimentos	5	4	25,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	70.599	75.719	(6,76)
Provisões Matemáticas	52.990	53.235	(0,46)
Superávit/Déficit Técnico	9.016	14.664	(38,52)
Fundos Previdenciais	8.593	7.820	9,88

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	75.719	71.854	5,38
1. Adições	251	8.981	(97,21)
(+) Contribuições	205	198	3,54
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	46	8.783	(99,48)
2. Destinações	(5.371)	(5.116)	4,98
(-) Benefícios	(5.153)	(4.935)	4,42
(-) Constituição de Contingência - Gestão Previdencial	(15)	(23)	(34,78)
(-) Custeio Administrativo	(203)	(158)	28,48
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(5.120)	3.865	(232,47)
(+/-) Provisões Matemáticas	(245)	1.790	(113,69)
(+/-) Fundos Previdenciais	772	273	182,78
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(5.647)	1.802	(413,37)
4. Operações Transitórias	0	0	0,00
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	70.599	75.719	(6,76)
C) Fundos não previdenciais	153	137	11,68
(+) Fundos Administrativos	148	133	11,28
(+) Fundos dos Investimentos	5	4	25,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.970.004-74 - CELPA BDII

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	70.864	75.968	(6,72)
1. Provisões Matemáticas	52.990	53.235	(0,46)
1.1. Benefícios Concedidos	50.556	49.368	2,41
Benefício Definido	50.556	49.368	2,41
1.2. Benefício a Conceder	2.434	3.867	(37,06)
Benefício Definido	2.434	3.867	(37,06)
2. Equilíbrio Técnico	9.016	14.664	(38,52)
2.1. Resultados Realizados	9.016	14.664	(38,52)
Superávit técnico acumulado	9.016	14.664	(38,52)
Reserva de contingência	9.016	13.309	(32,26)
Reserva para revisão de plano	0	1.355	(100,00)
3. Fundos	8.598	7.824	9,89
3.1. Fundos Previdenciais	8.593	7.820	9,88
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	5	4	25,00
4. Exigível Operacional	125	125	0,00
4.1. Gestão Previdencial	110	109	0,92
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	15	16	(6,25)
5. Exigível Contingencial	135	120	12,50
5.1. Gestão Previdencial	135	120	12,50

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	136.187	146.241	(6,87)
Recebível	844	836	0,96
Investimento	135.343	145.405	(6,92)
Títulos Públicos	31.981	42.704	(25,11)
Créditos Privados e Depósitos	48.080	45.852	4,86
Ações	721	1.210	(40,41)
Fundos de Investimento	41.266	41.292	(0,06)
Investimentos Imobiliários	4.458	4.519	(1,35)
Empréstimos	8.773	9.761	(10,12)
Outros Realizáveis	64	67	(4,48)
2. Obrigações	1.150	933	23,26
Operacional	173	61	183,61
Contingencial	977	872	12,04
3. Fundos não Previdenciais	618	545	13,39
Fundos Administrativos	491	441	11,34
Fundos de Investimentos	127	104	22,12
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	134.419	144.763	(7,15)
Provisões Matemáticas	112.765	120.298	(6,26)
Superávit/Déficit Técnico	2.183	15.968	(86,33)
Fundos Previdenciais	19.471	8.497	129,15

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	144.763	126.918	14,06
	1. Adições	5.817	21.617	(73,09)
(+)	Contribuições	5.129	5.551	(7,60)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	688	16.066	(95,72)
	2. Destinações	(16.161)	(3.772)	328,45
(-)	Benefícios	(15.562)	(3.136)	396,24
(-)	Constituição de Contingência - Gestão Previdencial	(107)	(115)	(6,96)
(-)	Custeio Administrativo	(492)	(521)	(5,57)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(10.344)	17.845	(157,97)
(+/-)	Provisões Matemáticas	(7.533)	15.259	(149,37)
(+/-)	Fundos Previdenciais	10.974	(2.392)	(558,78)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(13.785)	4.978	(376,92)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	134.419	144.763	(7,15)
	C) Fundos não previdenciais	618	545	13,39
(+)	Fundos Administrativos	491	441	11,34
(+)	Fundos dos Investimentos	127	104	22,12

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 20.000.004-11 - CELPA OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	135.696	145.800	(6,93)
1. Provisões Matemáticas	112.765	120.298	(6,26)
1.1. Benefícios Concedidos	20.867	10.405	100,55
Contribuição Definida	12.136	3.367	260,44
Benefício Definido	8.731	7.038	24,06
1.2. Benefício a Conceder	91.898	109.893	(16,38)
Contribuição Definida	91.898	109.893	(16,38)
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	5.586	6.424	(13,04)
Saldo de contas - parcela participantes	86.312	103.469	(16,58)
2. Equilíbrio Técnico	2.183	15.967	(86,33)
2.1. Resultados Realizados	2.183	15.967	(86,33)
Superávit técnico acumulado	2.183	15.967	(86,33)
Reserva de contingência	2.183	1.759	24,10
Reserva para revisão de plano	0	14.208	(100,00)
3. Fundos	19.598	8.601	127,86
3.1. Fundos Previdenciais	19.471	8.497	129,15
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	127	104	22,12
4. Exigível Operacional	173	62	179,03
4.1. Gestão Previdencial	133	18	638,89
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	40	44	(9,09)
5. Exigível Contingencial	977	872	12,04
5.1. Gestão Previdencial	977	872	12,04

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	46.191	49.463	(6,62)
Disponível	0	240	(100,00)
Recebível	67	2.951	(97,73)
Investimento	46.124	46.272	(0,32)
Títulos Públicos	12.192	14.066	(13,32)
Créditos Privados e Depósitos	18.329	15.102	21,37
Ações	249	423	(41,13)
Fundos de Investimento	14.940	13.980	6,87
Investimentos Imobiliários	0	2.234	(100,00)
Empréstimos	398	451	(11,75)
Outros Realizáveis	16	16	0,00
2. Obrigações	344	348	(1,15)
Operacional	344	348	(1,15)
3. Fundos não Previdenciais	77	67	14,93
Fundos Administrativos	67	61	9,84
Fundos de Investimentos	10	6	66,67
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	45.770	49.048	(6,68)
Provisões Matemáticas	44.670	43.169	3,48
Superávit/Déficit Técnico	(2.704)	1.570	(272,23)
Fundos Previdenciais	3.804	4.309	(11,72)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	49.048	46.475	5,54
	1. Adições	1.127	6.776	(83,37)
(+)	Contribuições	329	608	(45,89)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	798	6.168	(87,06)
	2. Destinações	(4.405)	(4.203)	4,81
(-)	Benefícios	(4.290)	(4.115)	4,25
(-)	Custeio Administrativo	(115)	(88)	30,68
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(3.278)	2.573	(227,40)
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.502	678	121,53
(+/-)	Fundos Previdenciais	(505)	325	(255,38)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4.275)	1.570	(372,29)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	45.770	49.048	(6,68)
	C) Fundos não previdenciais	77	67	14,93
(+)	Fundos Administrativos	67	61	9,84
(+)	Fundos dos Investimentos	10	6	66,67

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.930.010-18 - CEMAT BDI

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	46.124	49.402	(6,64)
1. Provisões Matemáticas	44.671	43.169	3,48
1.1. Benefícios Concedidos	43.372	42.185	2,81
Benefício Definido	43.372	42.185	2,81
1.2. Benefício a Conceder	1.299	984	32,01
Benefício Definido	1.299	984	32,01
2. Equilíbrio Técnico	(2.705)	1.570	(272,29)
2.1. Resultados Realizados	(2.705)	1.570	(272,29)
Superávit técnico acumulado	0	1.570	(100,00)
Reserva de contingência	0	1.570	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(2.705)	0	100,00
3. Fundos	3.814	4.315	(11,61)
3.1. Fundos Previdenciais	3.804	4.309	(11,72)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	10	6	66,67
4. Exigível Operacional	344	348	(1,15)
4.1. Gestão Previdencial	336	336	0,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	8	12	(33,33)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	177.092	185.635	(4,60)
Disponível	1	474	(99,79)
Recebível	817	6.481	(87,39)
Investimento	176.274	178.680	(1,35)
Títulos Públicos	44.879	52.735	(14,90)
Créditos Privados e Depósitos	67.470	56.621	19,16
Ações	921	1.561	(41,00)
Fundos de Investimento	55.148	52.028	6,00
Investimentos Imobiliários	0	7.975	(100,00)
Empréstimos	7.788	7.694	1,22
Outros Realizáveis	68	66	3,03
2. Obrigações	819	923	(11,27)
Operacional	816	921	(11,40)
Contingencial	3	2	50,00
3. Fundos não Previdenciais	591	512	15,43
Fundos Administrativos	542	482	12,45
Fundos de Investimentos	49	30	63,33
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	175.682	184.200	(4,62)
Provisões Matemáticas	169.952	167.677	1,36
Superávit/Déficit Técnico	(4.468)	0,00	(100,00)
Fundos Previdenciais	10.198	16.523	(38,28)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	184.200	169.063	8,95
	1. Adições	7.238	27.881	(74,04)
(+)	Contribuições	3.919	4.603	(14,86)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.319	23.278	(85,74)
	2. Destinações	(15.756)	(12.744)	23,63
(-)	Benefícios	(15.170)	(12.173)	24,62
(-)	Custeio Administrativo	(586)	(571)	2,63
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(8.518)	15.137	(156,27)
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.274	13.030	(82,55)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(6.324)	2.107	(400,14)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(4.468)	0	(100,00)
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	175.682	184.200	(4,62)
	C) Fundos não previdenciais	591	512	15,43
(+)	Fundos Administrativos	542	482	12,45
(+)	Fundos dos Investimentos	49	30	63,33

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 19.980.067-19 - CEMAT OP

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	176.550	185.153	(4,65)
1. Provisões Matemáticas	169.952	167.677	1,36
1.1. Benefícios Concedidos	114.641	108.458	5,70
Contribuição Definida	7.919	6.829	15,96
Benefício Definido	106.722	101.629	5,01
1.2. Benefício a Conceder	55.311	59.219	(6,60)
Contribuição Definida	55.311	59.219	(6,60)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	3.157	3.336	(5,37)
Saldo de Contas - parcela participantes	52.154	55.883	(6,67)
2. Equilíbrio Técnico	(4.468)	0	100,00
2.1. Resultados Realizados	(4.468)	0	100,00
(-) Déficit técnico acumulado	(4.468)	0	100,00
3. Fundos	10.247	16.553	(38,10)
3.1. Fundos Previdenciais	10.198	16.523	(38,28)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	49	30	63,33
4. Exigível Operacional	817	921	(11,29)
4.1. Gestão Previdencial	762	871	(12,51)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	55	50	10,00
5. Exigível Contingencial	2	2	0,00
5.1. Gestão Previdencial	2	2	0,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 20.060.066-65 - PL. BENEFÍCIOS R

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	43.281	44.418	(2,56)
Recebível	2.217	2.072	7,00
Investimento	41.064	42.346	(3,03)
Títulos Públicos	10.836	13.775	(21,34)
Créditos Privados e Depósitos	16.290	14.790	10,14
Ações	222	368	(39,67)
Fundos de Investimento	13.293	12.973	2,47
Empréstimos	401	418	(4,07)
Outros Realizáveis	22	22	0,00
2. Obrigações	734	692	6,07
Operacional	532	502	5,98
Contingencial	202	190	6,32
3. Fundos não Previdenciais	1.457	1.331	9,47
Fundos Administrativos	1.452	1.327	9,42
Fundos de Investimentos	5	4	25,00
4. Resultados a Realizar	0	0	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	41.090	42.395	(3,08)
Provisões Matemáticas	40.722	36.354	12,02
Superávit/Déficit Técnico	(4.877)	493	(1.089,25)
Fundos Previdenciais	5.245	5.548	(5,46)

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 20.060.066-65 - PL. BENEFÍCIOS R

R\$ mil

DESCRIÇÃO		Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	42.396	37.624	12,68
	1. Adições	6.831	10.983	(37,80)
(+)	Contribuições	6.831	7.184	(4,91)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0,00	3.799	(100,00)
	2. Destinações	(8.137)	(6.211)	31,01
(-)	Benefícios	(5.110)	(4.464)	14,47
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	(1.430)	0,00	100,00
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(12)	(74)	(83,78)
(-)	Custeio Administrativo	(1.585)	(1.673)	(5,26)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	(1.306)	4.772	(127,37)
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.368	3.303	32,24
(+/-)	Fundos Previdenciais	(303)	3.057	(109,91)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(5.371)	(1.588)	238,22
	4. Operações Transitórias	0	0	0,00
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)	41.090	42.396	(3,08)
	C) Fundos não previdenciais	1.457	1.331	9,47
(+)	Fundos Administrativos	1.452	1.327	9,42
(+)	Fundos dos Investimentos	5	4	25,00

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/0-2 "S" SP

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

CNPB: 20.060.066-65 - PL. BENEFÍCIOS R

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	41.828	43.091	(2,93)
1. Provisões Matemáticas	40.722	36.354	12,02
1.1. Benefícios Concedidos	40.722	36.354	12,02
Benefício Definido	40.722	36.354	12,02
2. Equilíbrio Técnico	(4.877)	493	(1.089,25)
2.1. Resultados Realizados	(4.877)	493	(1.089,25)
Superávit técnico acumulado	0	493	(100,00)
Reserva de contingência	0	493	(100,00)
(-) Déficit técnico acumulado	(4.877)	0	100,00
3. Fundos	5.249	5.552	(5,46)
3.1. Fundos Previdenciais	5.244	5.548	(5,48)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	5	4	25,00
4. Exigível Operacional	532	502	5,98
4.1. Gestão Previdencial	422	375	12,53
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	110	127	(13,39)
5. Exigível Contingencial	202	190	6,32
5.1. Gestão Previdencial	202	190	6,32

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 "S" SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Em milhares de R\$)

I – CONTEXTO OPERACIONAL

Características e Finalidades

A REDEPREV - Fundação Rede de Previdência ("Fundação" ou "REDEPREV") é uma sociedade jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, enquadrando-se como Entidade Fechada de Previdência Complementar, com funcionamento autorizado através da Portaria nº. 47, de 24 de Outubro de 2003 do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar, iniciando suas atividades em 02 de Fevereiro de 2004, conforme Portaria nº. 67 de 03 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União em 04 de dezembro de 2003 e republicada com retificação, em 11 de Dezembro de 2003.

Foi instituída pela fusão de 3 Fundações, absorvendo todos os bens, direitos e obrigações, são elas: a Fundação Grão Pará de Previdência e Assistência Social - FUNGRAPA; Fundação de Previdência e Assistência Social dos Empregados da CEMAT - PREVIMAT; Fundação Rede de Seguridade - FUNREDE; e tem como patrocinadora as seguintes empresas:

- Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA;
- Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT;
- Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A.- ENERSUL;
- Empresa Elétrica Bragantina S.A.;
- Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A.;
- Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A.;
- Companhia Nacional de Energia Elétrica;
- Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;
- Companhia Força e Luz do Oeste;
- CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.;
- Companhia Técnica de Comercialização de Energia;

- Rede Power do Brasil S.A.;
- Tocantins Energética S.A.;
- ELUCID Solutions S.A. (Em processo de retirada de patrocínio);
- Rede Energia S/A;
- DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.;
- BBPM Participações S.A.
- REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Na forma das suas disposições estatutárias e regulamentares a Fundação tem por finalidade principal: instituir, administrar e executar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados e dirigentes das Patrocinadoras e da própria Fundação, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais, conforme disposto no Estatuto, nos Regulamentos dos Planos de Benefícios e na legislação vigente.

Para a consecução de seus objetivos, a Fundação obtém recursos de contribuições das patrocinadoras e dos participantes, bem como de rendimentos auferidos pela aplicação dos seus recursos garantidores em investimentos. É regida pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Por decorrência, obedece às normas baixadas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar e às Resoluções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A REDEPREV administra atualmente 8 (oito) planos de benefícios previdenciais sendo 5 (cinco) planos estruturados na modalidade de Benefício Definido e 3 (três) planos de Contribuição Variável, conforme enquadramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, cujo custeio é estabelecido anualmente pelo atuário com base na Avaliação Atuarial.

A REDEPREV possuía em 31 de dezembro de 2013 e 2012 as seguintes quantidades de participantes:

PLANOS	31/12/2013	31/12/2012
ELÉTRICAS BDI	362	370
Ativos	16	21
Assistidos	227	232
Beneficiários (Pensionistas)	115	112
Autopatrocinados	3	3
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	1	2
ELÉTRICAS OP	2.605	3.016
Ativos	2.522	2.928
Assistidos	57	50
Beneficiários (Pensionistas)	1	1
Autopatrocinados	10	17
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	15	20

PLANOS	31/12/2013	31/12/2012
CELPA BDI	298	305
Ativos	0	0
Assistidos	257	261
Beneficiários (Pensionistas)	41	44
Autopatrocinaados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA BDII	314	330
Ativos	10	13
Assistidos	169	170
Beneficiários (Pensionistas)	135	147
Autopatrocinaados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CELPA OP	1.800	2.165
Ativos	1.708	2.112
Assistidos	64	32
Beneficiários (Pensionistas)	1	1
Autopatrocinaados	3	3
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	24	17
CEMAT BDI	144	147
Ativos	3	3
Assistidos	91	92
Beneficiários (Pensionistas)	50	52
Autopatrocinaados	0	0
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	0	0
CEMAT OP	2.269	2.358
Ativos	1.927	2.014
Assistidos	285	289
Beneficiários (Pensionistas)	42	40
Autopatrocinaados	9	11
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	6	4
TOTAL DE PARTICIPANTES	7.792	8.691

A inscrição nos Planos OPTATIVOS (OP's) ocorre de forma indisso-
ciável ao Plano de RISCO, consequentemente, todos os participantes

inscritos nos respectivos planos OP's, ficam automaticamente cober-
tos pelos benefícios de RISCO.

PLANO DE RISCO	6.504	6.901
Ativos	6.363	6.750
Assistidos	72	70
Beneficiários (Pensionistas)	44	50
Autopatrocinaados	25	31

1.1 Informações sobre Intervenção no Grupo Rede (Patrocinadoras da Redeprev)

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL decretou em 31 de agosto de 2012, intervenção em oito das nove distribuidoras de energia elétrica, patrocinadoras da Redeprev: Centrais Elétricas Matogrossenses - Cemat, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - Celtins, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul - Enersul, Companhia Força e Luz do Oeste, Caiuá Distribuição de Energia S/A., Empresa Elétrica Bragantina S/A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A. e Companhia Nacional de Energia Elétrica. No entanto até o encerramento do exercício de 2013, não houve interrupção ou atraso no repasse das contribuições e outros créditos devidos pelas mesmas, ou descontadas de seus colaboradores.

1.2 Informações sobre Recuperação Judicial

a) Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – “Em Recuperação Judicial” (“CELPA”), uma das patrocinadoras da Fundação, teve o processo de Recuperação Judicial deferido em 29 de fevereiro de 2012. A REDEPREV, protocolou em 23 de março de 2012, o processo de reconhecimento dos créditos devido pela Patrocinadora CELPA, referente às contribuições e alugueis do mês de competência de fevereiro de 2012, onde a REDEPREV é credora em R\$ 475, este saldo foi totalmente provisionado no exercício de 2012.

No processo de recuperação judicial, foi acordado com a CELPA, que a quitação deste débito foi parcelado em 60 parcelas. Durante o exercício de 2013, a Fundação vem estornando a provisão anteriormente efetuada, a medida do recebimento das parcelas. O saldo desta dívida é de R\$ 354.

b) REDE ENERGIA

Após a intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nas distribuidoras de energia elétrica controladas pela holding REDE Energia S/A, ocorrida no mês de agosto de 2012, a REDE e demais controladas apresentaram pedido de recuperação judicial em dezembro de 2012, como tentativa de solução para a insolvência. Em 09 de setembro de 2013, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, concedeu a Recuperação Judicial, em outubro de 2013, o Conselho de Administração de Defesa Econômica – CADE aprovou a transferência do controle da Rede Energia para a Energisa, e, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica através da Resolução Autorizativa nº 4.510, de 28 de janeiro de 2014 anuiu a transferência do Grupo Rede para Energisa que deve ser implementada até meados de abril de 2014. A efetiva transferência do controle societário do Grupo Rede para a Energisa S.A., encerra a intervenção administrativa da ANEEL.

1.3 Informações sobre Retirada de Patrocínio ELUCID Solutions

A Elucid Solutions S.A. protocolou em 28 de maio de 2012, carta solicitando a retirada de patrocínio e cancelando os Termos de Adesão aos planos: Elétricas BDI, Elétricas OP e Plano de Benefícios de Risco a partir de 31/05/2012. A referida solicitação foi aprovada pelo Conselho Deliberativo da RedePrev, conforme Ata de Reunião Extraordinária de nº 70ª. Em 09 de Abril de 2013, a PREVIC emitiu os ofícios nº 1266/2013, 1267/2013 e 1268/2013, aprovando a retirada de patrocínio. O montante total das reservas pertencentes aos participantes da Elucid Solutions

S.A em 09 de Abril de 2013 foi contabilizado em R\$ 10.883. Com os pagamentos das reservas para maioria dos participantes o saldo restante em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 71, valor este que deverá ser pago no decorrer de 2014.

1.4 Informações sobre transferência de gestão dos planos CELPA

Em decorrência da aquisição por parte da Equatorial Energia S.A., do controle acionário da patrocinadora Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, esta comunicou à REDEPREV, a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de Benefícios CELPA BD-I (CNPB 1982.0006-19) e CELPA BD-II (CNPB 1997.0004-74), administrados pela REDEPREV - Fundação de Previdência Complementar, para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, com data-base de 30 de setembro de 2013.

Em 22 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, a transferência do gerenciamento dos planos de benefícios patrocinados pela CELPA (CELPA BD-I e CELPA BD-II) da REDEPREV para a FASCEMAR, tendo a REDEPREV protocolado o processo junto a PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 27 de janeiro de 2014.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da REDEPREV estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos reguladores e fiscalizadores das atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's), especificamente a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE II, e as práticas contábeis brasileiras. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões Previdencial, Assistencial, Administrativa e dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Em decorrência da aprovação da Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, que dispôs sobre os procedimentos contábeis das EFPC's, a Fundação passou a apresentar em suas demonstrações contábeis a “Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios”, substituindo a “Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano”.

3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor das EFPC's observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

3.1) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendimentos/Variações Positivas e Deduções / Variações Negativas

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas

da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

As Rendas/Variações Positivas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembleia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

3.2) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apurados com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

3.3) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

3.4) Ativo Realizável – Fluxo dos Investimentos

Registram-se as aplicações dos recursos dos planos de benefícios, segregados por plano, obedecendo aos limites e critérios determinados em legislação pertinente, classificados como segue:

I. Renda Fixa e Renda Variável

Considerando as disposições da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC no 04, de 30 de janeiro de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

Títulos para negociação - Quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. São avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos nas operações do período; e

Títulos mantidos até o vencimento - Quando a intenção da Administração, e considerando a capacidade financeira da Fundação, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A Fundação possui capacidade financeira e a intenção é manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

A receita com títulos de renda fixa, as rendas/variações positivas e deduções/variações negativas da carteira são apropriadas mensalmente em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

A avaliação dos títulos de renda variável, considera a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação foi negociada

em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

II. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, ajustados pelo valor das reavaliações a valor de mercado efetuadas, a cada três anos, conforme determina a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009 e deduzida da depreciação, calculada pelo método linear, de acordo com o prazo de vida útil de cada bem, estabelecido nos laudos de avaliação.

III. Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

Estão registradas pelo valor atualizado dos débitos dos participantes e assistidos oriundos de empréstimos financeiros concedidos pela Fundação.

A Fundação não identificou necessidade de constituição de provisão para perdas prováveis em 2013 na realização das “Operações com Participantes (valores à receber)”, atendendo ao disposto no item II, Anexo “A”, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

3.5) Imobilizado

Os itens que compõem o Ativo Imobilizado da Fundação são depreciados pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica do bem estimada na aquisição, às seguintes alíquotas anuais:

Descrição	Taxa
Edificações	2%
Imobilizado	
Móveis e Utensílios	10%
Maquinas e Equipamentos	10% - 25%
Veículos	20%
Computadores e Periféricos	20%
Ventiladores – Refrigeradores de Ar	25%

3.6) Intangível

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a REDEPREV observa as seguintes regras:

- A amortização do intangível é contabilizada, mensalmente, como redutora, em conta analítica do respectivo ativo, tendo como contrapartida a conta de resultado do Plano de Gestão Administrativa (PGA);
- A amortização é calculada pelo método linear; e
- A amortização do intangível independe da existência do resultado do PGA.

3.7) Exigível Operacional

É demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetários incorridos.

3.8) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de um terço e o retorno de férias, 13º salários são provisionados no PGA segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

3.9) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É atualizado através das informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além dos seguintes critérios:

- Efetivar o registro da provisão no Passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e
- Existindo depósito judicial este deverá ser registrado no Ativo Contingencial dos planos.

3.10) Patrimônio Social – Provisões Matemáticas

São determinadas segundo cálculos efetuados por atuário externo, contratado pela Fundação, e representam os compromissos previdenciais assumidos com os participantes assistidos e beneficiários. As provisões relativas a benefícios concedidos são representadas pelo valor presente dos benefícios futuros de participantes, em gozo de aposentadoria ou pensão, líquido das respectivas contribuições futuras. E os benefícios a conceder, representam o montante dos saldos de contas individuais nos planos de contribuição variável e saldo de conta coletiva para os planos de benefício definido.

3.11) Apurações de Resultado

O resultado das operações é registrado pelo regime contábil de competência. Os valores das contribuições das patrocinadoras são estabelecidos anualmente por meio de cálculos atuários.

3.12) Receitas Administrativas

Atendendo às determinações legais contidas na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas, oriundas do Plano Anual de Custeio da Fundação são transferidas dos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa - PGA.

3.13) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas) administrativas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para custear as despesas com a gestão administrativa nos exercícios de 2013 e de 2012, as Patrocinadoras fizeram uma contribuição mensal equivalente a 1,50% (1,40% em 2012) sobre a suas folhas de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

As despesas comuns foram apropriadas de acordo com as atividades de previdência e de investimentos. Realizado o rateio de acordo com as tarefas desempenhadas pelo quadro de colaboradores, foram registradas 57% para gestão previdencial e 43% para administração dos investimentos. As despesas vinculadas diretamente à gestão previdencial e de investimentos foram registrados integralmente como despesas da gestão previdencial e despesas de administração dos investimentos, respectivamente.

As despesas específicas são alocadas diretamente ao plano que originou e as despesas comuns administrativas são custeadas pelas contribuições vertidas ao Plano de Gestão Administrativa - PGA. As despesas comuns de investimento são rateadas pelo número de participantes ativos e assistidos.

Para a determinação do saldo do Fundo Administrativo de cada plano, a REDEPREV utiliza o critério de rateio que leva em consideração a ponderação entre o número de participantes e assistidos dos Planos de Benefícios.

A Fundação também constitui fundo administrativo próprio, com recursos provenientes de receitas diretas da Gestão Administrativa, conforme previsto do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa. As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da REDEPREV, em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

4 – REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Registram os recursos a receber referente às contribuições previdenciais dos participantes, patrocinadoras e autopatrocinados, e contribuições sobre 13º salário, do mês em curso e em atraso, bem como, as contribuições contratadas com patrocinadoras, suportadas por contrato e depósitos judiciais conforme demonstrado a seguir:

ITEM	31/12/2013	31/12/2012
GESTÃO PREVIDENCIAL	1.761	10.492
1. Recursos a Receber	1.724	10.371
1.1 Contribuições do Mês	1.374	1.401
1.2 Contribuições em Atraso	7	5

ITEM	31/12/2013	31/12/2012
1.3 Contribuições Sobre 13.º Salário	343	342
1.4 Contribuições Contratadas (Nota 4.1)	0	8.623
2. Adiantamentos	0	15
3. Depósitos Judiciais	17	0
4. Outros Realizáveis	20	106

4.1 - CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS – Operações com Patrocinadora

Trata-se de contrato celebrado junto à patrocinadora CEMAT, referentes

a transações e valores de Serviços Passados Contratados, de exercícios anteriores, em conformidade com a legislação vigente. A seguir, apresentamos a composição consolidada das Contribuições Contratadas, por Plano de Benefícios:

PATROCINADORA	PLANO DE BENEFÍCIOS	31/12/2013	31/12/2012
Serviços Passados Contratados		0	8.623
CEMAT – (b)	Plano CEMAT BDI	0	2.890
CEMAT – (b)	Plano CEMAT OP	0	5.733
Total das Contribuições Contratadas		0	8.623

Em janeiro de 2003 foi celebrado o contrato junto a Patrocinadora no valor de R\$ 23.239, com previsão de pagamento em 132 (cento e trinta e duas) prestações mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente pelo INPC do IBGE e juros reais equivalentes a 6% ao ano. Em junho de

2004, o pagamento das parcelas foi suspenso, retornando a partir de junho de 2006. O referido contrato foi quitado em 27 de dezembro de 2013. A seguir apresentamos a movimentação desse contrato nos exercícios:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Anterior	8.623	15.356
(-) Recebimentos	(9.212)	(8.167)
(+) Atualização Monetária e Juros	589	1.434
Saldo Final	0	8.623
Quantidade de parcelas a pagar (remanescente)	0	12

4.2 - PROVISÕES PARA PERDAS – Contribuições Previdenciais

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 178 em 31 de dezembro de 2012, no decorrer do ano de 2013, foram registrados os recebimentos conforme o plano de recuperação judicial, reduzindo assim a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 133 em 31 de dezembro de 2013. O valor descrito acima, se refere às contribuições previdenciais

patronais do Plano de Benefícios de Risco e Plano CELPA-OP, referente ao mês de fevereiro de 2012, devido à recuperação judicial da patrocinadora CELPA.

5 - REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

A composição dos realizáveis da Gestão Administrativa em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

ITEM	31/12/2013	31/12/2012
GESTÃO ADMINISTRATIVA	481	480
1. Contas a Receber	345	334
1.1 Contribuições para Custeio	345	334
2. Adiantamentos	14	24
3. Depósitos Judiciais	104	104
4. Outros Realizáveis	18	18

5.1 - PROVISÕES PARA PERDAS – Contribuições para Custeio

A Fundação constituiu provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 83 em 31 de dezembro de 2012, no decorrer do ano de 2013, foram registrados os recebimentos conforme o plano de recuperação judicial, reduzindo assim a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 62 em 31 de dezembro de 2013. O valor descrito acima, se refere à contribuição para custeio administrativo, referente ao mês de fevereiro de 2012, devido à recuperação judicial da patrocinadora CELPA.

6 - REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

No Programa de Investimentos estão registradas, por segmento, as aplicações dos recursos garantidores dos planos de benefícios da Fundação: renda fixa, renda variável, investimentos imobiliários e operações com participantes. Os ativos de renda fixa e rendas variáveis.

A estrutura da gestão dos investimentos está dividida da seguinte maneira:

- UNIFUNDO – caracterizada por uma gestão compartilhada, implicando na existência de solidariedade na aplicação dos recursos dos planos de benefícios previdenciários e administrativo. Nesta estrutura são alocados os recursos garantidores nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável.

- MULTIFUNDO – caracterizada por uma gestão individualizada dos recursos por plano de benefícios, indicando que os ativos não estão investidos de forma coletiva. Nesta estrutura são alocados os recursos garantidores nas modalidades em Imóveis e Empréstimos Financeiros a Participantes.

Os investimentos da REDEPREV são feitos de forma consolidada para todos os planos, isto é, cada plano de benefícios recebe um percentual da rentabilidade da carteira que é proporcional ao seu patrimônio.

A seguir, apresentamos o realizável do Programa de Investimentos, em 31 de dezembro 2013, com o comparativo do exercício anterior:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
INVESTIMENTOS	815.698	869.916
1.1. Títulos Públicos Federais	197.356	257.674
Notas do Tesouro Nacional	197.356	257.674
1.2. Créditos Privados e Depósitos	296.702	276.665
1.2.1 Instituições Financeiras	231.510	222.692
CDB Bic Banco	16.287	23.498
CDB Industrial	0	11.196
CDB Sofisa	15.660	14.634
CDB Bva	0	70
DPGE Rural	0	14.138
DPGE Sofisa	13.469	12.926
DPGE Modal	16.944	15.945
DPGE Panamericano	0	19.085
DPGE Schahin	7.407	7.076
DPGE Mercantil	19.009	18.472
DPGE BMG	14.866	14.118
DPGE Dacasa	6.166	11.162
DPGE Tricury	12.053	11.078
DPGE Arbi	7.887	7.174
DPGE Caruana	11.478	10.150
DPGE Banif	5.513	5.055
DPGE NCB	6.497	6.026
DPGE Bco.Bonsucesso	15.150	14.045
DPGE Bco.Santinvest	9.595	0
DPGE Bco.Omni	2.098	0
LFS Itau	6.350	6.844
LFS ABC	13.755	0

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
LFS BNP Paribas	10.495	0
LFS Bradesco	10.497	0
LFS Safra	10.334	0
1.2.2 Companhias Abertas	52.669	29.805
Debêntures Cemig	29.759	18.842
Debêntures Coelce	0	10.963
Debêntures Bradespar	10.457	0
Debêntures Duke Energy	12.453	0
1.2.3 Patrocinadora	12.523	24.168
Debêntures Rede Energia (item 6.2)	12.523	24.168
1.3 Ações	4.580	7.791
1.3.1 Patrocinadora	4.580	7.791
Rede Energia	4.580	7.791
1.4 Fundos de Investimento	258.686	256.754
1.4.1 Referenciado	35.355	57.350
Bradesco	35.355	51.739
BNP	0	5.611
1.4.2 Renda Fixa	26.020	21.971
Bradesco	5.356	4.999
Mellon	4.062	0
BTG Pactual	5.905	5.821
HSBC	0	11.151
BNP Paribas	10.697	0
1.4.3 Ações	140.054	121.039
Bradesco	9.869	7.059
Mellon	111.660	104.482
Pactual	12.652	9.498
CEF	5.873	0
1.4.4 Multimercado	49.757	40.505
Itaú	35.420	18.053
Mellon	8.537	0
Bradesco	5.800	22.452
1.4.5 Direitos Creditórios	7.500	15.889
Ceee	2.658	4.011
Fornec. Petrobrás	4.842	11.878
2. Investimentos Imobiliários	28.398	39.067
2.1. Imóveis em Construção	87	219
2.2. Aluguéis e Renda	28.311	38.848
3. Operações com Participantes	29.681	31.670
3.1. Empréstimos	29.681	31.670
4. Outros Realizáveis	295	295

Títulos mantidos até o vencimento

Esta classificação refere-se aos títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade em mantê-los

em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de Dezembro de 2013, os títulos mantidos até o vencimento são:

DESCRIÇÃO	31/12/2013		31/12/2012	
	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA	VALOR DE CUSTO	VALOR NA CURVA
Títulos Públicos Federais	115.864	118.293	0	0
NTN	115.864	118.293	0	0

Títulos para Negociação

Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira da Fundação foram classificados na categoria "Títulos para Negociação" e os mesmos são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços e ajustados pelo valor de mercado,

com os ganhos e perdas não realizadas reconhecidos no resultado do exercício, conforme as Resoluções nº. 04, de 30 de janeiro de 2002, nº. 08 de junho de 2002, e nº. 22, de 25 de fevereiro de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar e em consonância com as normas do Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2013		31/12/2012	
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
Títulos Públicos Federais	49.048	79.063	127.064	257.674
NTN	49.048	79.063	127.064	257.674
Créditos Privados e Depósitos	285.523	296.702	263.191	276.665
CDB Bic Banco	15.000	16.287	21.684	23.497
CDB Industrial	0	0	10.900	11.196
CDB Sofisa	15.000	15.660	10.000	14.634
CDB BVA	0	0	10.000	70
DPGE Rural	0	0	12.000	14.138
DPGE Sofisa	9.040	13.469	9.040	12.926
DPGE Modal	10.000	16.944	10.000	15.945
DPGE Panamericano	0	0	14.000	19.085
DPGE Schahin	5.000	7.407	5.000	7.076
DPGE Mercantil	13.099	19.009	13.099	18.473
DPGE BMG	11.000	14.866	11.000	14.118
DPGE Dacasa	5.000	6.166	10.000	11.162
DPGE Tricury	10.000	12.053	10.000	11.078
DPGE Arbi	6.500	7.887	6.500	7.174
DPGE Caruana	10.000	11.478	10.000	10.150
DPGE Banif	5.000	5.513	5.000	5.055
DPGE NBCB	6.000	6.497	6.000	6.026
DPGE Bonsucesso	14.000	15.150	14.000	14.045
DPGE Bco.Santinvest	9.000	9.595	0	0
DPGE Omni	2.000	2.098	0	0
LFS Itau	5.000	6.350	5.000	6.844

DESCRIÇÃO	31/12/2013		31/12/2012	
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO
LFS ABC	13.000	13.755	0	0
LFS BNP Paribas	10.000	10.495	0	0
LFS Bradesco	10.000	10.497	0	0
LFS Safra	10.000	10.334	0	0
Debêntures Cemig	23.826	29.759	11.706	18.842
Debêntures Coelce	0	0	13.262	10.963
Debêntures Bradespar	10.000	10.457	0	0
Debêntures Duke Energy	13.058	12.453	0	0
Debêntures Rede Energia	45.000	12.523	45.000	24.168
TOTAL	334.571	375.765	390.255	534.339

Independente da classificação adotada, a Fundação procura respeitar, para os casos que tem esse compromisso, os seus prazos previstos e negociados, quando da aplicação dos recursos. A seguir, apresen-

tamos a composição das aplicações dos títulos e valores mobiliários, do Programa de Investimentos segregados em curto prazo (vencimento até 12 meses) e longo prazo (vencimento após 12 meses):

• Exercício de 2013

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	197.356	197.356
Notas do Tesouro Nacional	0	197.356	197.356
1.2. Créditos Privados e Depósitos	34.812	261.890	296.702
1.2.1 Instituições Financeiras	16.287	215.223	231.510
CDB Bic Banco	16.287	0	16.287
CDB Sofisa	0	15.660	15.660
DPGE Omni	0	2.098	2.098
DPGE Sofisa	0	13.469	13.469
DPGE Modal	0	16.944	16.944
DPGE Santinvest	0	9.595	9.595
DPGE Schahin	0	7.407	7.407
DPGE Mercantil	0	19.009	19.009
DPGE BMG	0	14.866	14.866
DPGE Dacasa	0	6.166	6.166
DPGE Tricury	0	12.053	12.053
DPGE Arbi	0	7.887	7.887
DPGE Caruana	0	11.478	11.478
DPGE Banif	0	5.513	5.513
DPGE NCB	0	6.497	6.497
DPGE Bco.Bonsucesso	0	15.150	15.150
LFS Itau	0	6.350	6.350
LFS ABC	0	13.755	13.755
LFS BNP Paribas	0	10.495	10.495
LFS Bradesco	0	10.497	10.497

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
LFS Safra	0	10.334	10.334
1.2.2 Companhias Abertas	18.525	34.144	52.669
Debêntures Cemig	18.525	11.234	29.759
Debêntures Bradespar	0	10.457	10.457
Debêntures Duke Energy	0	12.453	12.453
1.2.3 Patrocinadora	0	12.523	12.523
Debêntures Rede Energia	0	12.523	12.523
1.3 Ações	4.580	0	4.580
1.3.1 Patrocinadora	4.580	0	4.580
Rede Energia	4.580	0	4.580
1.4 Fundos de Investimento	258.686	0	258.686
1.4.1 Referenciado	35.355	0	35.355
Bradesco	35.355	0	35.355
1.4.2 Renda Fixa	26.020	0	26.020
Bradesco	5.356	0	5.356
Mellon	4.062	0	4.062
BTG Pactual	5.905	0	5.905
BNP Paribas	10.697	0	10.697
1.4.3 Ações	140.054	0	140.054
Bradesco	9.869	0	9.869
Pactual	12.652	0	12.652
Mellon	111.660	0	111.660
CEF	5.873	0	5.873
1.4.4 Multimercado	49.757	0	49.757
Itau	35.420	0	35.420
Bradesco	5.800	0	5.800
Mellon	8.537	0	8.537
1.4.5 Direitos Creditórios	7.500	0	7.500
Ceee	2.658	0	2.658
Fornec.Petrobrás	4.842	0	4.842

• Exercício de 2012

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
1.1. Títulos Públicos Federais	0	257.674	257.674
Notas do Tesouro Nacional	0	257.674	257.674
1.2. Créditos Privados e Depósitos	77.126	199.539	276.665
1.2.1 Instituições Financeiras	77.126	145.566	222.692
CDB Bic Banco	23.497	0	23.497
CDB Industrial	11.196	0	11.196
CDB Sofisa	14.634	0	14.634

Títulos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
CDB BVA	0	70	70
DPGE Rural	8.714	5.424	14.138
DPGE Sofisa	0	12.926	12.926
DPGE Modal	0	15.945	15.945
DPGE Panamericano	19.085	0	19.085
DPGE Schahin	0	7.076	7.076
DPGE Mercantil	0	18.473	18.473
DPGE BMG	0	14.118	14.118
DPGE Dacasa	0	11.162	11.162
DPGE Tricury	0	11.078	11.078
DPGE Arbi	0	7.174	7.174
DPGE Caruana	0	10.150	10.150
DPGE Banif	0	5.055	5.055
DPGE NBC	0	6.026	6.026
DPGE Bco.Bonsucesso	0	14.045	14.045
LFS Itau	0	6.844	6.844
1.2.2 Companhias Abertas	0	29.805	29.805
Debêntures Cemig	0	18.842	18.842
Debêntures Coelce	0	10.963	10.963
1.2.3 Patrocinadora	0	24.168	24.168
Debêntures Rede Energia	0	24.168	24.168
1.3 Ações	7.791	0	7.791
1.3.1 Patrocinadora	7.791	0	7.791
Rede Energia	7.791	0	7.791
1.4 Fundos de Investimento	256.754	0	256.754
1.4.1 Referenciado	57.350	0	57.350
Bradesco	51.739	0	51.739
BNP	5.611	0	5.611
1.4.2 Renda Fixa	21.971	0	21.971
Bradesco	4.999	0	4.999
HSBC	11.151	0	11.151
BTG Pactual	5.821	0	5.821
1.4.3 Ações	121.039	0	121.039
Bradesco	7.059	0	7.059
Pactual	9.498	0	9.498
Mellon	104.482	0	104.482
1.4.4 Multimercado	40.505	0	40.505
Itau	18.053	0	18.053
Bradesco	22.452	0	22.452
1.4.5 Direitos Creditórios	15.889	0	15.889
Ceee	4.011	0	4.011
Fornec.Petrobrás	11.878	0	11.878

6.1 - PROVISÕES PARA PERDAS

a) BANCO SANTOS S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB emitida pelo Banco Santos S/A. no valor R\$ 10.352 (Posição 12/II/2004). Este Banco em 12 de novembro de 2004 sofreu intervenção do Banco Central.

Tendo o Banco Central do Brasil decretado a liquidação extrajudicial da instituição financeira, a REDEPREV, com base nas Resoluções CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou, à época, como Liquidação Duvidosa no seu resultado o valor de R\$ 13.019 que equivale a 100% do total desta operação.

Em 02 de julho de 2010 a administração da massa falida do Banco Santos S/A, efetuou o pagamento do primeiro rateio dos créditos quirografários à REDEPREV no valor de R\$ 1.135, em 5 de janeiro de 2011, efetuou o pagamento do segundo rateio no valor de R\$ 2.044, e, em 14 de janeiro de 2013 efetuou o pagamento terceiro rateio no valor de R\$ 733 reduzindo assim a provisão inicial da rubrica Liquidação Duvidosa para R\$ 9.107 em 31 de dezembro de 2013.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 644424.5-0) contra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco Santos S/A., massa falida, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

b) BANCO BVA S/A.

A Fundação possuía no seu Programa de Investimentos, na data da intervenção no Banco BVA S/A., decretada pelo Banco Central, uma aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB no valor R\$ 11.002. A intervenção ocorreu em 19 de outubro de 2012 e a REDEPREV de acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, provisionou como Liquidação Duvidosa no seu resultado do exercício corrente, o valor de R\$ 10.932.

A Fundação promoveu demanda judicial (apelação nº. 0012945-59) con-

tra o Fundo Garantidor de Créditos, em razão da aplicação em CDB no Banco BVA, para garantir a cada participante o valor de R\$ 20 até atingir o valor total do investimento, considerando-o como aplicador individual.

6.2 - DEBÊNTURES REDE ENERGIA

No mês de Junho de 2012, o Comitê de Precificação do Itaú Unibanco S/A (custodiante da REDEPREV) efetuou provisão de perda de 50% para o ativo “Rede Energia Debêntures Simples da 4ª Emissão”, devido a desvalorização de aproximadamente 51% do Bond perpétuo da Rede Energia e o downgrade da agência de ratings Fitch, para a Rede Energia S.A classificando o emissor como “RD” (risco de default) devido à reestruturação da dívida de debêntures, que seriam pagas em 2014 passando para 2016.

Em 13 de novembro de 2013, foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da 4ª Emissão de Debênture Simples da Rede Energia S.A, na qual a Redeprev optou pela forma de recebimento, nos termos da opção “C” prevista na Cláusula 7.4 do plano de recuperação judicial, conforme decisão do Conselho Deliberativo em reunião realizada em 12 de novembro de 2013. A Redeprev receberá o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor dos respectivos créditos. No mês de novembro de 2013, por opção da Fundação, o custodiante registrou deságio de R\$ 11.645. O Conselho Deliberativo da entidade aprovou a reversão parcial dos Fundos Previdenciais de Saldo por Exigência Regulamentar, registrados nos Planos OP's, para valorização das quotas patrimoniais no mês de novembro de 2013, de acordo com o art. 64 do Regulamento dos Planos Celpa-OP, Cemat-OP e Elétricas-OP, com o objetivo de não causar prejuízos aos participantes (Observar item 13.4).

6.3 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

a) Edificações para Renda - Locadas a Patrocinadora.

São registradas pelo custo de aquisição, e estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente pela Unidade Fiscal de Referência – UFIR, até 31 de dezembro de 1995 e ajustados por reavaliação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada do bem. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Bragança Paulista – SP	5.245	5.326
Terreno	1.770	1.770
Edificações	3.475	3.556
São Paulo – SP Conjunto nº. 101	0	1.963
Terreno	0	1.265
Edificações	0	698
São Paulo – SP Conjunto nº. 111	1.782	1.798
Terreno	1.100	1.100
Edificações	682	698

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
São Paulo – SP Conjunto nº. 112	1.782	1.798
Terreno	1.100	1.100
Edificações	682	698
São Paulo – SP Conjunto nº. 121	1.776	1.798
Terreno	840	840
Edificações	936	958
São Paulo – SP Conjunto nº. 122	1.776	1.798
Terreno	840	840
Edificações	936	958
São Paulo – SP Conjunto nº. 131	0	2.148
Terreno	0	1.450
Edificações	0	698
São Paulo – SP Conjunto nº. 132	0	2.048
Terreno	0	1.350
Edificações	0	698
São Paulo – SP Conjunto nº. 141	0	1.878
Terreno	0	1.180
Edificações	0	698
São Paulo – SP Conjunto nº. 142	0	1.963
Terreno	0	1.265
Edificações	0	698
Araguaína – TO	2.352	2.374
Terreno	1.390	1.390
Edificações	962	984
Belém – PA	13.380	13.561
Terreno	4.190	4.190
Edificações	9.190	9.371
Valores a Receber	218	395
Imóveis em Construção	87	219
TOTAL	28.398	39.067

a.I) Venda de Imóveis

Em 24 de julho de 2013 foram vendidos os conjuntos I31, I32, I41 e I42, com as respectivas vagas de garagem no valor total de R\$ 12.000, e no

dia 01 de agosto de 2013 foi vendido o conjunto I01 com as respectivas vagas de garagem pelo valor total de R\$ 2.780. A seguir apresentamos a composição do resultado positivo obtido com a venda dos imóveis em 31 de dezembro de 2013:

Descrição do Imóvel	Terreno	Edificações	Total
São Paulo – SP Conjunto nº 101	1.265	716	1.981
Valor da venda do imóvel			14.138
Resultado positivo da venda contabilizado no Resultado			12.926
São Paulo – SP Conjunto nº 131	1.450	717	2.167
Valor da venda do imóvel			3.000
Resultado positivo da venda contabilizado no Resultado			833
São Paulo – SP Conjunto nº 132	1.350	717	2.067
Valor da venda do imóvel			3.000
Resultado positivo da venda contabilizado no Resultado			933
São Paulo – SP Conjunto nº 141	1.180	717	1.897
Valor da venda do imóvel			3.000
Resultado positivo da venda contabilizado no Resultado			1.103
São Paulo – SP Conjunto nº 142	1.265	717	1.982
Valor da venda do imóvel			3.000
Resultado positivo da venda contabilizado no Resultado			1.018
Total Geral da venda contabilizado no Resultado			4.686

*Os conjuntos I01, I31, I32, I41 e I42 foram avaliados em 08 de maio de 2013, pela empresa ELO Engenharia e Arquitetura ME.

b) Imóveis em Construção

Refere-se à reforma do andar térreo e fachada do Edifício Eloy Chaves nº 2.439 em São Paulo/SP (Conjuntos III, I12, I21, I22).

6.3.1 – PROVISÕES PARA PERDAS – ALUGUÉIS

A Fundação constituiu no exercício, provisões para créditos de liquidação duvidosa no segmento de Imóveis para Renda, conforme segue abaixo:

- Imóveis Locados a Patrocinadora – constituído no valor de R\$ 214, devido a Recuperação Judicial da patrocinadora CELPA, no decorrer do ano de 2013, foram registrados os recebimentos conforme o plano de recuperação judicial, reduzindo assim a provisão inicial da rubrica para o valor de R\$ 159, em 31 de dezembro de 2013;
- Imóveis Locados a Terceiros – constituído no valor de R\$ 191, referente

a valores devidos pelo Colégio Impacto S/C.

6.4 - Operações com Participantes (Empréstimos Financeiros)

São registrados nesta conta os valores dos empréstimos concedidos com recursos dos planos de benefícios, aos seus participantes e assistidos, a saber: ativos, aposentados, pensionistas e autopatrocinados da Fundação. Para usufruir desta modalidade de investimento os participantes e assistidos deverão atender as condições estabelecidas na Norma de Empréstimo aprovada pela Diretoria Executiva.

7 - ATIVO PERMANENTE

O Ativo Permanente é composto pelos grupos “Imobilizado” e “Intangível”, onde estão registrados os bens duráveis adquiridos ao longo dos anos e registrados nesta conta pelo valor de aquisição e/ou reavaliação, deduzidos da depreciação/amortização, segundo método linear. A seguir, apresentamos a composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Imobilizado		1.853	(339)	1.514	1.572
Terrenos		1.200	0	1.200	1.200
Edificações	2%	220	(15)	205	213
Móveis e Utensílios	10%	154	(108)	46	60
Maquinas e Equipamentos	10% -25%	44	(38)	6	9
Veículos	20%	0	0	0	18
Computadores e Periféricos	20%	188	(145)	43	56
Condicionador de Ar	25%	35	(33)	2	4
Outros		12	0	12	12
Intangível		343	(290)	53	120
Software	20%	343	(290)	53	120
PERMANENTE		2.196	(629)	1.567	1.692

8 - EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas aos benefícios devidos aos participantes, assistidos, autopatrocinados, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

ITEM	31/12/2013	31/12/2012
GESTÃO PREVIDENCIAL	3.194	3.133
1.1 Benefícios à Pagar	2.443	2.669
1.2 Retenções à Recolher	642	414
1.3 Outras Exigibilidades	109	50

9 - EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

São registradas nesta conta, as obrigações a pagar relativas a fornecedores, pessoal, bem como retenções fiscais e outros descontos decorrentes dessas obrigações. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

ITEM	31/12/2013	31/12/2012
GESTÃO ADMINISTRATIVA	565	528
1.1 Contas a Pagar	467	436
1.2 Retenções a Recolher	98	91
1.3 Outras Exigibilidades	0	1

10 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

A Fundação responde por processos judiciais de natureza previdenciária, relativos a pedidos de ex-participantes, para que lhes sejam pagas

diferenças decorrentes de expurgos de índices de inflação, provocados por diversos planos econômicos editados pelo governo federal, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança, por ocasião dos respectivos desligamentos.

A provisão para as eventuais perdas, decorrentes desses processos, foi

estimada e atualizada pela administração, amparada pela opinião dos seus consultores jurídicos externos, totalizando em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$ 1.120, e, em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 1.000. A referida provisão contempla a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destes processos. Em referência aos processos de expurgos inflacionários, contabilizamos o valor de R\$ 17, depositado judicialmente, posicionados em 31 de dezembro de 2013. Os depósitos judiciais/recursais estão registrados na Conta "1.2.1.5.00.00.00", obedecendo a Instrução nº 5, de 08 de setembro de 2011 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

A Fundação responde também por outros processos de revisão de benefícios, provisionados no valor de R\$ 206 em 31 de dezembro de 2013, e, totalizando em 31 de dezembro de 2012, o valor de R\$ 213.

II - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Fundação responde por processo de ação anulatória de lançamentos de PIS e COFINS já recolhidos, no valor de R\$ 104 em 31 de dezembro de 2013, depositados judicialmente. Os depósitos judiciais/recursais estão registrados na Conta "1.2.2.4.00.00.00", obedecendo a Instrução nº 5, de 08 de setembro de 2011 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A Fundação provisionou o valor de R\$ 7, em decorrência de um processo trabalhista.

12 - PROVISÕES MATEMÁTICAS

Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, todos os Planos de Benefícios Previdenciais foram objeto de avaliação atuarial e cálculo das suas provisões matemáticas, sendo que as mesmas foram constituídas com base em Nota Técnica Atuarial do Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda. – ETAA. A seguir, apresentamos a composição do saldo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
PROVISÕES MATEMÁTICAS	721.090	729.966
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	480.619	444.546
BENEFÍCIOS A CONCEDER	240.471	285.420
Contribuição Definida	220.643	262.390
Benefício Definido Estrut. Regime Capitalização	19.828	23.030
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	19.828	23.030

- Benefícios Concedidos e Benefícios a Conceder - são atualizadas mensalmente pelas informações cadastrais da massa de participantes ativos e assistidos, que foi reavaliada no encerramento do exercício de 2013, com dados cadastrais de dezembro de 2013.

13 - EQUILÍBRIO TÉCNICO E FUNDOS

A seguir apresentamos a composição consolidada do saldo contábil em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
EQUILÍBRIO TÉCNICO – Superávit Técnico Acumulado	4.085	63.198
Reserva de Contingência	4.085	43.634
Reserva Especial para Revisão do Plano	0	19.564
FUNDOS	89.119	85.140
Fundos Previdenciais	85.300	81.701
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	9.239	13.283
Revisão de Plano	12.080	0
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	63.981	68.418
Fundo Administrativo	3.554	3.243
Fundo de Investimentos	265	196

O superávit/déficit de cada plano previdencial está apresentado no quadro a seguir, os valores estão posicionados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

PLANOS	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2013	Superávit (Déficit) Acumulado 31/12/2012
ELETRICAS BDI	(4.666)	1.360
ELETRICAS OP	(4.470)	0
CELPA BDI	14.071	29.143
CELPA BDII	9.017	14.664
CELPA OP	2.183	15.968
CEMAT BDI	(2.705)	1.570
CEMAT OP	(4.468)	0
PL. RISCO	(4.877)	493
Consolidado	4.085	63.198

13.1 - Superávit Técnico Acumulado

O Superávit Técnico acumulado é composto pelo valor da Reserva de Contingência, constituída pelo excedente patrimonial em relação aos compromissos totais, até o limite de 25% do valor das reservas matemáticas, e pelo valor da Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios, no que exceder o limite de 25% da Reserva de Contingência.

13.2 - Déficit Técnico Acumulado

O Déficit atuarial corresponde à insuficiência de recursos para cobertura de compromissos dos Planos de Benefícios. Os Déficits apresentados nos planos Elétricas BDI, Elétricas OP, CEMAT BDI, CEMAT OP e Plano de RISCO são de grande parte de natureza conjuntural, devido a um cenário macroeconômico desfavorável no ano calendário de 2013.

13.3 - Fundos Previdenciais

Correspondem aos seguintes fundos:

a) Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar - Conforme Artigo 64 dos Regulamentos dos Planos OP's, os saldos remanescentes nas contas do Fundo D, em razão de cancelamento de inscrição do Participante Contribuinte, será utilizado para a constituição de um Fundo Previdenciário para prioritariamente, cobrir eventuais insuficiências de reservas técnicas ou outro fim que não contrarie a legislação vigente, na forma definida pelo Conselho Deliberativo.

b) Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial (Fundo para Cobertura de Oscilação de Risco) – é constituído pela diferença positiva entre as receitas e despesas do Programa Previdencial e sob a responsabilidade do atuário. O valor existente nos fundos de oscilação de risco dos planos que se encontram em déficit técnico conjuntural, é superior ao valor da insuficiência atuarial.

13.4 - Reversão Fundo Previdenciário

No mês de novembro de 2013, foi revertido o valor de R\$ 5.405 do Fundo - Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo D), para valorização das quotas patrimoniais dos planos OP's da REDEPREV, autorizado pelo Conselho Deliberativo da Fundação, con-

forme comentado na nota explicativa nº “6.2 Debêntures”.

13.5 - Revisão de Plano

O fundo de revisão de plano foi constituído, pela reversão da reserva especial, para a seguinte destinação:

Parcela Patronal – A parcela da reserva de revisão de plano atribuível à CELPA foi constituída com o objetivo de abater as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

Parcela Pessoal – A parcela da reserva de revisão destinados aos participantes ativos e assistidos, foi constituído com o objetivo de pagamento de benefícios temporários para os assistidos e criação do FUNDO F, onde serão alocados os valores dos participantes ativos, autopatrocinados e BPD, que será pago na concessão do benefício suplementar, ou opção pelo instituto do resgate ou portabilidade.

13.6 – Fundo Administrativo

Constituído mensalmente pelo resultado apurado entre as receitas e despesas, acrescido dos valores relativos à rentabilidade obtida com os investimentos administrativos realizados no mercado financeiro.

Para custear as despesas com a gestão administrativa no exercício de 2013, as Patrocinadoras tiveram que fazer uma contribuição mensal equivalente a 1,50% (1,40% em 2012) sobre suas folhas de salários, para suprir as despesas previstas com a administração de todos os planos de benefícios.

13.7 – Fundo de Investimentos

Constituído com os recursos de cobertura de riscos da carteira de empréstimo pelos participantes, assistidos e autopatrocinados, oriundos com a taxa de 0,5% sobre os empréstimos concedidos.

14 - HIPÓTESES ATUARIAIS

14.1 – Elétricas BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	2%	2%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Nula
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Nula
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	1
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (**)
Tábua de entrada em invalidez	Tábua Álvaro Vindas	Tábua Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% (22% em 2012) nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos.

14.2 – Elétricas OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não Aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não Aplicável
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não utilizada	Não Aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% (22% em 2012) nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos.

14.3 – CELPA BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 30 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não Aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não Aplicável
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (**)
Tábua de entrada em invalidez	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Composição determinada pela situação real dos dependentes de cada assistido

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% (22% em 2012) nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

14.4 – CELPA BDII

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	2%	2%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Nula
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Nula
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	1
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Nula
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (**)
Tábua de entrada em invalidez	Tábua Álvaro Vindas	Tábua Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% (22% em 2012) nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

14.5 – CELPA OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	4,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não Aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não Aplicável
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade AT 2000 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não utilizada	Não Aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 10% (22% em 2012) nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

14.6 – CEMAT BDI

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 30 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	2%	2%
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Nula
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Nula
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	1
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Nula
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (**)
Tábua de entrada em invalidez	Tábua Álvaro Vindas	Tábua Álvaro Vindas
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% (22% em 2012) nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

14.7 – CEMAT OP

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 30 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	5,5%	5,5%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Não Aplicável
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não Aplicável
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não utilizada	Não Aplicável
Tábua de entrada em invalidez	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Dado fornecido pela Entidade

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% (22% em 2012) nas taxas anuais de mortalidade.

(**) - Ambos os Sexos

14.8 – Plano de Benefícios de Risco

As hipóteses utilizadas na avaliação atuarial em 30 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 estão demonstradas abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2013	31/12/2012
Taxa real anual de juros	5,5%	5,75%
Projeção de crescimento real de salário	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	Não utilizada	Não Aplicável
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	Não utilizada	Nula
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
- dos salários	Não utilizada	Não Aplicável
- dos benefícios da Fundação	0,98	0,98
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não utilizada	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (*)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012 – (**)	Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2010 – (**)
Tábua de entrada em invalidez	Não utilizada	Apuração determinada pelo número provável de aposentadoria por invalidez, a partir da observação estatística dos eventos ocorridos nos últimos 36 meses
Hipótese sobre composição de família de pensionistas	Dado fornecido pela Entidade	Composição determinada pela situação real dos dependentes de cada assistido

(*) - Ambos os Sexos, com redução de 25% (22% em 2012) nas taxas anuais de mortalidade.

(**)- Ambos os Sexos

15.8 – Aderência das premissas e hipóteses atuariais e financeiras

A Fundação utilizou a taxa real anual de juros de 5,5% a.a. para o desconto em seu fluxo de pagamentos, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 09, de 29 de novembro de 2012, e possui taxa de retorno de seus ativos adequada para fazer face ao fluxo das obrigações.

A Fundação contratou a empresa PPS – Portfolio Performance Ltda, para desenvolver um estudo de adequação da taxa de juros adotada para os Planos. Conforme relatório de conclusão desta análise, a duration da carteira de ativos é de 5 anos aproximadamente, o que situa num prazo médio de investimentos inferior ao prazo médio dos passivos dos Planos, conforme estimado no quadro abaixo:

PLANOS	DURATION (EM ANOS)
ELETRICAS BDI	9,33
ELETRICAS OP	11,00
CELPA BDI	9,00
CELPA BDII	9,08
CELPA OP	12,75
CEMAT BDI	9,25
CEMAT OP	11,17

A Fundação contratou a Consultoria PPS – Portfolio Performance Ltda, para elaboração de estudo de *Asset Liability Management* – ALM.

O ALM é uma ferramenta de controle e gestão de riscos muito importante e adotada nos planos de benefícios, onde se projetam os fluxos de pagamentos dos benefícios anualmente e, utilizando-se o conceito de Fronteira Eficiente, destacam-se as classes de ativos que oferecem melhor relação de risco / retorno. Os estudos técnicos de ALM poderão mitigar os riscos dos planos de benefícios, oferecendo um casamento, sob as hipóteses consideradas de cenário econômico, entre ativos e passivos.

Desta forma, o atuário calcula o valor presente dos benefícios, baseado no fluxo de caixa esperado dos pagamentos dos benefícios, considerando a expectativa de vidas dos participantes, assistidos e beneficiários, a partir das tábuas biométricas que correspondem às tábuas de mortalidade.

O fluxo de caixa é projetado para os benefícios que são pagos na forma de renda mensal vitalícia para os assistidos e beneficiários, incluindo as reversões em pensão por morte, observado as regras pertinentes aos regulamentos dos planos de benefícios.

Considerando-se as condições de mercado, a elevação da taxa básica de juros acompanhada do aumento do prêmio nos títulos públicos, propiciando a garantia de taxas de juros elevadas com baixo nível de risco, a implementação do estudo de *Cash Flow Matching* foi recomendado, o reinvestimento dos títulos da carteira à medida de seus vencimentos e sustentabilidade da meta atuarial no longo prazo.

16 - FUNDO PREVIDENCIAL X CUSTEIO PLANO R (RISCO)

Através da Avaliação Atuarial que determina as necessidades financeiras dos Planos de Benefícios, foi determinada no Plano Anual de Custeio, a cobrança da taxa de contribuição mensal de 1,85% sobre a folha de

salários das patrocinadoras para o Plano de Benefícios-R, referente ao período de 01/05/2013 a 30/04/2014.

O Fundo de Cobertura de Oscilação de Riscos deste plano, decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, não consumidas pelos riscos decorridos ou pela formação de Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos.

O Fundo de Oscilação de Riscos, é composto pelo saldo existente em 31/12/2012, pelas contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras, pelas concessões de benefícios de invalidez e/ou morte do Participante, pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para a garantia do benefício de Suplementação da Aposentadoria por Invalidez e/ou da Suplementação da Pensão por Morte, pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença, e, pelo Pecúlio por Morte, resultando em um saldo em 31/12/2013 no valor de R\$ 5.245.

O Fundo de Oscilação de Riscos, tem por finalidade específica suportar possíveis desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos por morte e invalidez, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido na atualização dos benefícios concedidos e possíveis aumentos na sobrevivência dos Assistidos e Pensionistas. A sua constituição está prevista no Regulamento do plano e na Nota Técnica Atuarial.

17 - APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

Em atendimento ao disposto do item 9.1, Anexo “C” da Resolução CGPC nº 08/2011, e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, participação do fundo administrativos nos planos previdenciais, superávit e déficit técnico, dentre outros. Segue composição do saldo contábil em 31 de dezembro de 2012:

PLANOS	ATIVO	PASSIVO
ELÉTRICAS BDI	73.033	73.033
ELÉTRICAS OP	128.896	128.896
CELPA BDI	143.432	143.432
CELPA BDII	71.012	71.012
CELPA OP	136.187	136.187
CEMAT BDI	46.191	46.191
CEMAT OP	177.092	177.092
PL. RISCO	43.281	43.281
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	4.276	4.276
DEMONSTRATIVO AUXILIAR (OP. COMUNS)	(3.881)	(3.881)
CONSOLIDADO	819.519	819.519

18 - OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1 - AGENTE CUSTODIANTE

A Fundação tem como Agente Custodiante contratado o Banco Itaú Unibanco S/A. O agente custodiante é responsável pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável, conforme determina o art. 14 e art. 15 da Resolução nº 3.792 de setembro de 2009, e alterada pela Resolução nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 do Conselho Monetário Nacional.

19 - EVENTOS SUBSEQUENTES

19.1 Alteração na estrutura da gestão dos investimentos

Em 12 de novembro de 2013, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, alteração da segregação dos investimentos da Fundação, para os segmentos de renda fixa e renda variável, passando de segregação virtual (unifundo) para segregação real (multifundo), sendo implantada a partir de janeiro de 2014.

19.2 Transferência de gerenciamento do Plano CELPA OP e a Cisão/Transferência do Plano de Risco

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da RedePrev apro-

vou, através de reunião extraordinária, a transferência de gerenciamento do Plano CELPA OP e a cisão/transferência do Plano de Risco, (parcela referente aos participantes ativos e assistidos da CELPA), da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência para a FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar, com data base em 31 de janeiro de 2014, conforme requerimento CELPA/Presidência nº 001/2014, de 30 de janeiro de 2014.

19.3 Destinação da Reserva de Revisão do Plano

Em 13 de fevereiro de 2014, o Conselho Deliberativo da RedePrev aprovou, através de reunião extraordinária, a destinação da reserva especial para revisão do plano CELPA OP. O valor atribuído aos participantes ativos será creditado no “Fundo F”, criado especificamente para esta finalidade e contabilizado pelo regime de quotas patrimoniais, para pagamento em prestação única, por ocasião da concessão da Renda Mensal, ou opção pelos institutos do Resgate ou Portabilidade; enquanto os assistidos e pensionistas em gozo de Renda Mensal Vitalícia ou Financeira receberão os valores individuais em 04 (quatro) prestações mensais e sucessivas, em 27/02/2014, 27/03/2014, 29/04/2014 e 29/05/2014, atualizadas da mesma forma, pelo regime de quotas patrimoniais, a título de benefício temporário. A parcela atribuível a CELPA será mantida no Plano e contabilizada em conta específica sob regime de quotas patrimoniais, com o objetivo de satisfazer as contribuições normais futuras, até o esgotamento do saldo.

* * *

André Bolonha Fiuza de Mello
Diretor Presidente
CPF nº 060.121.322-04

João Bosco de Moraes Filho
Contador
CRC MT-011135/O-2 “S” SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores, Conselheiros,
Participantes e Patrocinadores da
Redeprev – Fundação Rede de Previdência
Bragança Paulista – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Redeprev – Fundação Rede de Previdência (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Redeprev – Fundação Rede de Previdência, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8), em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de dis-

torção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Redeprev – Fundação Rede de Previdência e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfases

Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) alterou a forma de apresentação das demonstrações contábeis, com a substituição das demonstrações das obrigações atuariais dos planos de benefícios pela as demonstrações das provisões técnicas dos planos de benefícios, de acordo com a Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Continuidade dos patrocinadores

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal das atividades da Fundação, considerando a sua característica de administradora de planos de benefício. Conforme descrito nas notas explicativas no. I.1 e I.2, oito patrocinadoras da Fundação estão sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, desde agosto de 2012. Durante o exercício de 2012, a empresa holding “REDE Energia S.A.”, que também é patrocinadora da Fundação, apresentou pedido de recuperação judicial, como tentativa de solução para a insolvência e em 09 de setembro de 2013, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, concedeu a Recuperação Judicial. Além disso, o Conselho de Administração de Defesa Econômica – CADE aprovou a transferência do controle da Rede Energia para a Energisa S.A., e, a ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, através da Resolução Autorizativa nº 4.510, de 28 de janeiro de 2014, anuiu a transferência do Grupo Rede, que deve ser implementada durante o exercício de 2014. Além disso, a patrocinadora, Centrais Elétricas do Pará S.A. –

CELPA, que está em processo de Recuperação Judicial já deferido pela justiça do Pará, em 29 de fevereiro de 2012, teve seu controle acionário adquirido/assumido pela Equatorial Energia S.A., cujo plano de transição já foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Dessa forma, conforme descrito nas notas explicativas no. I.4 e I9.2, a Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA comunicou a Fundação a sua decisão de transferir a gestão dos Planos de benefícios CELPA BD I, CELPA BD II, CELPA OP e a parcela referente aos participantes ativos e assistidos daquela patrocinadora do Plano de Risco, para outra entidade de previdência complementar. As referidas solicitações já foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

Em virtude das incertezas relacionadas a esses temas, não é possível determinar quais os reflexos que esses assuntos poderão trazer sobre a Fundação. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Santo André, 20 de março de 2014.

SAX SLAVIC AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2SP 024845/O-2



Alexandre Ralf Slavic
Sócio-diretor
CRC ISP207032/O-5

PARECER ATUARIAL EXERCÍCIO 2013

ANEXO VI - DA 2013

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-I

CNPB Nº: 1982.0006-19

Patrocinadora: CELPA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.

Data-Base do Cadastro: 31/12/2013

I. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2013 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-I, instituído em 30/07/1982 está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 01/01/1998,

quando foi instituído um novo plano de benefícios denominado PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-II.

3. DA BASE CADASTRAL

O plano foi avaliado atuarialmente sobre o cadastro posicionado em 31/12/2013 para os Assistidos e Pensionistas e fornecido pela Entidade.

Observamos que não existe nenhum Participante Ativo.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2013
Quantidade de Participantes ativos	-0-	-0-
Mulheres	-0-	-0-
Homens	-0-	-0-
Tempo médio de filiação ao plano	-0-	-0-
Salário de Participação médio	-0-	-0-
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Folha de Salário de Participação	-0-	-0-
Quantidade de Assistidos	305	306
Nº de aposentadorias	259	256
Benefício médio	R\$ 2.800,37	R\$ 2.954,25
Idade média	68,69 anos	69,61 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	2	2
Benefício médio	R\$ 4.177,58	R\$ 4.440,84
Idade média	70 anos	71 anos
Nº de pensões	44	48
Benefício médio	R\$ 978,87	R\$ 1.047,97
Idade média	61,61 anos	63,42 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual.	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Não existe Participante Ativo ou Autopatrocinado	
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral

Observamos que na Nota Técnica Atuarial consta o regime financeiro de REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA para os benefícios de Complementação de Aposentadoria por Invalidez, Complementa-

ção de Pensão e correspondente Abono Anual, todavia, dado o volume de recursos nos Fundos Previdenciais, nesta avaliação foram financiados pelo regime de Capitalização Integral.

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a 102 (cento e dois) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação ao exercício de 2012 foi efetuada alteração da premissa Tábua Geral de Mortalidade, da IBGE 2010 para IBGE 2012.

6.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: INPC (IBGE).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 6,03

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,56

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,83

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: 5,5% (cinco e meio por cento).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 5,50%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -5,13%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,50%.

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

6.1.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: Fator 0,98.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,98

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,98

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,98

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% ao ano.

6.1.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.

Quantidade esperado no exercício encerrado: 6,22

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 6,05

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa:

● A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores às resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

● Tábua aprovada pelo Decreto No 3.266, de 29/II/1999.

● Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.

● Tábua representativa da população brasileira.

● Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.

● Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.

● A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da suposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

6.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.

Quantidade esperado no exercício encerrado: 0,06

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,06

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.4 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

6.2. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

6.2.2. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

6.2.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

6.2.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

6.2.5. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

6.2.6. HIPÓTESE DE GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

6.2.7. HIPÓTESE DE ENTRADA EM APOSENTADORIA

6.2.8. HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE

6.2.9. HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS.

6.2.I0. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

6.2.II. TÁBUA DE MORBIDEZ

Observação:

COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2012 e em 31/12/2013 está composto conforme segue:

Atestado de Avaliação Atuarial em	31/12/2012	31/12/2013	Variação em %
PATRIMÔNIO SOCIAL	153.429.117,51	143.219.129,53	-6,65%
Patrimônio de Cobertura do Plano	129.710.147,96	117.623.988,81	-9,32%
Provisões Matemáticas	100.567.341,62	103.552.702,43	2,97%
Benefícios Concedidos	100.567.341,62	103.552.702,43	2,97%
Benefício Definido - Estruturado em regime de Capitalização	100.567.341,62	103.552.702,43	2,97%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	93.078.382,87	95.299.900,18	2,39%
Aposentadoria	93.078.382,87	95.299.900,18	2,39%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	7.488.958,75	8.252.802,25	10,20%
Aposentadoria por Invalidez	1.042.860,78	1.077.442,43	3,32%
Pensão por Morte	6.446.097,97	7.175.359,82	11,31%
Benefícios a Conceder	—	—	—
Equilíbrio Técnico	29.142.806,34	14.071.286,38	-51,72%
Reserva de Contingência	25.141.835,41	14.071.286,38	-44,03%
Reserva Especial para Revisão de Plano	4.000.970,93	—	-100%
Fundos	23.718.969,55	25.595.140,72	7,91%
Fundos Previdenciais	23.593.241,11	25.450.986,93	7,87%
Outros - Previsto em NTA - Oscilação de Riscos	23.593.241,11	25.450.986,93	7,87%
Fundos Administrativos	124.397,08	138.611,28	11,43%
Fundos dos Investimentos	1.331,36	5.542,51	316,30%

8. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015

8.1. Para o custeio dos benefícios:

8.1.1. Participantes

Nada contribuem. (Não há Participantes Ativos ou Autopatrocinados)

8.1.2. Assistidos

Nada contribuem.

8.1.3. Pensionistas e dependentes

Nada contribuem.

8.1.4. Patrocinadora

Nada contribui.

8.2. Para custeio das Despesas Administrativas:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

8.2.1. Participantes

Não há Participantes Ativos ou Autopatrocinados.

8.2.2. Assistidos

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre a Complementação mensal.

8.2.3. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

8.2.4. Patrocinadora

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre o total da Folha de Salários.

8.3. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

O plano não possui este fundo.

8.4. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

O plano não possui Reserva Especial.

9. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

9.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

9.2. Variação das Provisões Matemáticas

9.2.1. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos ocorreu dentro do esperado, apresentando pequena variação decorrente do reajuste monetário dos benefícios e do envelhecimento da massa.

9.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua Geral de Mortalidade, efetuamos a atualização da tábua para garantir que a expectativa de vida acompanhe a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, adotamos a taxa resultante do estudo de aderência.

9.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

O plano encontra-se superavitário.

10. PARECER ATUARIAL DO PLANO

10.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

10.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos, no montante de R\$ 25.450.986,93.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

10.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado superavitário existente em 31/12/2012 sofreu um decréscimo decorrente da perda patrimonial, em virtude da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%).

10.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural Conjuntural.

10.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

O plano encontra-se superavitário.

10.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

10.7. Aderência das premissas e hipóteses atuariais e financeiras

10.7.1. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadora e do órgão fiscalizador.

10.7.2. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios, que está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadora e do órgão fiscalizador.

10.8. Fato Relevante

Em 26/09/2013 a Patrocinadora solicitou a transferência de gerenciamento do PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-I da REDEPREV para a FASCEMAR, nos moldes da Resolução MPS/CNPC nº II, de 13/05/2013 e Instrução PREVIC nº 03, de 04/07/2013. O processo foi protocolado junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC em 27/01/2014.

Conforme disposto na legislação e constante do “TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-I ENTRE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR”, a transferência do gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA BD-I, da REDEPREV para a FASCEMAR, não implicará modificação dos direitos e obrigações da CELPA e dos assistidos a ela vinculados, previstos no regulamento do referido plano, conforme demonstram o Quadro Comparativo do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA BD-I em vigor na REDEPREV e do Regulamento do Plano CELPA BD I que vigorará na FASCEMAR, e a Minuta do Regulamento Consolidado.

A REDEPREV permanecerá no pleno exercício de suas atividades, administrando normalmente o Plano de Benefícios CELPA BD-I e observando os termos do respectivo regulamento, a legislação e a regulamentação em vigor.

São Paulo, 12 de março de 2014.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MTPS GB 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
 Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-II
 CNPB Nº: 1997.0004-74
 Patrocinadora: CELPA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A.
 Data-Base do Cadastro: 30/09/2013

I. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2013 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-II, instituído em 01/01/1998, está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 01/04/2000, quando foram instituídos os PLANOS DE BENEFÍCIOS CELPA-R e

CELPA-OP.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1662, de 02/10/2007.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre o cadastro de Participantes posicionado em 30/09/2013 e sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas posicionado em 31/12/2013.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2013
Quantidade de Participantes ativos	13	11
Mulheres	3	2
Homens	10	9
Tempo médio de filiação ao plano	14,29 anos	14,93 anos
Salário de Participação médio	R\$ 4.180,61	R\$ 4.071,30
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Folha de Salário de Participação	R\$ 54.347,97	R\$ 44.784,28
Quantidade de Assistidos	317	313
Nº de aposentadorias	161	160
Benefício médio	R\$ 1.695,32	R\$ 1.700,22
Idade média	71,96 anos	72,62 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	9	9
Benefício médio	R\$ 1.429,76	R\$ 1.429,76
Idade média	61,11 anos	61,89 anos
Nº de pensões	147	144
Benefício médio	R\$ 711,94	R\$ 720,13
Idade média	65,29 anos	66,69 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual.	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral

Observamos que na Nota Técnica Atuarial consta o regime financeiro de REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA para os benefícios de Complementação de Aposentadoria por Invalidez, Complementa-

ção de Pensão e correspondente Abono Anual, todavia, dado o volume de recursos nos Fundos Previdenciais, nesta avaliação foram financiados pelo regime de Capitalização Integral.

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a 102 (cento e dois) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação ao exercício de 2012 foi efetuada alteração da premissa Tábua Geral de Mortalidade, da IBGE 2010 para IBGE 2012.

6.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: INPC (IBGE).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 6,03

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,56

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,83

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: 5,5% (cinco e meio por cento).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 5,50%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -5,18%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,50%

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

6.1.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Valor: 2% (dois por cento) ao ano.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 2,00%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,00%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,00%

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

6.1.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: Fator 0,98.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,98

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,98

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,98

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano,

em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 7,81

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 8,28

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa:

- A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- Tábua aprovada pelo Decreto No 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da população brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da pressuposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

6.1.6. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,16

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,17

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.5 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

6.1.7. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Hipótese: Tábua Álvaro Vindas.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,00

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

6.2. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

6.2.2. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

6.2.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

6.2.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

6.2.5. HIPÓTESE DE GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

6.2.6. HIPÓTESE DE ENTRADA EM APOSENTADORIA

6.2.7. HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE

6.2.8. HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

6.2.9. TÁBUA DE MORBIDEZ

Observação:

COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2012 e em 31/12/2013 está composto conforme segue:

Atestado de Avaliação Atuarial em	31/12/2012	31/12/2013	Variação em %
PATRIMÔNIO SOCIAL	75.856.131,13	70.752.386,71	-7%
Patrimônio de Cobertura do Plano	67.899.495,54	62.006.560,18	-8,68%
Provisões Matemáticas	53.235.479,43	52.990.040,57	-0,46%
Benefícios Concedidos	49.369.527,36	50.555.881,30	2,41%
Benefício Definido - Estruturado em regime de Capitalização	49.368.527,36	50.555.881,30	2,41%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	33.115.816,09	33.956.809,82	2,54%
Aposentadoria	33.115.816,09	33.956.809,82	2,54%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	16.252.711,27	16.599.071,48	2,13%
Aposentadoria por Invalidez	1.862.132,05	1.946.916,98	4,55%
Pensão por Morte	14.390.579,05	14.652.154,50	1,82%
Benefícios a Conceder	3.866.952,07	2.434.159,27	-37,05%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	3.866.952,07	2.434.159,27	-37,05%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.866.952,07	2.434.159,27	-37,05%
Valor Atual das Contribuições Futuras	—	—	—
Equilíbrio Técnico	14.664.016,11	9.016.519,61	-38,51%
Reserva de Contingência	13.308.869,86	9.016.519,61	-32,25%
Reserva Especial para Revisão de Plano	1.355.146,25	—	-100,00%
Fundos	7.956.635,59	8.745.826,53	9,92%
Fundos Previdenciais	7.819.878,83	8.592.623,76	9,88%
Outros - Previsto em NTA - Oscilação de Riscos	7.819.878,83	8.592.623,76	9,88%
Fundos Administrativos	132.974,54	147.905,43	11,23%
Fundos dos Investimentos	3.782,22	5.297,34	40,06%

8. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015**8.1. PARA O CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO:**8.1.1. Participantes
Nada contribuem.8.1.2. Participantes Autopatrocinados
Nada contribuem.8.1.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)
Nada contribuem.8.1.4. Assistidos
Nada contribuem.8.1.5. Pensionistas e Dependentes
Nada contribuem.

8.1.6. Patrocinadora
Nada contribui.

8.2. PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO PLANO

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

8.2.1. Participantes

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre o Salário Real de Contribuição.

8.2.2. Participantes Autopatrocinados

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre o Salário Real de Contribuição.

8.2.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Contribuição mensal de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

8.2.4. Assistidos

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre a Complementação mensal.

8.2.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

8.2.6. Patrocinadora

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre o total da Folha de Salários.

8.3. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

O plano não possui este fundo.

8.4. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

O plano não possui Reserva Especial.

9. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

9.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

9.2. Variação das Provisões Matemáticas

9.2.1. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos ocorreu dentro do esperado, apresentando pequena variação decorrente do reajuste monetário dos benefícios e do envelhecimento da massa.

9.2.2. Quanto à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder a redução deve-se à concessão de um benefício de aposentadoria e ao cancelamento de inscrição de um participante.

9.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua Geral de Mortalidade, efetuamos a atualização da tábua para garantir que a expectativa de vida acompanhe a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de

Juros, adotamos a taxa resultante do estudo de aderência.

9.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

O Plano encontra-se superavitário.

10. PARECER ATUARIAL DO PLANO

10.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

10.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos, no valor de R\$ 8.592.623,76.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos, invalidez, morte e doença, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido no reajustamento monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

10.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado superavitário existente em 31/12/2012 sofreu um decréscimo decorrente da perda patrimonial, em virtude da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%).

10.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

10.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

O plano encontra-se superavitário.

10.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

10.7. Adequação das premissas e hipóteses atuariais e financeiras

10.7.1. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadora e do órgão fiscalizador.

10.7.2. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios, que está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadora e do órgão fiscalizador.

10.8. Fato Relevante

Em 26/09/2013 a Patrocinadora solicitou a transferência de gerenciamento do PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-II da REDEPREV para a FASCEMAR, nos moldes da Resolução MPS/CNPC nº II, de 13/05/2013 e Instrução PREVIC nº 03, de 04/07/2013. O processo foi protocolado junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC em 27/01/2014.

Conforme disposto na legislação e constante do “TERMO DE TRANSFERÊNCIA DE GERENCIAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-II ENTRE ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR”, a transferência do gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA BD-II, da REDEPREV para a FASCEMAR, não implicará modificação dos direitos e obrigações da CELPA e dos participantes e assistidos a ela vinculados, previstos no regulamento do referido plano, conforme demonstram o Quadro Comparativo do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA BD-II em vigor na REDEPREV e do Regulamento do Plano CELPA BD-II que vigorará na FASCEMAR, e a Minuta do Regulamento Consolidado.

A REDEPREV permanecerá no pleno exercício de suas atividades, admi-

nistrando normalmente o Plano de Benefícios CELPA BD-II e observando os termos do respectivo regulamento, a legislação e a regulamentação em vigor.

São Paulo, 12 de março de 2014.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MTPS GB 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA-OP

CNPB Nº: : 2000.0004-II

Patrocinadora: CELPA – CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A

Data-Base do Cadastro: 31/12/2013

I. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2013 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA-OP foi instituído em 01/04/2000.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 258, de 15/05/2013.

3. DA BASE CADASTRAL

	31/12/2012	31/12/2013
Quantidade de Participantes ativos	2.115	1.699
Mulheres	658	520
Homens	1.457	1.179
Tempo médio de filiação ao plano	9,08 anos	9,34 anos
Salário de Participação médio	R\$ 2.607,40	R\$ 3.008,30
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	3	3
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	54,28 anos	55,28 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 5.514.655,62	R\$ 5.111.097,36
Quantidade de Participantes em BPD	13	24
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 4.116.045,43	R\$ 6.101.101,09
Quantidade de Assistidos	33	65
Nº de aposentadorias – Renda Mensal Vitalícia	26	28
Renda média	R\$ 1.562,43	R\$ 1.631,22
Idade média	62,50 anos	62,89 anos
Nº de aposentadorias – Renda Mensal Financeira	7	37
Renda média	R\$ 4.812,66	R\$ 3.143,59
Idade média	59,14 anos	57,96 anos

sobre os cadastros posicionados em 31/12/2013 e fornecidos pela Entidade, os quais mediante aplicação de testes apresentaram-se consistentes.

A síntese dos cadastros na data-base de 31/12/2012 e 31/12/2013 está conforme segue:

Existe ainda o contingente de 112 (cento e doze) pessoas que rescindiu o vínculo de emprego com a Patrocinadora e ainda não efetuou o Resgate, cujo Saldo de Fundos monta em R\$ 7.545.717,90. Tal valor está sendo

considerado somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em 31/12/2013, conforme segue:

Saldos dos Fundos em 31/12/2013	
Ativos e Autopatrocinados	78.251.701,75
BPD	6.101.101,09
Desligados sem resgates	7.545.717,90
Total Benefícios a conceder	91.898.520,74

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

O plano está estruturado na modalidade de CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL, assegurando o benefício de Renda Mensal. O regime financeiro utilizado é de CAPITALIZAÇÃO, pelo método de CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL, sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

O benefício de renda mensal pode ser concedido entre as seguintes alternativas:

4.1. Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO, determinada pelo produto entre o fator atuarial constante do Regulamento sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, no momento da concessão do benefício; ou

4.2. Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, determinada a cada mês pela aplicação de percentual, livremente escolhido pelo Participante, entre 0,5% e 1% sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, apurado de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior.

Neste caso, o Saldo dos Fundos continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais, na modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA.

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a 119 (cento e dezenove) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

6.1. A Avaliação Atuarial do plano na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Mensal Financeira Permanente, onde o valor é determinado pela aplicação do percentual escolhido entre 0,5% e 1% sobre o Saldo dos Fundos, não necessita de nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dada a estrutura de CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, no regime de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em cotas patrimoniais.

Desta forma, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos em 31/12/2013, corresponde ao SALDO DOS FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, constituídos em nome dos Participantes e dos Assistidos, respectivamente e existentes em 31/12/2013.

6.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

Em relação ao exercício de 2012 foi efetuada alteração das seguintes premissas:

- Tábua Geral de Mortalidade da IBGE 2010 para AT-2000 suavizada em 10%; e
- Taxa Real Anual de Juros de 5,50% para 4,50%.

As alterações decorreram do estudo atuarial realizado em conformidade à Resolução CGPC nº 26/2008, em razão da deliberação do Conselho Deliberativo dispoondo sobre a distribuição da Reserva Especial para Revisão de Plano.

6.3. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.3.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: INPC (IBGE).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 6,03

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,56

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,83

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.3.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: 4,5% (quatro e meio por cento).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 5,50%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -3,38%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,50%

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

6.3.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: Fator 0,98.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,98
 Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,98
 Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,98
 Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.
 Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.3.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: AT 2000, suavizada em 10%.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,32
 Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00
 Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,32
 Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa:

- A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa.
- Em razão da distribuição da Reserva Especial, foi utilizada a Tábua estabelecida na legislação.

6.4. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.4.I. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

6.4.2. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

6.4.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

6.4.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

6.4.5. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

6.4.6. HIPÓTESE DE GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

6.4.7. HIPÓTESE DE ENTRADA EM APOSENTADORIA

6.4.8. HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE

6.4.9. HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

6.4.10. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

6.4.II. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

6.4.12. TÁBUA DE MORBIDEZ

Observação:

COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS
 Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2012 e em 31/12/2013 está composto conforme segue:

Atestado de Avaliação Atuarial em	31/12/2012	31/12/2013	Variação em %
Patrimônio Social	145.308.438,85	135.037.350,94	-7,07%
Patrimônio de Cobertura do Plano	136.265.998,82	114.948.138,34	-15,64%
Provisões Matemáticas	120.298.442,86	112.765.387,66	-6,26%
Benefícios Concedidos	10.405.155,68	20.866.866,92	100,54%
Contribuição Definida	3.367.564,18	12.135.864,18	260,38%
Saldo de Contas dos Assistidos	3.367.564,18	12.135.864,18	260,38%
Benefício Definido	7.037.564,50	8.731.002,74	24,06%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	7.037.564,50	8.731.002,74	24,06%
Benefícios a Conceder	109.893.287,18	91.898.520,74	-16,37%
Contribuição Definida	109.893.287,18	91.898.520,74	-16,37%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadoras	6.423.693,56	5.585.903,20	-13,04%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	103.469.593,62	86.312.617,54	-16,58%
Equilíbrio Técnico	15.967.555,96	2.182.750,68	-86,33%
Reserva de Contingência	1.759.397,88	2.182.750,68	24,06%
Reserva Especial para Revisão de Plano	14.208.158,08	—	-100,00%
Fundos	9.042.440,03	20.089.212,60	122,17%
Fundos Previdenciais	8.496.986,97	19.470.534,51	129,15%

Atestado de Avaliação Atuarial em	31/12/2012	31/12/2013	Variação em %
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	5.939.126,40	4.541.572,12	-23,53%
Previsto em NTA - Cobertura de Oscilação de Risco	2.557.860,57	2.849.219,43	11,39%
Revisão de Plano	—	12.079.742,96	—
Patrocinadoras	—	1.098.048,64	—
Participantes	—	10.981.694,32	—
Fundos Administrativos	441.016,51	491.423,17	11,43%
Fundos de Investimentos	104.436,55	127.254,92	21,85%

8. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015

A avaliação atuarial determinou as necessidades financeiras, ficando o Plano de Custeio para o período de 01/04/2014 a 31/03/2015 assim fixado:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

8.1. Participantes

8.1.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

8.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

8.2. Participantes Autopatrocinados

8.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

8.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

8.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual aquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o SUBITEM 8.6.1. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme SUBITEM 8.2.1., a ser creditada no FUNDO A1.

8.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,50% sobre o Salário.

8.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO ou aqueles que tenham optado pela suspensão de suas contribuições, nos termos do inciso I do Artigo 71 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia, para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

8.4. Assistidos

Nada contribuem.

8.5. Dependentes

Nada contribuem.

8.6. Patrocinadoras

8.6.1. Contribuição mensal

De valor correspondente a um percentual a ser determinado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o SUBITEM 8.1.1, a ser creditada no FUNDO B1.

8.6.2. Contribuição Adicional

De valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

8.6.3. Contribuição para despesas administrativas

Contribuição mensal de valor igual a 1,50% sobre o total da Folha de Salários.

8.7. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar: Sem previsão.

8.8. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

A Reserva Especial foi utilizada de acordo com a decisão em Ata do Conselho Deliberativo, onde os valores destinados à Patrocinadora, Participantes e Assistidos estão provisionados e consignados na rubrica FUNDOS PREVIDENCIAIS – REVISÃO DE PLANO, sendo de R\$ 1.098.048,64 a parcela da Patrocinadora e de R\$ 10.981.694,32 para os Participantes e Assistidos.

9. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

9.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

9.2. Variação das Provisões Matemáticas

9.2.1. Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, a mesma deve-se a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2013, acrescida da rentabilidade.

9.2.2. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO decorre da alteração da taxa real anual de juros, de 5,5% para 4,5%, da atualização dos valores dos benefícios e

do envelhecimento dos assistidos.

9.2.3. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, deve-se às contribuições efetuadas no exercício de 2013, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, acrescida da rentabilidade. Outros fatos referem-se à saída de recursos referente ao Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2013, bem como pelo cancelamento de inscrição de participantes em decorrência do Programa de Demissão Voluntária efetuado pela Patrocinadora.

9.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua Geral de Mortalidade, efetuamos a atualização da tábua para garantir que a expectativa de vida acompanhe a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, adotamos a taxa resultante do estudo de aderência.

9.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

O plano encontra-se superavitário.

10. PARECER ATUARIAL DO PLANO

10.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

10.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

10.2.1. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regular decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

10.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está

constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

10.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado superavitário existente em 31/12/2012 sofreu um decréscimo pela perda patrimonial, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para os benefícios estruturados na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO. Outro motivo refere-se ao impacto nas Provisões Matemáticas decorrente da alteração da taxa real anual de juros, de 5,5% para 4,5%.

10.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural Conjuntural e Estrutural.

10.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico O plano encontra-se superavitário.

10.6. Adequação dos métodos de financiamento Os métodos de financiamento estão adequados.

10.7. Adequação das premissas e hipóteses atuariais e financeiras

10.7.1. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

10.7.2. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios, que está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

São Paulo, 12 de março de 2014.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MTPS GB 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT BD-I

CNPB Nº: 1993.0010-18

Patrocinadoras: CEMAT – CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.

Data-Base do Cadastro: 30/09/2013

I. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2013 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial

encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT BD-I, instituído em 01/01/1994, está bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 2 (dois) novos planos de benefícios.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1657, de 02/10/2007.

3. DA BASE CADASTRAL

O plano foi avaliado atuarialmente sobre o cadastro de Participantes

posicionado em 30/09/2013 e para os Assistidos e Pensionistas sobre o cadastro posicionado em 31/12/2013.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2013
Quantidade de Participantes Ativos	3	3
Mulheres	-0-	-0-
Homens	3	3
Tempo médio de filiação ao plano	17,36 anos	18,36 anos
Salário de Participação médio	R\$ 3.227,86	R\$ 4.234,24
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	-0-	-0-
Folha de Salário de Participação	R\$ 9.683,57	R\$ 12.704,24
Quantidade de Assistidos	144	145
Nº de aposentadorias	72	71
Benefício médio	R\$ 3.197,45	R\$ 3.351,70
Idade média	71,26 anos	71,83 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	20	20
Benefício médio	R\$ 1.838,38	R\$ 1.941,03
Idade média	59,55 anos	60,55 anos
Nº de pensões	52	54
Benefício médio	R\$ 1.167,76	R\$ 1.221,87
Idade média	58,83 anos	59,69 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual.	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral

Observamos que na Nota Técnica Atuarial consta o regime financeiro de REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA para os benefícios de Complementação de Aposentadoria por Invalidez, Complementação de Pensão e correspondente Abono Anual, todavia, dado o volume de recursos nos Fundos Previdenciais, nesta avaliação foram financiados pelo regime de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL.

5. DA "DURATION" DO PASSIVO

A "Duration" do passivo corresponde a 106 (cento e seis) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação ao exercício de 2012 foi efetuada alteração da premissa Tábua Geral de Mortalidade, da IBGE 2010 para IBGE 2012.

6.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: INPC (IBGE).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 6,03

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,56

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,83

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: 5,5% (cinco e meio por cento).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 5,50%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -3,24%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,50%

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

6.1.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Valor: 2% (dois por cento) ao ano.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 2,00%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,00%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,00%

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

6.1.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: Fator 0,98.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,98

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,98

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,98

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 2,68

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,64

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa:

- A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- Tábua aprovada pelo Decreto No 3.266, de 29/II/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da população brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da suposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em

relação à população geral brasileira.

6.1.6. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,27

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,26

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.5 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

6.1.7. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Hipótese: Tábua Álvaro Vindas.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,00

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,00

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

6.2. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:**6.2.1. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS****6.2.2. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO****6.2.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS****6.2.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS****6.2.5. HIPÓTESE DE GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS****6.2.6. HIPÓTESE DE ENTRADA EM APOSENTADORIA****6.2.7. HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE****6.2.8. HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS****6.2.9. TÁBUA DE MORBIDEZ**

Observação:

COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2012 e em 31/12/2013 está composto conforme segue:

Atestado de Avaliação Atuarial em	31/12/2012	31/12/2013	Variação em %
PATRIMÔNIO SOCIAL	49.114.502,00	45.846.798,18	-6,65%
Patrimônio de Cobertura do Plano	44.738.774,07	41.965.417,78	-6,20%
Provisões Matemáticas	43.168.718,89	44.670.325,06	3,48%
Benefícios Concedidos	42.184.647,53	43.371.588,04	2,81%
Benefício Definido - Estruturado em regime de Capitalização	42.184.647,57	43.371.588,04	2,81%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	27.828.647,53	28.317.475,89	2,81%
Aposentadoria	27.828.647,53	28.317.476	1,76%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	14.356.453,09	15.054.112,15	1,76%
Aposentadoria por Invalidez	5.399.509,91	5.661.989,07	4,86%
Pensão por Morte	8.956.943,18	9.392.123,08	4,86%
Benefícios a Conceder	984.071,36	1.298.737,02	31,98%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	984.071,36	1.298.737,02	31,98%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	984.071,36	1.298.737,02	31,98%
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras	—	—	—
Equilíbrio Técnico	1.570.055,18	(2704907,28)	-272,28%
Reserva de Contingência	1.570.055,18	—	-100,00%
(-) Déficit Técnico	—	(2704907,28)	—
Fundos	4.375.727,93	3.881.380,40	-11,30%
Fundos Previdenciais	4.309.028,32	3.803.990,38	-11,72%
Previsto em NTA - Cobertura de Oscilação de Riscos	4.309.028,32	3.809.990,38	-11,72%
Fundos Administrativos	60.569,45	67.298,30	11,11%
Fundos dos Investimentos	6.130,16	10.091,72	64,62%

8. DO CUSTEIO DO PLANO

A avaliação atuarial determinou as necessidades financeiras, ficando o Plano de Custeio para o período de 01/04/2014 a 31/03/2015 assim fixado:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

8.1. Participantes

8.1.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

8.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

8.2. Participantes Autopatrocinados

8.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

8.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

8.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual àquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o subitem 8.6.1. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme subitem 8.2.1., a ser creditada no FUNDO A1.

8.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,50% sobre o Salário.

8.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou aqueles que tenham optado pela suspensão de

suas contribuições, nos termos do inciso I do Artigo 71 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

8.4. Assistidos

Nada contribuem.

8.5. Dependentes

Nada contribuem.

8.6. Patrocinadoras

8.6.1. CONTRIBUIÇÃO MENSAL de valor correspondente a um percentual a ser determinado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o SUBITEM 8.1.1, a ser creditada no FUNDO BI.

8.6.2. CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL, de valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

8.6.3. Para o custeio das Despesas Administrativas

Contribuição mensal de valor igual a 1,50% sobre o total da Folha de Salários.

8.7. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

Sem previsão.

8.8. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

O plano não possui Reserva Especial.

9. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

9.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

9.2. Variação das Provisões Matemáticas

9.2.1. Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, a mesma deve-se a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2013, acrescida da rentabilidade.

9.2.2. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO ocorreu dentro do esperado, apresentando pequena variação decorrente do reajuste dos benefícios e do envelhecimento da massa.

9.2.3. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, mo-

dalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, deve-se às contribuições efetuadas no exercício de 2013, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, acrescida da rentabilidade, bem como pela saída de recursos referente ao Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2013.

9.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua Geral de Mortalidade, efetuamos a atualização da tábua para garantir que a expectativa de vida acompanhe a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, adotamos a taxa resultante do estudo de aderência.

9.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

A entidade no decurso de 2014 deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios. O Déficit Técnico representa 2,63% das Provisões Matemáticas.

10. PARECER ATUARIAL DO PLANO

10.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

10.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

10.2.1. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

10.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

10.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado superavitário existente em 31/12/2012 sofreu um decréscimo pela perda patrimonial, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para os benefícios estruturados na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO.

10.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural

Conjuntural.

10.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

10.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

10.7. Adequação das premissas e hipóteses atuariais e financeiras

10.7.1. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

10.7.2. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência

da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios, que está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

10.8. Em 31/12/2013 encerrou-se o "Termo de Transação com Interveniência Ajustado à Resolução CGPC/SPC/MPAS No 17/96, de 11/07/1996", portanto, finalizando-se o compromisso da Patrocinadora em relação às CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS mensais, referente à RESERVA A AMORTIZAR DO SERVIÇO PASSADO.

São Paulo, 12 de março de 2014.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MTPS GB 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ACESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA

Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT-OP

CNPB N°: 1998.0067-19

Patrocinadora:

CEMAT – CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.

Data-Base do Cadastro: 30/09/2013

I. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2013 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício estabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS CEMAT-OP foi instituído em 01/01/1999.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 256, de 15/05/2013.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre o cadastro de Participantes posicionado em 30/09/2013 e sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas posicionado em 31/12/2013.

A síntese dos cadastros na data-base de 31/12/2012 e 31/12/2013 está conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2013
Quantidade de Participantes	2.025	1.925
Mulheres	495	468
Homens	1.530	1.457
Tempo médio de filiação ao plano	7,31 anos	7,26 anos
Salário de Participação	R\$ 2.601,38	R\$ 2.414,34
Folha de Salário de Participação	R\$ 5.267.798,93	R\$ 4.647.597,52
Quantidade de Participantes Ativos	1.905	1.911
Idade Média	34,12 anos	34,11 anos
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 50.969.625,22	R\$ 48.209.155,87
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	11	9
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	52,37 anos	51,78 anos

Total do Saldo dos Fundos	R\$ 6.140.125,59	R\$ 4.842.574,82
Quantidade de Participantes BPD	4	5
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 834.671,32	R\$ 998.096,67
Quantidade de Assistidos	329	329
Nº de aposentados - Renda Mensal Vitalícia	317	315
Renda média	R\$ 2.079,11	R\$ 2.206,17
Idade média	64,86 anos	65,73 anos
Nº de aposentados - Renda Mensal Financeira	12	R\$ 14,00
Renda média	R\$ 5.481,00	R\$ 4.213,39
Idade média	57,50 anos	56,79 anos

Existe ainda o contingente de 122 (cento e vinte e duas) pessoas que rescindiu o vínculo de emprego com a Patrocinadora e ainda não efetuou o Resgate, cujo Saldo de Fundos monta em R\$ 771.150,56. Tal valor está

sendo considerado somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em 30/09/2013, conforme segue:

	Saldos dos Fundos em 31/12/2013
Ativos e Autopatrocinados	53.051.730,69
BPD	998.096,67
Desligados sem resgates	771.150,56
Total Benefícios a conceder	54.820.977,92

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

O plano está estruturado na modalidade de CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL, assegurando o benefício de Renda Mensal. O regime financeiro utilizado é de CAPITALIZAÇÃO, pelo método de CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL, sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

O benefício de renda mensal pode ser concedido entre as seguintes alternativas:

4.1. Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO, determinada pelo produto entre o fator atuarial constante do Regulamento sobre o Saldo em nome do Participante nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, existente no momento da concessão do benefício; ou

4.2. Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, determinada a cada mês pela aplicação de percentual livremente escolhido pelo Participante entre 0,5% e 1% incidente sobre o Saldo existente em seu nome nos FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, apurado de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior.

Neste caso, o Saldo dos Fundos continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais, na modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA.

5. DA "DURATION" DO PASSIVO

A "Duration" do passivo corresponde a 119 (cento e dezenove) meses e

representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

6.1. A Avaliação Atuarial do plano na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Mensal Financeira Permanente, onde o valor é determinado pela aplicação do percentual escolhido entre 0,5% e 1% sobre o Saldo dos Fundos, não necessita de nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dada a estrutura de CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, no regime de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em cotas patrimoniais.

Neste caso, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos em 31/12/2013, corresponde ao SALDO DOS FUNDOS A1, A2, B1, B2, C, D e E, constituídos em nome dos Participantes e dos Assistidos, respectivamente e existentes em 31/12/2013.

6.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

Em relação ao exercício de 2012 foi efetuada alteração da premissa re-

ferente a Tábua de Mortalidade Geral, passando da IBGE 2010 para IBGE 2012.

6.3. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.3.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: INPC (IBGE).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 6,03

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,56

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,83

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.3.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: 5,5% (cinco e meio por cento).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 5,50%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -1,81%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,50%

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

6.3.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: Fator 0,98.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,98

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,98

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,98

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.3.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 5,23

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,06

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa:

- A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

- Tábua aprovada pelo Decreto No 3.266, de 29/11/1999.

- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.

- Tábua representativa da população brasileira.

- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.

- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.

- A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da suposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

6.4. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.4.1. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

6.4.2. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

6.4.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

6.4.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

6.4.5. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

6.4.6. HIPÓTESE DE GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

6.4.7. HIPÓTESE DE ENTRADA EM APOSENTADORIA

6.4.8. HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE

6.4.9. HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

6.4.10. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

6.4.11. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

6.4.12. TÁBUA DE MORBIDEZ

Observação:

COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2012 e em 31/12/2013 está composto conforme segue:

Atestado de Avaliação Atuarial em	31/12/2012	31/12/2013	Varição em %
PATRIMÔNIO SOCIAL	184.712.027,12	176.273.435,70	-4,57%
Patrimônio de Cobertura do Plano	167.677.478,92	165.483.861,15	-1,31%
Provisões Matemáticas	167.677.478,92	169.951.645,85	1,36%
Benefícios Concedidos	108.458.234,29	114.640.608,02	5,70%
Contribuição Definida	6.829.027,24	7.919.147,92	15,96%
Saldo de Contas dos Assistidos	6.829.027,24	7.919.147,92	15,96%
Benefício Definido	101.629.207,05	106.721.460,10	5,01%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	101.629.207,05	106.721.460,10	5,01%
Benefícios e Conceder	59.219.244,63	55.311.037,83	-6,60%
Contribuição Definida	59.219.244,63	55.311.037,83	-6,60%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	3.336.044,61	3.157.266,01	-5,36%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	55.883.200,02	52.153.771,82	-6,67%
Equilíbrio Técnico	—	(4467784,70)	-
Reserva de Contingência	—	—	-
(-) Déficit Técnico	—	(4467784,70)	-
Fundos	17.034.548,20	10.789.574,55	-36,66%
Fundos Previdenciais	16.522.661,37	10.198.023,84	-38,28%
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	6.555.819,61	4.627.060,59	-29,42%
Previsto em NTA - Cobertura de Oscilação de Risco	9.966.841,76	5.570.963,25	-44,11%
Fundos Administrativos	482.033,98	542.235,31	12,49%
Fundos dos Investimentos	29.852,85	49.315,40	65,19%

8. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015

A avaliação atuarial determinou as necessidades financeiras, ficando o Plano de Custeio para o período de 01/04/2014 a 31/03/2015 assim fixado:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

8.1. Participantes

8.1.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO AI.

8.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

8.2. Participantes Autopatrocinados

8.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO AI.

8.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos

dos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

8.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual àquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o subitem 8.6.I. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme subitem 8.2.I., a ser creditada no FUNDO AI.

8.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,50% sobre o Salário.

8.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou aqueles que tenham optado pela suspensão de suas contribuições, nos termos do inciso I do Artigo 71 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

8.4. Assistidos

Nada contribuem.

8.5. Dependentes
Nada contribuem.

8.6. Patrocinadoras

8.6.1. CONTRIBUIÇÃO MENSAL de valor correspondente a um percentual a ser determinado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o SUBITEM 8.1.1, a ser creditada no FUNDO B1.

8.6.2. CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL, de valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

8.6.3. Para o custeio das Despesas Administrativas
Contribuição mensal de valor igual a 1,50% sobre o total da Folha de Salários.

8.7. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:
Sem previsão.

8.8. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.
O plano não possui Reserva Especial.

9. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

9.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior
O custo se manteve estável.

9.2. Variação das Provisões Matemáticas

9.2.1. Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, a mesma deve-se a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2013, acrescida da rentabilidade.

9.2.2. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO ocorreu dentro do esperado, apresentando pequena variação decorrente do reajuste dos benefícios e do envelhecimento da massa.

9.2.3. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, deve-se às contribuições efetuadas no exercício de 2013, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, acrescida da rentabilidade, bem como pela saída de recursos referente ao Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2013.

9.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua Geral de Mortalidade, efetuamos

a atualização da tábua para garantir que a expectativa de vida acompanhe a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, adotamos a taxa resultante do estudo de aderência.

9.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

A entidade no decurso de 2014 deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios. O Déficit Técnico representa 2,63% das Provisões Matemáticas.

10. PARECER ATUARIAL DO PLANO

10.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

10.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

10.2.1. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

10.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

10.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado superavitário existente em 31/12/2012 sofreu um decréscimo pela perda patrimonial, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para os benefícios estruturados na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO.

10.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural
Conjuntural.

10.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

10.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

10.7. Adequação das premissas e hipóteses atuariais e financeiras

10.7.1. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos

dos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

10.7.2. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios, que está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

10.8. Em 31/12/2013 encerrou-se o "Termo de Transação com Interven-

iência Ajustado à Resolução CGPC/SPC/MPAS No 17/96, de 11/07/1996", portanto, finalizando-se o compromisso da Patrocinadora em relação às CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS mensais, referente à RESERVA A AMORTIZAR DO SERVIÇO PASSADO.

São Paulo, 12 de março de 2014.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MTPS GB 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
Plano de Benefícios:

PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS BD-I

CNPB Nº: 1986.0004-I9

Patrocinadora:

1. BBPM – Participações S.A.

2. Caiuá – Distribuição de Energia S.A.

3. Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS

4. Cia. Força e Luz do Oeste

5. Cia. Nacional de Energia Elétrica

6. Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.

7. Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A.

8. Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A

9. Empresa Elétrica Bragantina

10. Companhia Técnica de Comercialização de Energia

11. Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.

12. Rede Power do Brasil S.A.

13. Tocantins Energética S.A.

Data-Base do Cadastro: 30/09/2013

I. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2013 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS BD-I foi instituído em 01/08/1986, encontrando-se bloqueado a novas adesões de Participantes desde 31/12/1998, quando foram instituídos 02 (dois) novos planos de benefícios, Plano de Benefícios Elétricas-R e o Plano de Benefícios

Elétricas-OP.

A última alteração do Regulamento foi efetuada em atendimento à Resolução CGPC nº 19/2006, tendo sido aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, através da Portaria nº 1658, de 02/10/2007.

3. DA BASE CADASTRAL

O plano foi avaliado atuarialmente sobre o cadastro de Participantes posicionado em 30/09/2013 e sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas posicionado em 31/12/2013.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2013
Quantidade de Participantes ativos	21	20
Mulheres	0	0
Homens	21	20
Tempo médio de filiação ao plano	22,50 anos	23,61 anos
Salário de Participação médio	R\$ 5.296,72	R\$ 4.933,54
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	3	3
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	51,33 anos	52,33 anos
Folha de Salário de Participação	R\$ 111.231,21	R\$ 98.670,88
Quantidade de Participantes em BPD	2	1
Idade média dos Participantes em BPD	53,50 anos	54 anos
Benefício médio do BPD	R\$ 642,74	R\$ 774,05

	31/12/2012	31/12/2013
Quantidade de Assistidos	344	343
Nº de aposentadorias	215	211
Benefício médio	R\$ 1.220,40	R\$ 1.348,42
Idade média	69,97 anos	70,86 anos
Nº de aposentadorias por invalidez	17	17
Benefício médio	R\$ 588,16	R\$ 630,62
Idade média	61,65 anos	62,65 anos
Nº de pensões	112	115
Benefício médio	R\$ 781,95	R\$ 813,31
Idade média	61,92 anos	62,83 anos

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, por Idade ou Especial e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Aposentadoria por Invalidez e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Pensão por Morte e Abono Anual	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Auxílio-Doença	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral
Pecúlio por Morte	Benefício Definido	Capitalização	Capitalização Integral

Observamos que na Nota Técnica Atuarial consta o regime financeiro de REPARTIÇÃO DE CAPITAL DE COBERTURA para os benefícios de Complementação de Aposentadoria por Invalidez, Complementação de Pensão e correspondente Abono Anual, todavia, dado o volume de recursos nos Fundos Previdenciais, nesta avaliação foram financiados pelo regime de CAPITALIZAÇÃO INTEGRAL.

5. DA “DURATION” DO PASSIVO

A “Duration” do passivo corresponde a III (cento e onze) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação ao exercício de 2012 foi efetuada alteração da premissa Tábua Geral de Mortalidade, da IBGE 2010 para IBGE 2012.

6.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: INPC (IBGE).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 6,03

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,56

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,83

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: 5,5% (cinco e meio por cento).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 5,50%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -5,47%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,50%

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

6.1.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

Valor: 2% (dois por cento) ao ano.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 2,00%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,00%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2,00%

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Tendência a médio e em longo prazo, determinado pela diferença esperada entre a média do crescimento do PNB e a média do crescimento demográfico, admitindo que os salários acompanharão o ganho real.

6.1.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: Fator 0,98.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,98

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,98

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,98

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em

um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 7,21

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 9,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,65

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa:

- A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores às resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- Tábua aprovada pelo Decreto No 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da população brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da suposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

6.1.6. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,34

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,35

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.5 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistidos.

6.1.7. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

Hipótese: Tábua Álvaro Vindas.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,01

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,01

Justificativa: Tábua fixada como mínima para os planos abertos de previdência complementar.

6.2. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.2.1. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

6.2.2. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

6.2.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

6.2.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

6.2.5. HIPÓTESE DE GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

6.2.6. HIPÓTESE DE ENTRADA EM APOSENTADORIA

6.2.7. HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE

6.2.8. HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

6.2.9. TÁBUA DE MORBIDEZ

Observação:

COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2012 e em 31/12/2013 está composto conforme segue:

Atestado de Avaliação Atuarial em	31/12/2012	31/12/2013	Variação em %
PATRIMÔNIO SOCIAL	78.006.583,88	72.466.214,75	-7,10%
Patrimônio de Cobertura do Plano	70.271.500,95	65.396.559,03	-6,94%
Provisões Matemáticas	68.911.262,84	70.062.593,88	1,67%
Benefícios Concedidos	50.732.050,83	53.967.258,17	6,38%
Benefício Definido - Estruturado em Regime de Capitalização	50.732.050,83	53.967.258,17	6,63%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	35.728.317,67	38.314.241,44	7,24%

Atestado de Avaliação Atuarial em	31/12/2012	31/12/2013	Variação em %
Aposentadoria	35.728.317,67	38.314.241,44	7,24%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	15.003.733,16	15.653.016,73	4,33%
Aposentadoria por Invalidez	1.527.074,01	1.599.504,13	4,74%
Pensão por Morte	13.476.659,15	14.053.512,60	4,28%
Benefícios a Conceder	18.179.212,01	16.095.335,71	-11,46%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização Programado	18.179.212,01	16.095.335,71	-11,46%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	18.179.212,01	16.095.335,71	-11,46%
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras	—	—	—
Equilíbrio Técnico	1.360.238,11	(4.666.034,85)	-443,03%
Reserva de Contingência	1.360.238,11	—	-100,00%
(-) Déficit Técnico	—	(4.666.034,85)	—
Fundos	7.735.082,93	7.069.655,72	-8,60%
Fundos Previdenciais	7.574.856,47	6.898.747,55	-8,93%
Outros - Previsto em NTA - Oscilação de Riscos	7.574.856,47	6.898.747,55	-8,93%
Fundos Administrativos	154.136,41	170.908,17	10,88%
Fundos dos Investimentos	6.090,05		-100,00%

8. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015

8.1. PARA O CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS DO PLANO:

8.1.1. Participantes

Nada contribuem.

8.1.2. Participantes Autopatrocinados

Nada contribuem.

8.1.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Nada contribuem.

8.1.4. Assistidos

Nada contribuem.

8.1.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

8.1.6. Patrocinadoras

Nada contribuem.

8.2. PARA O CUSTEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

8.2.1. Participantes

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre o Salário Real de Contribuição.

8.2.2. Participantes Autopatrocinados

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre o Salário Real de Contribuição.

8.2.3. Participantes Não Contribuintes (BPD)

Contribuição mensal de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais).

8.2.4. Assistidos

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre a Suplementação mensal.

8.2.5. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

8.2.6. Patrocinadoras

Contribuição mensal equivalente a 1,50% sobre o total da Folha de Salários.

8.3. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:

O plano não possui este fundo.

8.4. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

O plano não possui Reserva Especial.

9. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

9.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

9.2. Variação das Provisões Matemáticas

9.2.1. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos ocorreu dentro do esperado, apresentando pequena variação decorrente do reajuste dos benefícios e do envelhecimento da massa.

9.2.2. Quanto à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder a redução decorre da concessão do benefício de Aposentadoria a 2 (dois) participantes.

9.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua Geral de Mortalidade, efetuamos a atualização da tábua para garantir que a expectativa de vida acompanhe a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, adotamos a taxa resultante do estudo de aderência.

9.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

A entidade no decurso de 2014 deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios. O Déficit Técnico representa 6,66% das Provisões Matemáticas.

10. PARECER ATUARIAL DO PLANO

10.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

10.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído o Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo existente em 31/12/2012 foi debitado no mês da ocorrência da morte do Participante pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituído para a garantia do benefício concedido, e debitado ainda pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2013 um saldo de R\$ 6.898.747,55.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a desvios probabilísti-

cos na ocorrência dos eventos, invalidez, morte e doença, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido no reajustamento monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

10.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado superavitário existente em 31/12/2012 foi consumido pela perda patrimonial, em decorrência da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,5%).

10.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural Conjuntural

10.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

10.6. Aderência das premissas e hipóteses atuariais e financeiras

10.6.1. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

10.6.2. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios, que está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

São Paulo, 12 de março de 2014.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MTPS GB 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
Plano de Benefícios:
PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS-OP
CNPB Nº: 1998.0063-II

Patrocinadora:

1. BBPM – Participações S.A.
2. Caiuá – Distribuição de Energia S.A.
3. Cia. de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS
4. Cia. Força e Luz do Oeste.
5. Cia. Nacional de Energia Elétrica.
6. Denerge – Desenvolvimento Energético S.A.

I. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais em 31/12/2013 e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento do benefício es-

7. Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A
8. Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A.
9. Empresa Elétrica Bragantina
10. ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.
11. Companhia Técnica de Comercialização de Energia
12. Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.
13. Rede Power do Brasil S.A.
14. REDEPREV - Fundação Rede de Previdência
15. Tocantins Energética S.A.

Data-Base do Cadastro: 30/09/2013

tabelecido pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS ELÉTRICAS-OP foi instituído em 01/01/1999.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria 257, de 15/05/2013.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre o cadastro de Participantes posicionado em 30/09/2013 e sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas posicionado em 31/12/2013.

A síntese dos cadastros na data-base de 31/12/2012 e 31/12/2013 está conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2013
Quantidade de Participantes	2.945	2.546
Mulheres	617	503
Homens	2.328	2.043
Tempo médio de filiação ao plano	7,67 anos	8,23 anos
Salário de Participação médio	R\$ 2.8276,86	R\$ 2.434,62
Folha de Salário de Participação	R\$ 8.742.343,43	R\$ 6.198.537,33
Quantidade de Participantes Ativos	2.908	2.519
Idade média dos Participantes Ativos	36,42 anos	34,79 anos
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 77.354.294,66	R\$ 61.405.941,57
Quantidade de Participantes Autopatrocínados	17	11
Idade média dos Participantes Autopatrocínados	50,33 anos	49,55 anos
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 9.072.013,87	R\$ 6.666.729,25
Quantidade de Participantes em BPD	20	16
Total do Saldo dos Fundos	R\$ 5.069.198,55	R\$ 5.884.001,20
Quantidade de Assistidos	51	59
No de Aposentadorias - Renda Mensal Vitalícia	42	44
Renda média	R\$ 5.802,07	R\$ 5.935,00
Idade média	64,67 anos	65,43 anos
No de Aposentadorias - Renda Mensal Financeira	9	15
Renda média	R\$ 39.220,61	R\$ 8.481,68
Idade média	60,56 anos	61,07 anos

Existe ainda um contingente de 159 (dezenove) pessoas que rescindiu o vínculo de emprego com a Patrocinadora e ainda não efetuou o Resgate, cujo Saldo de Fundos monta em R\$ 1.486.138,32. Tal valor está sendo

considerado somente na composição do Saldo dos Fundos para efeitos da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em 30/09/2013, conforme segue:

	Saldos dos Fundos em 31/12/2013
Ativos e Autopatrocínados	68.072.670,82
BPD	5.884.001,20
Desligados sem resgates	1.486.138,02
Ajuste casa decimal da quota	0,16
Total Benefícios a conceder	75.442.810,50

4. DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIME FINANCEIRO.

O plano está estruturado na modalidade de CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL, assegurando o benefício de Renda Mensal. O regime financeiro utilizado é de CAPITALIZAÇÃO, pelo método de CAPITALIZAÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL, sendo operacionalizado em quotas patrimoniais na fase de acumulação de recursos.

O benefício de renda mensal pode ser concedido entre as seguintes alternativas:

4.1. Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de BENEFÍCIO DEFINIDO, determinada pelo produto entre o fator atuarial constante

do Regulamento sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS AI, A2, BI, B2, C, D e E, no momento da concessão do benefício; ou

4.2. Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, determinada a cada mês pela aplicação de percentual, livremente escolhido pelo Participante, entre 0,5% e 1% sobre o Saldo existente em nome do Participante nos FUNDOS AI, A2, BI, B2, C, D e E, apurado de acordo com o valor da quota patrimonial do mês anterior.

Neste caso, o Saldo dos Fundos continua a ser operacionalizado em quotas patrimoniais, na modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA.

5. DA "DURATION" DO PASSIVO

A "Duration" do passivo corresponde a 106 (cento e seis) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

6. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

6.1. A Avaliação Atuarial do plano na fase de acumulação de recursos e quando do recebimento pelo Assistido na forma de Renda Mensal Financeira Permanente, onde o valor é determinado pela aplicação do percentual escolhido entre 0,5% e 1% sobre o Saldo dos Fundos, não necessita de nenhuma premissa ou hipótese atuarial, dada a estrutura de CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, no regime de Capitalização Financeira Individual e operacionalizado em cotas patrimoniais.

Neste caso, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos em 31/12/2013, corresponde ao Saldo dos FUNDOS AI, A2, BI, B2, C, D e E, constituídos em nome dos Participantes e dos Assistidos, respectivamente e existentes em 31/12/2013.

6.2. As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos dos Assistidos que optaram pelo recebimento do benefício na forma de Renda Mensal Vitalícia.

Em relação ao exercício de 2012 foi efetuada alteração da premissa Tábua Geral de Mortalidade, da IBGE 2010 para IBGE 2012.

6.3. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

6.3.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: INPC (IBGE).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 6,03

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,56

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,83

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

6.3.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: 5,5% (cinco e meio por cento).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 5,50%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -4,24%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,50%

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

6.3.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: Fator 0,98.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,98

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,98

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,98

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% (dois por cento) ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% (quatro por cento) ao ano.

6.3.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,68

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,68

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa:

- A projeção de longevidade dos Assistidos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são superiores às resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.
- Tábua aprovada pelo Decreto No 3.266, de 29/11/1999.
- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.
- Tábua representativa da população brasileira.
- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.
- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.
- A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da suposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

6.4. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

6.4.1. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

6.4.2. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

6.4.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

6.4.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

6.4.5. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

6.4.6. HIPÓTESE DE GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

6.4.7. HIPÓTESE DE ENTRADA EM APOSENTADORIA

6.4.8. HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE

6.4.9. HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

6.4.10. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

6.4.II. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

6.4.I2. TÁBUA DE MORBIDEZ

Observação:

COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

7. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2012 e em 31/12/2013 está composto conforme segue:

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Patrimônio Social	148.150.565,04	128.151.689,09	-13,50%
Patrimônio de Cobertura do Plano	139.752.672,04	121.905.434,73	-12,77%
Provisões Matemáticas	139.752.672,04	126.375.240,51	-9,57%
Benefícios Concedidos	46.475.309,59	52.941.536,17	13,91%
Contribuição Definida	9.021.772,68	13.450.604,83	49,09%
Saldo de Conta dos Assistidos	9.021.772,68	13.450.604,83	49,09%
Benefício Definido	37.453.536,91	39.490.931,34	5,44%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	37.453.536,91	39.490.931,34	5,44%
Benefícios a Conceder	93.277.362,45	73.433.704,34	-21,27%
Contribuição Definida	93.277.362,45	73.433.704,34	-21,27%
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadoras	5.640.039,62	4.493.578,74	-20,33%
Saldo de Contas - Parcela Participantes	87.637.322,83	68.940.125,60	-21,33%
Equilíbrio Técnico	-	(4.469.805,78)	-
Reserva de Contingência	-	-	-
(-) Déficit Técnico	-	(4.469.805,78)	-
Fundos	8.397.893,00	6.246.254,36	-25,62%
Fundos Fundos Previdenciais	7.837.136,68	5.640.386,63	-28,03%
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	788.709,52	70.628,94	-91,04%
Previsto em NTA - Cobertura de Oscilação de Riscos	7.048.427,16	5.569.757,69	-20,98%
Fundos Administrativos	520.427,96	543.569,02	4,45%
Fundos de Investimentos	40.328,36	62.298,71	54,48%

8. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015

A avaliação atuarial determinou as necessidades financeiras, ficando o Plano de Custeio para o período de 01/04/2014 a 31/03/2015 assim fixado:

As contribuições deverão ser efetuadas 12 (doze) vezes no ano.

8.I. Participantes

8.II. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO AI.

8.1.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

8.2. Participantes Autopatrocinados

8.2.1. Contribuição mensal determinada pelo percentual sobre o Salário, livremente escolhido pelo Participante, entre o mínimo de 2% e o máximo de 20%, a ser creditada no FUNDO A1.

8.2.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente escolhidos pelo Participante, a ser creditada no FUNDO A2.

8.2.3. Contribuição mensal de um percentual igual àquele estabelecido pelo Conselho Deliberativo, conforme o SUBITEM 8.6.1. O percentual incidirá sobre o valor da contribuição mensal efetuada conforme SUBITEM 8.2.1., a ser creditada no FUNDO A1.

8.2.4. Contribuição mensal para o custeio das despesas administrativas de valor correspondente a 1,50% sobre o Salário.

8.3. Participantes Não Contribuintes

Os Participantes que fizeram a opção pelo Instituto do Benefício Proporcional Diferido ou aqueles que tenham optado pela suspensão de suas contribuições, nos termos do inciso I do Artigo 71 do Regulamento, não efetuam contribuições para o Programa Previdencial. Todavia para o custeio das despesas administrativas, deverão efetuar uma contribuição mensal, de valor igual a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), que serão descontados da respectiva reserva.

8.4. Assistidos

Nada contribuem.

8.5. Dependentes

Nada contribuem.

8.6. Patrocinadoras

8.6.1. Contribuição mensal de valor correspondente a um percentual a ser determinado, a cada ano, pelo Conselho Deliberativo, não podendo ser inferior a 10% sobre o valor da Contribuição mensal do Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, efetuada conforme o SUBITEM 8.1.1, a ser creditada no FUNDO B1.

8.6.2. Contribuição Adicional, de valor e periodicidade, livremente determinados pelas Patrocinadoras, e creditada no Fundo B2 de cada Participante com vínculo de emprego com a Patrocinadora, por critério equânime e não discriminatório.

8.6.3. Para o custeio das Despesas Administrativas

Contribuição mensal correspondente a 1,50% sobre o total da Folha de Salários.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

8.7. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regularizar:

Sem previsão.

8.8. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

O plano não possui Reserva Especial.

9. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

9.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

9.2. Variação das Provisões Matemáticas

9.2.1. Em relação à variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, modalidade CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA, a mesma deve-se a inclusão do Saldo de Contas dos Assistidos que tiveram a concessão do benefício no exercício de 2013, acrescida da rentabilidade.

9.2.2. A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO ocorreu dentro do esperado, apresentando pequena variação decorrente do reajuste dos benefícios, do envelhecimento da massa e saída de recursos para a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos em razão da concessão de 2 novos benefícios.

9.2.3. A variação da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder foi decorrente da saída de recursos, referente ao Saldo de Contas dos Participantes que tornaram Assistidos, para a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos. A entrada das contribuições efetuadas no exercício de 2013, pelas Patrocinadoras e pelos Participantes, não superou a rentabilidade negativa.

9.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros.

Para mitigar os riscos, em relação à Tábua Geral de Mortalidade, efetuamos a atualização da tábua para garantir que a expectativa de vida acompanhe a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, adotamos a taxa resultante do estudo de aderência.

9.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

A entidade no decurso de 2014 deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios. O Déficit Técnico representa 3,54% das Provisões Matemáticas.

10. PARECER ATUARIAL DO PLANO

10.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

10.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

10.2.1. O Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar decorre das contribuições efetuadas pelas Patrocinadoras e não resgatadas ou portadas pelo Participante, quando do cancelamento da inscrição.

Conforme previsto no Artigo 73 do Regulamento a sua destinação cabe ao Conselho Deliberativo da Entidade.

10.2.2. Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a eventual rendimento inferior ao exigido no reajuste monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

10.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O surgimento do Déficit Técnico no exercício de 2013 foi ocasionado pela perda patrimonial, decorrente da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,50%) exigida para a cobertura da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos constituída para os benefícios estruturados na modalidade BENEFÍCIO DEFINIDO.

10.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural
Conjuntural.

10.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

10.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

10.7. Adequação das premissas e hipóteses atuariais e financeiras

10.7.1. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

10.7.2. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios, que está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

São Paulo, 12 de março de 2014.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MTPS GB 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ACESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

Entidade: REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA
Plano de Benefícios: PLANO DE BENEFÍCIOS R
CNPB N°: 2006.0066-65

Patrocinadora:

1. BBPM – Participações S.A.
2. CAIUÁ – Distribuição de Energia S.A.
3. CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.
4. CEMAT – Centrais Elétricas Mato-grossenses S.A.
5. Companhia de Energia Elétrica do Estado de Tocantins - CELTINS
6. Companhia Força e Luz do Oeste.
7. Companhia Nacional de Energia Elétrica.
8. DENERGE – Desenvolvimento Energético S.A.

1. DO OBJETIVO

A Avaliação Atuarial teve por objetivo determinar o valor das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais e as contribuições necessárias para dar liquidez financeira ao pagamento dos benefícios estabelecidos pelo Regulamento.

Os resultados da avaliação estão consignados no Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013 e na Demonstração Atuarial (DA 2013).

2. DO PLANO

O PLANO DE BENEFÍCIOS R obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria N° 880, de

9. Empresa de Distribuição de Energia V. Paranapanema S.A.

10. Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S.A.

11. Empresa Elétrica Bragantina

12. ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.

13. Companhia Técnica de Comercialização de Energia

14. Rede Empresa de Energia Elétrica S.A.

15. Rede Power do Brasil S.A.

16. REDEPREV - Fundação Rede de Previdência

17. Tocantins Energética S.A.

Data-Base do Cadastro: 30/09/2013

12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS.

O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R (instituído em 01/04/2000), CEMAT-R (instituído em 01/01/1999) e ELÉTRICAS-R (instituído em 01/01/1999), cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade.

Assegura os seguintes benefícios de risco:

- a) Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- b) Suplementação do auxílio-doença;
- c) Suplementação da pensão por morte;

d) Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de BENEFÍCIO DEFINIDO e é custeado exclusivamente e de forma solidária pelas Patrocinadoras e pelos Participantes Autopatrocinados.

Anteriormente a fusão dos planos os mesmos eram contabilizados em separado, e a partir da fusão as contas são prestadas de forma comum, em um único balancete.

A última alteração do Regulamento foi aprovada pela Secretaria de

Previdência Complementar, através do Ofício nº 2.031/SPC/DETEC/CGAT, de 10/08/2009 e da Portaria MPS/SPC/DETEC nº 2.998, de 10/08/2009.

3. DA BASE CADASTRAL

A avaliação foi efetuada sobre o cadastro de Participantes posicionado em 30/09/2013 e sobre o cadastro de Assistidos e Pensionistas posicionado em 31/12/2013.

A síntese dos cadastros está conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2013
Quantidade de Participantes ativos	6.780	6.284
Mulheres	1.681	1.523
Homens	5.099	4.761
Tempo médio de filiação ao plano	7,09 anos	8,46 anos
Salário médio	R\$ 2.759,17	R\$ 2.491,46
Quantidade de Participantes Autopatrocinados	40	23
Idade média dos Participantes Autopatrocinados	38,20 anos	51,09 anos
Total dos Salários	R\$ 18.707.159,82	R\$ 15.656.364,11
Quantidade de Assistidos	120	117
Nº de aposentadorias por invalidez	70	69
Benefício médio	R\$ 1.853,47	R\$ 2.033,74
Idade média	54,61 anos	55,52 anos
Nº de pensões	50	48
Benefício médio	R\$ 1.976,71	R\$ 2.233,36
Idade média	45,66 anos	48,17 anos

Folha de Salário dos 6.261 Participantes com vínculo de emprego com as Patrocinadoras: R\$ 15.407.569,52.

DOS BENEFÍCIOS, MODALIDADE E REGIMES FINANCEIROS.

O plano assegura somente Benefícios de Risco, conforme segue:

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro
Aposentadoria por Invalidez	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura
Pensão por Morte	Benefício Definido	Repartição de Capital de Cobertura
Auxílio-Doença	Benefício Definido	Repartição Simples
Abono Anual	Benefício Definido	RCC e RS
Pecúlio por Morte	Benefício Definido	Repartição Simples

Dada a utilização do regime financeiro de Repartição não há constituição da Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.

O custo dos benefícios foi determinado pela Teoria Coletiva do Risco, elaborada a partir da observação estatística dos eventos ocorridos nos últimos 36 meses, com uma margem de confiança estatística fixada em 80%. Portanto, não é utilizada nenhuma premissa ou hipótese atuarial.

A utilização desta técnica leva a custos estáveis desde que não haja grandes alterações na pirâmide etária dos Participantes e na relação numérica entre Ativos e Assistidos.

4. DA "DURATION" DO PASSIVO

A "Duration" do passivo corresponde a 138 (cento e trinta e oito) meses e representa o prazo médio dos pagamentos dos benefícios estrutura-

dos na modalidade de benefício definido ponderado pela importância de cada fluxo anual, considerando as variações de valor do dinheiro ao longo do tempo.

5. DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em relação ao exercício de 2012 foram efetuadas as seguintes alterações:

Tábua de Mortalidade Geral, da IBGE 2010 para IBGE 2012; e
Taxa Real Anual de Juros de 5,75% para 5,50%.

As premissas e hipóteses atuariais são utilizadas somente no cálculo da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos.

5.1. Premissas e hipóteses utilizadas nesta Avaliação Atuarial:

5.1.1. INDEXADOR DO PLANO (REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS):

Valor: INPC (IBGE).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 6,03

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,56

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,83

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura Econômica.

Justificativa: Conjuntura Econômica.

5.1.2. TAXA REAL ANUAL DE JUROS

Valor: 5,5% (cinco e meio por cento).

Quantidade esperada no exercício encerrado: 5,75%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -8,10%

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5,50%.

Divergência entre esperado e ocorrido: Conjuntura econômica.

Justificativa: Conjuntura econômica.

5.1.3. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS

Valor: Fator 0,98.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,98

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0,98

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,98

Divergência entre esperado e ocorrido: Não houve.

Justificativa: Concessão de reajuste dos benefícios uma única vez a cada ano, resultando em uma perda potencial de 2% ao ano, em um cenário em longo prazo, de inflação de 4% ao ano.

5.1.4. TÁBUA DE MORTALIDADE GERAL

Valor: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos, suavizada em 25%.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,13

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,24

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa:

- A projeção de longevidade dos Assistedos e Pensionistas está adequada à respectiva massa, cujas expectativas de vida completa são

superiores as resultantes da aplicação da tábua AT-83, atendendo ao disposto na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

- Tábua aprovada pelo Decreto No 3.266, de 29/11/1999.

- Tábua utilizada pelo INSS para o cálculo dos fatores de redução ou ampliação da renda mensal de aposentadoria.

- Tábua representativa da população brasileira.

- Tábua demográfica isenta das margens estatísticas das tábuas utilizadas pelas entidades abertas de previdência complementar para obtenção de lucros operacionais.

- Tábua de Mortalidade atualizada anualmente e publicada pelo IBGE no Diário Oficial da União.

- A margem de segurança de 25% foi estabelecida em razão da suposição de melhor qualidade de vida dos Participantes da Entidade em relação à população geral brasileira.

5.1.5. TÁBUA DE MORTALIDADE DE INVÁLIDOS

Hipótese: Tábua Completa de Mortalidade BRASIL IBGE 2012, Ambos os Sexos.

Quantidade esperada no exercício encerrado: 0,24

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,00

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,09

Divergência entre esperado e ocorrido: O pequeno contingente não oferece estabilidade estatística.

Justificativa: As mesmas especificadas em 6.1.4 com exceção da margem de 25%, uma vez que é sabido que a sobrevivência dos Inválidos é menor que a dos demais Assistedos.

5.2. Premissas e hipóteses não utilizadas na Avaliação Atuarial:

5.2.1. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIOS

5.2.2. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DO MAIOR SALÁRIO DE BENEFÍCIO DO INSS

5.2.3. PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS DO PLANO

5.2.4. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS SALÁRIOS

5.2.5. FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO DOS BENEFÍCIOS DO INSS

5.2.6. HIPÓTESE DE GERAÇÃO FUTURA DE NOVOS ENTRADOS

5.2.7. HIPÓTESE DE ENTRADA EM APOSENTADORIA

5.2.8. HIPÓTESE SOBRE ROTATIVIDADE

5.2.9. HIPÓTESE SOBRE COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

5.2.10. TÁBUA DE ENTRADA EM INVALIDEZ

5.2.11. TÁBUA DE MORBIDEZ

Observação:

COMPOSIÇÃO DE FAMÍLIA DE PENSIONISTAS

Dado fornecido pela Entidade.

6. DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social em 31/12/2012 e em 31/12/2013 está composto conforme segue:

Benefícios	Modalidade	Regime Financeiro	Método
Patrimônio Social	43.726.746,48	45.726.183,32	-2,70%
Patrimônio de Cobertura do Plano	36.847.711,44	35.844.933,86	-2,72%
Provisões Matemáticas	36.354.380,08	40.722.407,72	12,02%
Benefícios Concedidos	36.354.380,08	40.722.407,72	12,02%
Benefício Definido estruturado em regime de Capitalização	36.354.380,08	40.722.407,72	12,02%
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistentes	36.354.380,08	40.722.407,72	12,02%
Aposentados por Invalidez	19.804.750,60	21.908.261,73	10,62%
Pensão por Morte	16.549.629,48	18.814.145,99	13,68%
Benefícios a Conceder	-		
Equilíbrio Técnico	493.331,36	(4.877.475,86)	-1.088,68%
Reserva de Contingência	493.331,36		-100,00%
(-) Déficit Técnico	-	(4.877.475,86)	
Fundos	6.879.035,04	6.702.251,46	-2,57%
Fundos Fundos Previdenciais	5.548.055,09	5.244.761,56	-5,47%
Previsto em NTA - Cobertura de Oscilação de Riscos	5.548.055,09	5.244.761,56	-5,47%
Fundos Administrativos	1.327.165,09	1.452.665,94	9,46%
Fundos de Investimentos	3.814,86	4.823,96	26,45%

7. DO CUSTEIO PARA O PERÍODO DE 01/04/2014 A 31/03/2015

7.1. Participantes

Nada contribuem.

7.2. Participantes Autopatrocinados

7.2.1. Para os Autopatrocinados cuja inscrição é oriunda do PLANO DE BENEFÍCIOS CELPA BD-I, CELPA BD-II, CEMAT BD-I ou ELÉTRICAS BD-I:

- Contribuição mensal, com pagamento em dobro no mês de dezembro,

correspondente a 1,85% sobre o Salário de Contribuição.

- Contribuição mensal correspondente a 1,50% sobre o Salário de Contribuição, para o custeio das despesas administrativas.

7.2.2. Para os Autopatrocinados cuja inscrição se deu a partir de 01/01/1999 nos extintos planos CEMAT-R e ELÉTRICAS-R e a partir de 01/04/2000 no CELPA-R:

- a) Contribuição mensal, com pagamento em dobro no mês de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO (EM REAIS)	IDADE (EM ANOS COMPLETOS)					
	ATÉ 30	31 A 40	41 A 50	51 A 55	56 A 60	+ DE 60
Até 1.600,00	1,06%	1,17%	1,46%	1,75%	2,33%	3,27%
De 1.600,01 a 2.000,00	1,09%	1,21%	1,50%	1,80%	2,40%	3,36%
De 2.000,01 a 2.400,00	1,11%	1,23%	1,53%	1,83%	2,45%	3,42%
De 2.400,01 a 2.800,00	1,12%	1,24%	1,55%	1,86%	2,48%	3,47%
De 2.800,01 a 3.400,00	3,70%	4,10%	5,10%	6,12%	8,16%	11,42%
De 3.400,01 a 4.000,00	6,05%	6,70%	8,33%	10,00%	13,34%	18,67%

SALÁRIO REAL DE BENEFÍCIO (EM REAIS)	IDADE (EM ANOS COMPLETOS)					
	ATÉ 30	31 A 40	41 A 50	51 A 55	56 A 60	+ DE 60
De 4.000,01 a 5.000,00	7,93%	8,79%	10,93%	13,12%	17,50%	24,49%
De 5.000,01 a 6.000,00	9,55%	10,59%	13,16%	15,80%	21,08%	29,50%
De 6.000,01 a 7.000,00	10,61%	11,76%	14,61%	17,54%	23,40%	32,75%
De 7.000,01 a 8.000,00	11,35%	12,58%	15,64%	18,78%	25,05%	35,05%
De 8.000,01 a 10.000,00	11,44%	12,68%	15,76%	18,92%	25,24%	35,32%
De 10.000,01 a 12.000,00	12,01%	13,31%	16,55%	19,87%	26,50%	37,09%
Acima de 12.000,00	12,20%	13,52%	16,80%	20,17%	26,91%	37,66%

O enquadramento na tabela acima deverá ser feito pela idade e pelo Salário Real de Benefício do Participante na data da opção como Autopatrocinado e vigorará para o ano em curso. A cada ano, em 31 de dezembro, far-se-á um novo enquadramento pela idade e Salário Real de Benefício para vigorar no exercício seguinte.

b) Contribuição mensal correspondente a 1,50% sobre o Salário de Contribuição, para o custeio das despesas administrativas.

7.3. Assistidos Inválidos

Nada contribuem.

7.4. Pensionistas e Dependentes

Nada contribuem.

7.5. Patrocinadoras

7.5.1. Contribuição mensal de valor correspondente a 1,85% sobre a Folha de Salários das Patrocinadoras, com pagamento em dobro no mês de dezembro.

Observamos que a contribuição das Patrocinadoras, ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. e TOCANTINS Energética S.A., incidirá somente sobre a Folha de Salários dos Participantes inscritos neste plano.

O custo anual esperado está composto conforme segue:

Benefício	Custo Anual Esperado	% Folha
Aposentadoria por Invalidez (*)	1.851.421,23	0,63%
Pensão por morte (*)	1.968.971,78	0,67%
Auxílio-Doença	1.351.831,37	0,46%
Pecúlio por Morte	264.488,75	0,09%
Total	5.436.713,13	1,85%

(*) Refere-se a constituição da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos para os benefícios que deverão ocorrer no período de vigência deste Plano de Custeio.

Folha de Salários das Patrocinadoras Dez/2013 utilizada para determinação do percentual: R\$ 22.605.875,79.

7.5.2. Para o custeio das Despesas Administrativas

Contribuição mensal correspondente a 1,50% sobre o total da Folha de Salários

7.6. Utilização do Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar:
O plano não possui este fundo.

7.7. Utilização de destinação de Reserva Especial – Patrocinadora, Participantes e Assistidos.

O plano não possui Reserva Especial.

8. PARECER ATUARIAL DO GRUPO DE CUSTEIO

8.1. Evolução dos Custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior

O custo se manteve estável.

8.2. Variação das Provisões Matemáticas

A variação da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos foi decorrente da alteração da taxa real anual de juros e do reajuste monetário dos benefícios, bem como pela inclusão de novos benefícios.

8.3. Principais Riscos Atuariais

Risco de maior sobrevida em relação à estatística da Tábua de Mortalidade utilizada e ainda, da Taxa Real Anual de Juros. Para mitigar os riscos, em relação à Tábua Geral de Mortalidade, efetuamos a atualização da tábua para garantir que a expectativa de vida acompanhe a realidade do contingente exposto, e quanto a Taxa Real Anual de Juros, adotamos a mesma taxa utilizada para os outros planos de benefícios.

8.4. Soluções para restabelecer a insuficiência

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

9. PARECER ATUARIAL DO PLANO

9.1. Qualidade da base cadastral

Os cadastros fornecidos pela Entidade foram submetidos a testes críticos, através de análises comparativas e totalizadores de quantidade e de valores, apresentando-se consistentes em relação ao cadastro do exercício anterior.

9.2. Constituição dos Fundos Previdenciais

Sob a rubrica Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial está constituído o Fundo Previdencial de Cobertura de Oscilação de Riscos.

O saldo existente em 31/12/2012 foi debitado no mês da ocorrência da invalidez e/ou morte do Participante pelo valor da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, constituído para a garantia do benefício concedido, e debitado ainda pelos pagamentos efetuados a título de Auxílio-Doença e Pecúlio por Morte, apresentando em 31/12/2013 um saldo de R\$ 5.244.761,56.

O saldo tem por finalidade específica dar cobertura a desvios probabilísticos na ocorrência dos eventos, invalidez, morte e doença, em relação ao estimado na avaliação atuarial, bem como para eventual rendimento inferior ao exigido no reajustamento monetário dos benefícios concedidos e para possíveis aumentos na sobrevida dos Assistidos e dos Pensionistas.

9.3. Variação do Resultado Superavitário ou Deficitário

O resultado deficitário em 2013 decorreu preponderantemente da perda

patrimonial, em virtude da rentabilidade das aplicações não ter superado a meta atuarial (INPC + 5,75%). Outro motivo refere-se ao impacto nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos decorrente da alteração da taxa real anual de juros, de 5,75% para 5,50%.

9.4. Natureza do resultado Conjuntural ou Estrutural Conjuntural e Estrutural

9.5. Soluções para o equacionamento de Déficit Técnico

A entidade deverá estar monitorando o valor do Déficit Técnico surgido no exercício de 2013 e tomando ações necessárias, de modo a buscar a solvência e o equilíbrio do plano de benefícios.

O Déficit Técnico representa 11,98% das Provisões Matemáticas. De acordo com a Resolução CNPC nº 13, de 04/11/2013, que alterou o Artigo 28 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, a Entidade, observadas as informações constantes em estudo específico da situação econômico-financeira e atuarial das causas do déficit técnico, deverá elaborar um plano de equacionamento do déficit até o final do exercício de 2014.

9.6. Adequação dos métodos de financiamento

Os métodos de financiamento estão adequados.

9.7. Adequação das premissas e hipóteses atuariais e financeiras

9.7.1. A Entidade promoveu estudo técnico para comprovar a aderência entre o comportamento demográfico da massa de participantes e assistidos vinculados ao plano e a tábua biométrica utilizada. O estudo está disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

9.7.2. A Entidade promoverá estudo técnico para comprovar a aderência da hipótese de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e pagamento de benefícios, que ficará disponível na Entidade para conhecimento dos Participantes, Patrocinadoras e do órgão fiscalizador.

São Paulo, 12 de março de 2014.

Magda Tsuê Massimoto Ardisson

Atuário – MTPS GB 462

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ASSESSORIA ATUARIAL S/S LTDA.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA REDEPREV FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA REALIZADA EM 26/03/2014

Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às 09:00h, na sede social da REDEPREV, na cidade de Bragança Paulista – SP, na Rua Teixeira, 467, Bairro Taboão, realizou-se a 59ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência, com a presença dos Senhores Conselheiros: Daniel Machado, Izabel Corina de Oliveira Carvalho e Antônio César Incrocci, além da presença dos membros da Diretoria Executiva da REDEPREV, dos Auditores Independentes e do Sr. João Bosco, Contador da REDEPREV, tendo por objeto a seguinte pauta: 1) Aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2013; 2) Aprovação das Demonstrações Financeiras e dos balancetes de outubro, novembro e dezembro de 2013; 3) Emissão de parecer quanto à aderência das premissas e hipóteses atuariais, aderência da gestão dos recursos à legislação em vigor e a Política de Investimentos e aderência à execução orçamentária do PGA – Plano de Gestão Administrativa da REDEPREV – período 2º semestre de 2013; 4) Emissão de Parecer quanto aos Estudos Técnicos de Aderência da Tábua de Mortalidade e Aderência da Taxa de Juros adotada para os Planos de Benefícios da REDEPREV.

Dando início à reunião, assumiu a Presidência da reunião do Conselho Fiscal, por indicação dos conselheiros efetivos presentes, a Sra. Izabel Corina de Oliveira Carvalho, que agradeceu a presença de todos, convidando em seguida a mim, Daniel Machado, para secretariá-la.

Em seguida, a Srª. Corina Carvalho leu a pauta do dia, passando a palavra ao Auditor Independente Sr. Alexandre Slavic, da empresa SAX SLAVIC, que teceu seus comentários a respeito dos trabalhos realizados sobre a auditoria de balanço e demonstrações dos fluxos financeiros do exercício findo 2013, destacando a revisão das Atas de reuniões dos órgãos estatutários da entidade, os procedimentos adotados com relação à circularização, flutuações dos saldos financeiros, análise de eventos subsequentes e revisão das demonstrações contábeis. A conclusão da análise da auditoria foi positiva não existindo nenhuma ressalva ao Balanço e Notas Explicativas do exercício de 2013. Único aspecto que mereceu destaque no parecer dos auditores independentes foi com relação à continuidade da Fundação após as mudanças no controle acionário do Grupo Rede

Energia. Participaram também da reunião os membros da Diretoria Executiva da REDEPREV, o Contador da entidade, Sr. João Bosco e a Sra. Luciana Malhado, Assessora da Diretoria. Após as explicações do auditor independente, os senhores Conselheiros decidiram aprovar por unanimidade:

1) O Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2013; e,

2) As Demonstrações financeiras e os balancetes de outubro, novembro e dezembro de 2013.

Em seguida, o Conselho passou para o terceiro item da pauta, emitindo parecer quanto à aderência das premissas e hipóteses atuariais, aderência da gestão dos recursos à legislação em vigor e a Política de Investimentos e aderência à execução orçamentária do PGA – Plano de Gestão Administrativa da REDEPREV – período 2º semestre de 2013 (documento integrante desta ata).

Na sequência, o Conselho Fiscal aprovou os Estudos Técnicos de Aderência da Tábua de Mortalidade, apresentado pela Diretoria, desenvolvido pela ETAA Escritório Técnico de Assessoria Atuarial e de Aderência da Taxa de Juros adotada para os Planos de Benefícios da REDEPREV, desenvolvido pela PPS Portfólio Performance.

Após a assinatura do parecer, a Diretoria Executiva informou aos membros do conselho fiscal os motivos da existência do Déficit Técnico dos Planos CEMAT BD-I, CEMAT-OP, ELÉTRICAS BD-I, ELÉTRICAS-OP e Plano-R e esclareceu que a Diretoria fará monitoramento dessa insuficiência durante o exercício de 2014.

De posse da palavra, o conselheiro, Sr. Antônio César Incrocci, pediu para registrar em ata os seguintes pontos que considera relevante destacar:

a) perda de R\$ 42 milhões, ocorrida no Ativo “Debêntures Rede Energia”, reduzindo o valor dos recursos garantidores dos planos de benefícios, afetando principalmente os planos estruturados na modalidade de benefício definido;

b) deveria constar no Plano de Recuperação Judicial da Rede Energia, uma proteção para o recebimento integral do valor total do Ativo “Debêntures Rede Energia”, tendo em vista tratar-se de recursos pertencentes aos trabalhadores.

Diante de tais ponderações, o conselheiro reiterou o teor das suas correspondências expedidas, via e-mail, para o presidente do conselho fiscal e presidente do conselho deliberativo, em 25/03/2014 e 26/03/2014, respectivamente, não formulando nenhum requerimento a esse propósito.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da reunião do Conselho Fiscal ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada.

mente assinada.

Bragança Paulista-SP, 26 de março de 2014.

Presidente da Reunião: Izabel Corina de Oliveira Carvalho

Secretário: Daniel Machado

Conselheiros Membros Efetivos:

Daniel Machado

Antônio César Incrocci

Conselheiro Membro Suplente

Izabel Corina de Oliveira Carvalho

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência, abaixo assinados, no pleno exercício das atribuições que lhes confere o artigo 45, do Estatuto Social da entidade, em atendimento à Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, em conformidade com o item 17, letra ‘j’, aprovam o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, a Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício de 2013, consubstanciada pelo Parecer do ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial, responsável pelos Planos de Benefícios, bem como pelo Relatório dos Auditores Independentes da empresa “Sax Slavic Associados Auditoria,

Consultoria e Contabilidade”, e recomendam sua aprovação pelo Conselho Deliberativo da REDEPREV, na forma do disposto no artigo 26, inciso XI do Estatuto Social.

Bragança Paulista-SP, 26 de março de 2014.

Presidente da Reunião: Izabel Corina de Oliveira Carvalho

Secretário: Daniel Machado

Conselheiros Membros Efetivos:

Daniel Machado

Antônio César Incrocci

Conselheiro Membro Suplente

Izabel Corina de Oliveira Carvalho

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

REFERÊNCIA: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2013.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, este Conselho reunido em 26 de março de 2014, analisou a documentação disponibilizada pela entidade, para análise das Demonstrações Contábeis de encerramento do exercício financeiro de 2013 e apresentamos a seguinte manifestação sobre os pontos verificados:

1. Das Demonstrações Contábeis do exercício financeiro de 2013.

a) Em conformidade com o Anexo “B” e “C”, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, Resolução CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

b) Notas Explicativas em conformidade da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011.

c) Aprovada pela Diretoria Executiva.

2. Dos Pareceres: Atuarial e Auditor Independente

a) Parecer Atuarial em conformidade com o item 17, letra “i”, da

Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, emitido pelo ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial.

b) Relatório e Parecer do Auditor Independente em conformidade com o item 17, letra “h”, da Resolução CNPC nº. 8, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, emitido pela Sax Slavic Associados Auditoria, Consultoria e Contabilidade.

3. Dos Estudos: Aderência da Tábua de Mortalidade e Adequência da Taxa de Juros

a) Relatório de aderência da tábua de mortalidade utilizada nas Avaliações Atuariais dos Planos de Benefícios da REDEPREV, emitido pelo ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial, em conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 09, de 29 de novembro de 2012.

b) Relatório de adequação da taxa de juros adotada para os Planos de Benefícios da REDEPREV, emitido pela PPS Portfólio Performance, em conformidade com a Resolução MPS/CNPC Nº 09, de 29 de novembro de 2012.

4. Comentários do Conselho Fiscal.

a) Evolução do Patrimônio da EFPC e dos Planos de Benefícios.

- b) Evolução do Resultado da EFPC e dos Planos de Benefícios.
- c) Evolução do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) consolidado e dos Planos de Benefícios.
- d) Evolução dos Recursos Coletados (contribuições) e Recursos Utilizados (benefícios), consolidado e dos Planos de Benefícios.
- e) Evolução do resultado do Programa de Investimentos.
- f) Evolução do custeio administrativo, limites transferidos, despesas administrativas e do fundo administrativo.
- g) Existência de Déficit Técnico nos Planos CEMAT BD-I, CEMAT-OP, ELÉTRICAS BD-I, ELÉTRICAS-OP e Plano-R.

Bragança Paulista-SP, 26 de março de 2014.

Presidente da Reunião: Izabel Corina de Oliveira Carvalho

Secretário: Daniel Machado

Conselheiros Membros Efetivos:

Daniel Machado

Antônio César Incrocci

Conselheiro Membro Suplente

Izabel Corina de Oliveira Carvalho

PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA REDEPREV – FUNDAÇÃO REDE DE PREVIDÊNCIA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2014

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, às 09:00 horas, na sede social da REDEPREV, na cidade de Bragança Paulista-SP, na Rua Teixeira, nº 467, Taboão, realizou-se a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência, com a presença dos Senhores Conselheiros: Presidente - Henrique Jueis de Almeida, Vice-Presidente - Moisés Carlos Tozze, Filipe Diniz Lima Sotero, Paulo Francisco Figueiredo Barberio, Jean Luís Teixeira e Arlindo Antônio Napolitano, e dos membros da Diretoria Executiva da REDEPREV, tendo por objeto a seguinte pauta: 1) Aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2013; 2) Aprovação do Plano Anual de Custeio para o período de 01/04/2014 a 31/03/2015; 3) Aprovação do Regimento Interno do Comitê Consultivo para os Planos CELPA BD-I, BD-II e OP; 4) Alteração dos Regulamentos dos Planos CELPA-OP e R e cisão do Plano-R; 5) Conhecimento do parecer do Conselho Fiscal quanto à aderência das premissas

e hipóteses atuariais, aderência da gestão dos recursos à legislação em vigor e a Política de Investimentos e aderência à execução orçamentária do PGA – Plano de Gestão Administrativa da REDEPREV - período 2º semestre de 2013; 6) Conhecimento da existência do Déficit Técnico dos Planos CEMAT BD-I, CEMAT-OP, ELÉTRICAS BD-I, ELÉTRICAS-OP e Plano-R.

Dando início à reunião, o Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Henrique Jueis de Almeida, agradeceu a presença de todos, convidando em seguida a mim, Moisés Carlos Tozze, para secretariá-lo.

Debatidos os assuntos objeto da ordem do dia, os Senhores Conselheiros, por unanimidade, deliberaram:

1) Pela aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) – DPGA, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2013, após apresentação do Auditor

Externo Sr. Alexandre Slavic da empresa SAX SLAVIC Associa-dos Auditoria, Consultoria e Contabilidade.

2) Pela aprovação do Plano Anual de Custeio para o período de 01/04/2014 a 31/03/2015, após apresentação do estudo realizado pela atuária, Sra. Magda Tsuê da empresa ETAA – Escritório Técnico de Assessoria Atuarial, dando conhecimento das premissas e hipóteses atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Benefícios da REDEPREV, exercício 2013:

- a) manutenção da taxa de juros de 5,5% para os Planos CELPA BD-I, CELPA BD-II, CEMAT BD-I, CEMAT-OP, ELÉTRICAS BD-I E ELÉTRICAS-OP;
- b) redução da taxa de juros do PLANO-R, de 5,75% para 5,5%;
- c) redução da taxa de juros do Plano CELPA-OP, de 5,5% para 4,5%, em função da distribuição da reserva especial aos participantes, assistidos e patrocinadora, atendendo ao disposto na Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006; e,
- d) alteração da Tábua de Mortalidade IBGE 2010 para IBGE 2012, para todos os planos de benefícios, exceto para o Plano CELPA-OP que foi utilizada a Tábua de Mortalidade AT, também em função da distribuição da reserva especial, atendendo ao disposto na Resolução CGPC Nº 18, de 28/03/2006.

3) Pela aprovação do Regimento Interno do Comitê Consultivo para os Planos CELPA BD-I, CELPA BD-II e CELPA-OP, após apresentação do Sr. André Bolonha.

4) Pela aprovação da proposta de alteração dos Regulamentos do Plano CELPA-OP e Plano-R, além da cisão do Plano-R, em face da inclusão do Fundo F (distribuição da Reserva Especial) e da transferência de gerenciamento dos planos CELPA-OP e R para a FASCEMAR/cisão do Plano-R.

Em seguida a Diretoria Executiva deu ciência aos membros do Conselho Deliberativo dos seguintes assuntos:

5) Parecer do Conselho Fiscal quanto à aderência das premissas e hipóteses atuariais, aderência da gestão dos recursos à legislação em vigor e a Política de Investimentos e aderência à execução orçamentária do PGA – Plano de Gestão Administrativa da REDEPREV – período 2º semestre de 2013.

6) Existência de Déficit Técnico dos Planos CEMAT BD-I, CEMAT-OP, ELÉTRICAS BD-I, ELÉTRICAS-OP E PLANO-R, sendo que, o único plano que apresentou déficit acima de 10% das reservas foi o Plano-R. O conselho determinou que o comitê de investimentos apresente um plano para equacionamento

do déficit até o dia 31/12/2014.

Outros assuntos:

7) O Sr. André Bolonha deu conhecimento aos conselheiros, do Ofício Nº 857/2014/CGPC/DIFIS/PREVIC, de 26/02/2014, que conclui pelo indeferimento dos pedidos constantes da denúncia protocolizada junto àquela Superintendência, pela ANAPAR, e formulada pela SINREDE contra a REDEPREV, referente ao processo seletivo para escolha dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal da REDEPREV, recomendando, contudo, o atendimento ao pleito dos participantes. O conselho tomou ciência do ofício e informou que o assunto será analisado e deliberado posteriormente.

8) O Sr. André Bolonha apresentou os Estudos Técnicos de Aderência da Tábua de Mortalidade, desenvolvido pelo ETAA Escritório Técnico de Assessoria Atuarial e de Aderência da Taxa de Juros adotada para os Planos de Benefícios da REDEPREV, desenvolvido pela PPS Portfólio Performance, que foram analisados e aprovados pelos conselheiros.

9) O Sr. André Bolonha deu conhecimento entregando as cópias de cartas do conselheiro, Sr. Antônio César Incrocci, datadas de 25/03/2014 e 26/03/2014, encaminhadas por e-mail, e sem assinatura do interessado, para a presidente do conselho fiscal e para o presidente do conselho deliberativo, as quais serão analisadas para posterior manifestação do conselho, após recebimento do documento original.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Conselho ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e impressa a presente ata, que lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes.

Bragança Paulista - SP, 27 de março de 2014.

Conselheiros presentes:

Presidente: Henrique Jueis de Almeida

Secretário: Moisés Carlos Tozze

Conselheiros: Membros Efetivos:

Henrique Jueis de Almeida

Paulo Francisco Figueiredo Barberio

Filipe Diniz Lima Sotero

Moisés Carlos Tozze

Jean Luís Teixeira

Arlindo Antônio Napolitano

MANIFESTAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Na 59ª Reunião do Conselho Fiscal da REDEPREV, realizada em 26 de Março de 2014, o conselheiro Sr. Antonio Cesar Incrocci registrou em ata duas questões que considerou impor-

tante destacar: 1º) a perda de R\$ 42 milhões ocorrida no ativo “Debêntures Rede Energia”, valor por ele apresentado, e, 2º) o tratamento diferente que deveria ser dado à REDEPREV no

Plano de Recuperação Judicial, em relação aos demais credores, com o objetivo de proteger os recursos pertencentes aos trabalhadores, para recebimento integral do valor do ativo Debêntures Rede Energia S/A. Além desses registros, o conselho reiterou o teor das correspondências por ele enviadas através de e-mail, aos presidentes do Conselho Deliberativo e do Fiscal, em 26/03/2014 e 25/03/2014, respectivamente, não formulando nenhum requerimento a esse propósito.

Esclarecimentos - A Diretoria da REDEPREV discorda do valor

apresentado pelo conselho a título de perda. Na avaliação da Diretoria, a perda pode ser mensurada de duas formas:

1º) Comparando o valor investido em debêntures Rede Energia, com o valor a ser recebido no âmbito do Processo de Recuperação Judicial mais os valores compensados através de reversão de saldo por exigência regulamentar do Fundo Previdenciário – Fundo D, conforme previsto no Art. 73 dos regulamentos dos Planos de Benefícios OP's, a preços históricos.

RESUMO	
RECEBIMENTOS	
1a. Reversão do Fundo Previdenciário - Junho/2012	12.047.293,73
2a. Reversão do Fundo Previdenciário - Novembro/2013	5.405.451,08
Valor referente à opção aprovada pelo CD no PRJ	12.522.804,56
Total (A)	29.975.549,37
APLICAÇÃO	
Investimento Debêntures Rede Energia (B)	45.000.000,00
Perda (B-A)	15.024.450,63

2º) Com base nas condições de prazo e remuneração contratadas para as Debêntures, simulando a realização do ativo até o mês de Março de 2013, comparativamente ao total dos valores recebidos/compensados na operação, atualizados também pelos mesmos parâmetros de remuneração das debêntures.

RESUMO	
RECEBIMENTO	
1a. Reversão do Fundo Previdenciário - Junho/2012	13.837.580,01
2a. Reversão do Fundo Previdenciário - Novembro/2013	5.578.294,92
Valor referente à opção aprovada pelo CD no PRJ	12.522.804,56
Recebimento de Juros	16.275.876,55
Total (A)	48.214.556,04
APLICAÇÃO	
Debêntures Rede Energia posição em Março/2013 (B)	61.208.433,35
Perda (B-A)	12.993.877,31

Providências - No tocante ao processo de Recuperação Judicial ajuizado pela REDE ENERGIA S/A, sob nº 0067341-20.2012.8.26.0100, distribuído à 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo, a Diretoria esclarece que em 29/05/13, por meio de sua assessoria jurídica, ingressou com competente impugnação, autuada sob nº 0037269-16.2013.8.26.0100. Ao argumento de que os recursos que lastrearam a operação pertencem aos empregados e ex-empregados das patrocinadoras, participantes, assistidos e beneficiários dos planos de benefícios, e constituem, portanto, reservas de natureza alimentar, a REDEPREV pleiteou que o crédito fosse qualificado como privilegiado e não sofresse nenhuma espécie de desconto. Em decisão publicada na imprensa oficial em 02/10/13, muito em-

bora tenha reconhecido que o crédito tem privilégio especial, o Judiciário concluiu que a qualificação só teria relevância em caso de falência. Não se tratando de falência, a REDEPREV seguiria sujeita ao que fosse decidido no processo de recuperação judicial, por meio do plano aprovado pelos credores. Em 14/10/13, a REDEPREV interpôs agravo de instrumento contra a decisão. O recurso recebeu parecer favorável do Ministério Público, e ainda está pendente de julgamento no Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar do empenho da REDEPREV, inclusive junto aos procuradores da REDE ENERGIA, em 09/09/13 o Judiciário homologou o plano de recuperação aprovado pelos credores em 05/06/13, tendo a REDEPREV optado pela alternativa de pagamento financeiramente mais favorável (7.4, opção "C").

*Segurança no presente,
tranquilidade no futuro.*

RedePrev

Fundação Rede de Previdência

Rua Teixeira, nº. 467 - Taboão
Bragança Paulista - SP - CEP: 12.916-360
Tel.: (11) 4481-9600 - Fax.: (11) 4481-9619

www.redeprev.com.br